



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



MARIA GÉSSICA ROMÃO DA SILVA

CORRESPONDÊNCIAS DE PROFESSORES:

Representações e Práticas Docentes nos Jornais da Paraíba Imperial (1864-1889)

João Pessoa/PB

2015

MARIA GÉSSICA ROMÃO DA SILVA

CORRESPONDÊNCIAS DE PROFESSORES:

Representações e Práticas Docentes nos Jornais da Paraíba Imperial (1864-1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UEPB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Fabiana Sena da Silva

João Pessoa/PB

2015

S586c Silva, Maria G3ssica Rom3o da.
Correspond3ncias de professores: representa3es e
pr3ticas docentes nos jornais da Para3ba Imperial (1864-1889)/
Maria G3ssica Rom3o da Silva.- Jo3o Pessoa, 2015.
100f. : il.
Orientadora: Fabiana Sena da Silva
Disserta3o (Mestrado) - UFPB/CE
1. Educa3o. 2. Correspond3ncias - professores -
publica3o - jornais - Para3ba. 3. Conte3do e formas. 4. Pr3tica
de escrita. 5. Pr3ticas sociais - doc3ncia - Imp3rio - Para3ba.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

MARIA GÉSSICA ROMÃO DA SILVA

CORRESPONDÊNCIAS DE PROFESSORES:

Representações e Práticas Docentes nos Jornais da Paraíba Imperial (1864-1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da professora Dra. Fabiana Sena da Silva.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Fabiana Sena da Silva

Orientadora – UFPB

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra

Examinador Externo – UERJ

Profª. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho

Examinadora Interna – UFPB

Prof. Dr. Charliton José Machado dos Santos

Suplência Interna – UFPB

Dedico aos professores!

AGRADECIMENTOS

Ao adentrar um programa de pós-graduação somos tomados pela felicidade do novo, do objetivo almejado, do sonho realizado. O que não imaginamos são as inúmeras dificuldades que vamos trilhar. É um caminho árduo, é preciso encarar cada desafio.

São momentos que deixamos de vivenciar com a família, são noites que deixamos o conforto de nossa cama... Estudar, definitivamente, não é fácil! No entanto, a busca pelo sonho, o reconhecimento e orgulho das pessoas queridas nos dão forças para continuar essa batalha que travamos diariamente. Seria um equívoco achar que chegaríamos até aqui sozinhos e, por isso, expresso minha gratidão a todos que se fizeram presentes nessa fase tão importante para mim. A todos vocês, agradeço!

A Deus, por seu cuidado, dedicação e permissão nos caminhos trilhados em minha vida.

Aos meus avós, José (*in memorian*) e Adalgisa (*in memorian*), que tanto sonhavam em ver a neta formada e que, infelizmente, partiram antes de este sonho tornar-se possível. Acredito que ficariam felizes em saber que a menina deles cresceu e está alçando outros voos. Agradeço por todos os ensinamentos, incentivos e todo amor recebido. Amo muito vocês!

Aos meus pais, Francisco e Eliane, pelo incentivo, pela contribuição e por partilharem de todos os meus momentos e escolhas, apoiando-me para que eu completasse todas elas. Obrigada por me darem todo o apoio na reta final. Isso foi essencial pra que eu prosseguisse.

Às minhas irmãs, Helaine e Aline, pelo carinho, incentivo, torcida e auxílio nas horas difíceis.

À minha orientadora, Fabiana Sena, que me permite crescer intelectualmente e profissionalmente. Agradeço a presteza e dedicação nas orientações.

Aos componentes de minha banca, professor Gondra e professora Elizete, pelas contribuições e pela atenção desde o meu exame de qualificação. Tenho certeza que meu trabalho se enriqueceu com as contribuições significativas. Muito obrigada!

À Capes, pelo financiamento da pesquisa.

Às minhas amigas, Elane, Lidiane, Tatianne, Vanessa e Bianca, que levantaram minha cabeça quando a deixei cair. Obrigada por me fazerem acreditar que ainda era capaz quando eu mesma duvidava.

Às minhas amigas Camila e Juliana, em especial, por compartilharem dos meus dias, noites e madrugadas, alegres e tristes, quentes e frios, produtivos e não produtivos. Obrigada por enfrentarem a batalha junto comigo.

Ao meu esposo Ricardo, pela compreensão em minhas ausências, por aguentar meus estresses e choros sem motivo aparente. Com você aprendi a ter menos medo de errar e ter mais coragem para enfrentar as situações. Obrigada!

*“Odiei as palavras e as ami,
e espero tê-las usado direito”.*
(ZUSAK, 2013, p. 459)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as cartas de professores publicadas nos jornais da Paraíba no período de 1864 a 1889. É composto de um *corpus* de 10 cartas de professores publicadas nos seguintes jornais: *O Publicador*, *O Tempo*, *O Liberal Parahybano*, *Jornal da Parahyba* e *Gazeta do Sertão*. Esta pesquisa tomou como base a perspectiva da Nova História, considerando que a análise se deu a partir das caracterizações do conteúdo e das formas das cartas de professores publicadas nos jornais paraibanos oitocentistas, já que são práticas de escritas e objetos de representação de um determinado momento histórico. O referencial teórico para o desenvolvimento dessa pesquisa foi Roger Chartier, com seus conceitos de prática de escrita e de representação, e Michel Foucault, por meio dos conceitos de poder e resistência. As cartas foram justapostas com outras fontes, tais como leis e regulamentos da época, relatórios dos presidentes de província da Paraíba e manuais de escrever cartas. Por meio das cartas publicadas nos jornais, os professores encontraram uma forma de interagir na sociedade imperial, seja reclamando ou protestando, seja divulgando seus ofícios ou agradecendo os serviços prestados. As estratégias utilizadas pelos professores para escrever cartas nos jornais evidenciam as representações e práticas sociais da docência no Império na Paraíba.

Palavras-chave: Correspondências. Jornais. Professores. Império.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyse letters from teachers published in Paraíba's newspapers between 1864 and 1889. It is composed of a *corpus* containing 10 letters published in the following newspapers: *O Publicador*, *O Tempo*, *O Liberal Parahybano*, *Jornal da Parahyba* e *Gazeta do Sertão*. The basis of this research is on the perspective of the new cultural history, considering that the analysis started from the characteristics of the content and its form, as letters from teachers published in Paraíba's newspapers from the eighteen hundreds, since it is a written practice and representative objects of the determined historic period. The Theoretical background for the development of this research was Roger Chartier, with his concepts of written practice and representation. Also, Michel Foucault, by means of concepts of power and resistance. The letters were juxtaposed with other sources, such as the law and regulations of the time; the reports of Paraíba's province President; and letter writing manuals. By means of the published letters, the teachers found a way to interact with the imperial society. Either by complaining, protesting, or by disseminating their crafts and thanking for provided services. The strategies used the teachers to write the letters to the newspapers make evident the teaching's representations and social practices in Paraíba during the time of the empire.

Keywords: Correspondence. Newspapers. Teachers. Empire.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Carta publicada no primeiro jornal do Brasil, <i>Correio Braziliense ou Armazém Literário</i>	31
FIGURA 2 – Carta publicada no primeiro jornal da Província da Paraíba	33
FIGURA 3 – Jornal <i>O Reformista</i> – Duas colunas	34
FIGURA 4 – Jornal <i>O Publicador</i> – Três colunas	35
FIGURA 5 – Jornal <i>O Progressista Constitucional</i> – Quatro colunas	36
FIGURA 6 – Primeira página de seis da correspondência publicada no jornal <i>Correio Braziliense ou Armazém Literário</i>	37
FIGURA 7 – Primeira página do jornal <i>O Publicador</i>	59
FIGURA 8 – Primeira página do jornal <i>O Tempo</i>	60
FIGURA 9 – Primeira página do jornal <i>O Liberal Parahybano</i>	61
FIGURA 10 – Primeira página do <i>Jornal da Parahyba</i>	62
FIGURA 11 – Primeira página do jornal <i>Gazeta do Sertão</i>	63
FIGURA 12 – Carta de agradecimento – Jornal <i>O Publicador</i>	65
FIGURA 13 – Carta de agradecimento – Jornal <i>O Liberal Parahybano</i>	67
FIGURA 14 – Carta de agradecimento – <i>Jornal da Parahyba</i>	68
FIGURA 15 – Carta de aviso – <i>Jornal da Parahyba</i>	70
FIGURA 16 – Carta de aviso – Jornal <i>Gazeta do Sertão</i>	71
FIGURA 17 – Carta de queixas – <i>Gazeta do Sertão</i>	74
FIGURA 18 – Carta de queixas – Jornal <i>O Publicador</i>	78
FIGURA 19 – Carta de queixas – Jornal <i>O Liberal Parahybano</i>	80
FIGURA 20 – Carta de queixas – Jornal <i>O Tempo</i>	83
FIGURA 21 – Carta de queixas – Jornal <i>O Publicador</i>	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A ESCRITA EPISTOLAR: CONFIGURAÇÕES E RELAÇÕES NOS JORNAIS DO IMPÉRIO	23
2.1 Relações entre cartas e jornais: meios de formar a opinião pública no Império	27
2.2 Variações na estrutura das cartas e dos jornais no Império	30
2.3 O gênero discursivo epistolar: como as cartas se apresentavam nos jornais do Império?.....	38
3 A PROFISSÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO NO BRASIL IMPERIAL.....	43
3.1 O professor no Império: características e particularidades.....	43
3.2 O professor como signatário das cartas nos jornais do Império	51
4 CARTAS DE PROFESSORES NA IMPRENSA PERIÓDICA DA PARAÍBA (1864-1889)	58
4.1 Cartas de agradecimento.....	64
4.2 Cartas de aviso e em que se dão parecer	69
4.3 Cartas de queixumes e reclamação	72
CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICES	96
ANEXOS	97

1 INTRODUÇÃO

O amadurecimento e a escolha do objeto de estudo - as correspondências de professores publicadas em jornais do Império – deram-se a partir de minha participação em projetos de pesquisa. No entanto, tenho consciência de que essa opção foi construída ao longo da minha vida escolar, quando ainda era imatura demais para fazer escolhas e imaginar como seria o mundo da pesquisa. Neste sentido, na tentativa de compartilhar um pouco dos meus dados pessoais e acadêmicos, entendo ser importante trazer um pouco da relação que mantive com a escola. Trazer à tona essa lembrança nos enriquece enquanto pessoa, professor e pesquisador e nos dá clareza dos caminhos que trilhamos e das posturas que pretendemos manter. Dessa forma, ressaltamos que:

[...] é evidente a necessidade de que o educador tenha consciência sobre como se construiu a sua maneira de viver e pensar os problemas e desafios de sua profissão, pois os diferentes acontecimentos de seu percurso de vida e o modo como respondeu a eles qualificam a maneira como ele se apresenta nesse processo. (SANTOS NETO, 2009, p. 105).

Ao concluir o Ensino Fundamental 2, aos treze anos, decidi ingressar em uma Escola Normal, na qual estudei quatro anos, experimentando as práticas pedagógicas vivenciadas na escola-modelo situada dentro da escola. A opção por uma Escola Normal, naquela época, trazia-me a segurança de um emprego rápido, já que ainda existiam as escolas que aceitavam professores em formação como forma de garantir mão-de-obra barata. Na época, era o que eu precisava e o que de fato ocorreu. Embora precocemente – aos quinze anos e cursando o segundo ano do magistério –, vivenciei a prática de professora da Educação Infantil, e senti de perto as obrigações e dificuldades que permeavam o cotidiano docente.

Essas primeiras experiências como professora me impulsionaram a optar pelo curso de Pedagogia, quando concluí a Escola Normal, em 2008. Prestei vestibular e, aprovada, iniciei outra etapa: a da tão sonhada vida acadêmica. Cursar Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba abriu-me várias portas, inclusive a de professora em uma escola particular renomada e conceituada na cidade. No entanto, ainda que trabalhando e estudando, consegui envolver-me em alguns projetos ofertados pela universidade, como o *Apoio Pedagógico às atividades de leitura, matemática e escrita*, desenvolvido em convênio com a Prefeitura

Municipal de João Pessoa. Nesse projeto, fortaleci ainda mais minha prática docente e alcancei novas aprendizagens.

Contudo, percebi que havia outro lado da universidade que, infelizmente, nem todos os alunos – principalmente os do turno noturno, como no meu caso – conseguem adentrar: o mundo da pesquisa científica. Cursei uma disciplina com a professora Dra. Fabiana Sena, que me instigou a transformar o trabalho final da mencionada disciplina em um evento. Aceitei a proposta e me interessei pelas atividades de pesquisa da professora, que me convidou para fazer parte do seu grupo de pesquisa em História da Educação.

Ao cursar o sexto período do curso de Pedagogia, iniciei no mundo da pesquisa científica, por meio do Programa Institucional de Voluntário em Iniciação Científica (PIVIC), no projeto de pesquisa: *A epístola sobre educação e instrução nos jornais paraibanos oitocentistas: as regras da comunicação epistolar*, vigência 2011/2012, e, logo em seguida, como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no projeto de pesquisa: *Notícias sobre educação e instrução pública no Império: O modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba*, vigência 2012/2013. Ambos os projetos estavam sob a orientação da professora Dra. Fabiana Sena da Silva. Durante essas pesquisas, foram coletadas cartas, nos jornais do período imperial das províncias da Paraíba e do Rio de Janeiro, sobre a instrução pública, compreendendo-as como fonte e objeto da História da Educação. As cartas nos jornais se distinguiam das epístolas privadas, pois eram objetos de caráter público, tendo em vista o meio em que circulavam. Barbosa (2007) aponta que, “[...] nos periódicos do século XIX, a carta foi por excelência o gênero pelo qual a escrita se mascarou, ao confundir o espaço público com o privado, o anônimo com o famoso” (BARBOSA, 2007, p. 59).

No primeiro contato com os jornais, confesso que tive certo estranhamento com a forma de escrita diferenciada dos padrões e normas da língua atual. Apesar de estar encantada pelos escritos do século XIX, senti-me desafiada com algumas palavras ou termos desconhecidos. No entanto, no decorrer da pesquisa, o envolvimento com as leituras e com as discussões nos grupos de pesquisa, somados ao esforço em busca do objeto de estudo, contribuíram significativamente para minha formação e para meus objetivos e interesses como pesquisadora.

Mesmo trabalhando dois anos nos mencionados projetos, verifiquei que havia muitos jornais que não tinham sido consultados. Seja porque estes se apresentavam em grande quantidade, seja porque requeriam atenção e cuidado minuciosos – já que é necessário ler os

jornais em sua totalidade, pois a carta não possuía um local próprio, podendo aparecer tanto na seção de correspondência, quanto na seção a pedido, ou entre notícias que aparentemente não apresentavam relação com o seu conteúdo. Desse modo, não foi possível contemplar todos os jornais paraibanos disponíveis na internet, nos endereços eletrônicos consultados¹, no espaço de tempo em que as mencionadas pesquisas foram desenvolvidas. Percebemos também que havíamos coletado, nos jornais da Paraíba no Império, oitenta cartas sobre instrução pública. No entanto, muitas delas, pelos mesmos motivos que os jornais, não tinham sido analisadas.

As cartas coletadas versavam sobre os diversos conteúdos envolvidos na instrução pública no Império, tais como pedidos de compra de materiais escolares, de matrícula no liceu, de recebimento de mapas escolares, de pagamento de salários e outras informações sobre os sujeitos da instrução pública, os diretores, os inspetores, os alunos e os professores. As cartas escritas pelos professores continuaram despertando meu interesse em desenvolver uma pesquisa de mestrado, já que, ao atuar como professora, como já mencionei, percebi as inúmeras dificuldades e obrigações do cotidiano docente. Nesse sentido, ao me deparar com algumas cartas de professores nos jornais da Paraíba no Império, alguns questionamentos me inquietaram, incitando-me a saber o que os professores escreviam, com que intuito escreviam, para quem escreviam e quais as estratégias de linguagem utilizadas por eles para atingir o destinatário da carta. Outro mote motivador para a realização dessa investigação foi dar visibilidade sobre o conteúdo a respeito da instrução pública dos leitores dos jornais da Paraíba no Império.

Assim, surgiu o tema desta pesquisa: as cartas escritas por professores nos jornais da Paraíba no Império. A princípio, escolheu-se todo o período do Império (1822-1889) para estabelecer quais jornais serviriam de suporte ao início da pesquisa. No entanto, ao fazer o levantamento dos jornais da Paraíba imperial digitalizados e disponíveis na internet, percebemos que encontramos, apenas em 1864, a primeira carta assinada por um professor. Desse modo, o recorte temporal desta pesquisa se inicia em 1864 e finda em 1889 – ano em que foi encontrada a última carta de professor no período escolhido para estudo. A partir da delimitação do objeto, buscamos responder ao seguinte problema de pesquisa: o quê, para quê e para quem os professores escreviam por meio das cartas nos jornais da Paraíba do Império?

¹ Os endereços eletrônicos consultados durante as pesquisas de PIVIC e PIBIC foram: *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século XIX*, disponível em: <www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins> e *Hemeroteca Digital Brasileira*, disponível em: <hemerotecadigital.bn.br>.

A partir dessa problemática, o objetivo geral desta investigação é analisar as cartas de professores publicadas nos jornais da Paraíba no período de 1864 a 1889. Dentro deste objetivo maior, estão os objetivos específicos, a saber: compreender o gênero carta nos jornais do período imperial, de acordo com o modelo de composição epistolar utilizado pelos professores; compreender as características e particularidades do professor no Império; e analisar o conteúdo e a forma das cartas escritas pelos professores nos jornais da Paraíba no Império.

Desde os últimos anos do século XX, a carta passou a ser objeto de interesse por parte dos historiadores, o que proporciona um campo de pesquisa sobre as práticas de escrita que se desenvolveram a partir do século XIX (CUNHA, 2008). Para os historiadores da educação, a possibilidade de utilizar as cartas publicadas nos jornais como fonte e objeto propiciou uma nova forma de apreender um dado período. Para Andrade (2014), as epístolas “são um dos tantos produtos de uma sociedade, gerados a partir do registro de informações específicas. [...] A epístola pode passar a ser um artefato informacional, e esse artefato na qualidade de documento materializa a informação”. A inserção desse objeto nas pesquisas em História da Educação “[...] é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo como no espaço” (ANDRADE, 2014, p. 25).

Como fonte e objeto, as cartas de professores representam a cultura escolar de uma dada época, sendo constituídas como “[...] *documentos históricos* que elabora[m] representações sobre um dado capital de vivências da época e, dessa forma, se faz portador/produtor de sentidos para a história” (CUNHA, 2008, p. 2, grifos da autora). Dessa maneira, o trabalho com os jornais e com as cartas requer do historiador da educação um cuidado específico. Ao utilizar as cartas como objeto, deve-se levar em conta “seu caráter subjetivo, [...] buscar nesses documentos a expressão e a contenção do eu em seus diversos papéis sociais [...], principalmente práticas culturais” (MALATIAN, 2009, p. 204). Para isso, o historiador deve observar “além do conteúdo das cartas, as condições de sua redação e de sua leitura, as circunstâncias das trocas, sua conformidade (ou não) às convenções” (DAUPHIN; POUBLAN, 2002, p. 76).

O trato com os jornais, como fonte de pesquisa, não diverge dos cuidados com o objeto de estudo carta, pois o historiador da educação deve estar atento ao lugar e ao tempo em que o objeto está inserido, interpretando o conteúdo das notícias publicadas nos jornais como

[...] o lugar da notícia/matéria no interior do suporte (primeira página, notas, seções), a forma como ela é diagramada/apresentada (tamanho dos tipos, presença de fotografias, mapas, desenhos ou caricaturas), bem como os meios discursivos utilizados na produção das notícias e das manchetes (léxico e retórica) (VIEIRA, 2007, p. 17).

Inseridas nos jornais, as cartas se caracterizam pela “[...] atividade socialmente extensa, cuja leitura era partilhada não pelos ausentes, mas por aqueles que se presentificavam na partilha que faziam da comunidade de leitores de determinado periódico” (BARBOSA, 2011, p. 332). Nessa perspectiva, no Império, as cartas nos jornais se apresentavam “[...] como um dos tipos textuais mais comuns e importantes” (BARBOSA, 2007, p. 59).

Por meio das cartas de professores, publicadas nos jornais da Paraíba no Império, “[...] é possível entrever maneiras de viver, códigos comportamentais e ideias que circulavam numa determinada época, tendo acesso aos espaços discursivos de um lugar e de um tempo” (PEREIRA, 2004, p. 111). O trabalho com as cartas, contudo, não é tarefa fácil, pois “[...] cada descoberta revela-se de inquestionável importância [...]. Delineia-se uma teia de relações de escrita e leitura que parece cingida mais por nós cegos do que por laços” (CAMARGO, 2000, p. 24).

As cartas de professores se constituem como um objeto viável de pesquisa, pois “[...] são as correspondências que melhor expressam [...] acontecimentos miúdos que revelam a relação que os docentes tinham com suas escolas e alunos” (RIZZINI I., 2007, p. 500). Representam, ainda que de forma parcial, elementos significativos da instrução pública e, especialmente, dos professores do Império, que se disfarçavam por meio de pseudônimos para reivindicar e reclamar, como aponta Schueler (2005):

[...] por meio dos periódicos, os grupos de professores públicos discutiram não apenas diversas questões relativas propriamente ao ensino [...] mas, sobretudo, realizaram debates e propuseram saídas para buscar solucionar uma série de problemas, que identificavam como as ‘urgentes questões sociais’ e educacionais de seu tempo. (SCHUELER, 2005, p. 382).

As cartas, para a História da Educação, fornecem indícios de como a classe dos professores se posicionava nos jornais, na sociedade imperial, sendo consideradas como “[...] portadoras de um lugar de memória” (CUNHA, 2008, p. 2). Le Goff (1990 [1924]) demonstra a relação dos objetos e da memória, quando explica que o documento histórico “[...] não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento” (LE GOFF, 1990 [1924], p. 6). Nesse

sentido, a interpretação que se dá ao texto histórico faz parte de uma intervenção do historiador, pois cabe a ele a escolha de um documento em detrimento de outro, atribuindo-lhe um valor de testemunho, o qual, ao menos em parte, irá depender da sociedade e da época em que vive e do discurso formulado nesta (GREGOLIN, 2004).

Os estudos tomaram como base a perspectiva da Nova História, considerando “[...] uma ‘história problematizada’, construída em torno de hipóteses e de análises de profundidade, e não mais como uma História que é mera ordenação factual ou descritiva” (BARROS, 2005, p. 30).

Quanto às fontes, foram utilizados os jornais paraibanos, tais como *O Publicador* (1862-1886), *O Tempo* (1864-1889), *O Liberal Parahybano* (1870-1889), *Jornal da Parahyba* (1860-1890) e *Gazeta do Sertão* (1880-1891). Os anos citados correspondem ao período de circulação desses jornais. No entanto, para esta pesquisa, utilizamos os anos correspondentes à disponibilidade na internet dentro do período do Império, a saber: *O Publicador* (1864-1869), *O Tempo* (1865), *O Liberal Parahybano* (1879-1889), *Jornal da Parahyba* (1888-1889) e *Gazeta do Sertão* (1888-1889). Para a compreensão do objeto, foi considerado o conteúdo desses jornais, na tentativa de compreender como eles se posicionavam e como propalavam seus ideais. Atentamos não somente para o conteúdo propagado por meio das cartas, mas também observamos as relações estabelecidas entre elas e os jornais paraibanos.

Os jornais *O Tempo* e *O Liberal Parahybano* encontram-se disponíveis no endereço eletrônico *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século XIX*, coordenado pelas professoras Socorro Barbosa – CCHLA e Fabiana Sena – CE, da Universidade Federal da Paraíba. Já *O Publicador*, *Jornal da Parahyba* e *Gazeta do Sertão* e outras edições de *O Liberal Parahybano* estão disponíveis no endereço eletrônico da *Hemeroteca Digital Brasileira*, organizado pela Fundação Biblioteca Nacional.

Os endereços eletrônicos consultados se constituem em instrumentos primordiais para o desenvolvimento desta pesquisa, visto que, por meio deles, essas fontes históricas tornam-se mais acessíveis. Além disso, por estarem disponibilizadas digitalmente, preservam a historicidade dos documentos e asseguram as pesquisas nesse campo, sendo outra forma de guardar e democratizar o conhecimento.

Consultamos, ainda, o acervo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano– IHGP², onde se encontram algumas edições dos jornais paraibanos do século XIX que não estão disponíveis na internet, a saber: o *Jornal da Parahyba* do ano de 1886 e o jornal *O Publicador*, também do mesmo ano. Ressalte-se que o acervo também se constituiu como instrumento importante para o desenvolvimento da pesquisa, pois o contato direto com a fonte e com o objeto possibilita maior aproximação com a temática envolvida, permitindo quase que a passagem/o transporte para outra época e contexto.

Para o desenvolvimento desta pesquisa também utilizamos outras fontes documentais, tais como as leis e os regulamentos da época, os relatórios dos presidentes de província da Paraíba e os manuais de escrever cartas, tendo em vista que nenhum documento ou fonte histórica pode ser tomado como espelho fiel da realidade (MOREL, 2010). Usamos como fonte, também, os próprios jornais em que foram encontradas as cartas e outros jornais das demais províncias brasileiras. Livros, teses, dissertações e artigos serviram como fontes de consulta bibliográfica para o estudo e aprofundamento das temáticas envolvidas nesta pesquisa.

Em relação aos manuais de escrever cartas, os utilizados foram: *O Secretario Portuguez Compendiosamente*, de Francisco José Freire (1801); *Novo Secretário Portuguez ou Código Epistolar*, de J.I. Roquette (1860); e *Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX*, escrito por J.I. Roquette (1845) [1875]³. Esses manuais estão acessíveis na internet e foram consultados e trabalhados durante a análise das cartas. Foram localizados e identificados na pesquisa *A epístola como veículo das ideias e modelos educativos nos jornais paraibanos oitocentistas* (2010-2012) pela professora Fabiana Sena da Silva e organizados em uma tabela que permite a visualização da tipologia das cartas⁴. Os manuais contêm informações sobre as características da escrita epistolar e divulgam e fixam regras de escritas de cartas desde o século XVI. Desse modo, o estudo dos manuais nos permite ter “[...] conhecimento de como essas regras foram produzidas, reconstituídas, modificadas, disseminadas e apropriadas em uma determinada época, lugar e por sujeitos” (SENA e MACHADO, 2014, p. 2).

² O IHGP fica localizado na Rua Barão do Abiaí, no centro da cidade de João Pessoa, Paraíba. É uma entidade sem fins lucrativos que disponibiliza trinta mil títulos, folhetos, livros e periódicos para consulta pública em pesquisas nacionais e locais.

³ O manual epistolar *Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX* foi publicado no ano de 1845. No entanto, utilizamos nesta pesquisa a edição de 1875.

⁴ Ver tabela dos manuais de escrever cartas, organizada pela professora Fabiana Sena da Silva, em anexo.

Os manuais de escrever cartas norteavam os leitores da época para regras de como redigir as cartas, ensinando, até mesmo, o tipo de pena e de papel adequados a cada classificação da carta. O manual *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*, de J.I. Roquette, (1860), por exemplo, já na introdução adverte sobre a contextura das cartas, explicando o respectivo passo a passo e apresentando modelos para servirem como exemplos de como se deveria escrever uma carta. Aborda, ainda, a composição epistolar, principiando pela data, seguindo com a adequação dos pronomes de tratamento, passando pelo o corpo ou conteúdo até encerrar com a conclusão. Essas informações foram necessárias durante a análise das cartas encontradas, pois nos fez supor que os professores consultaram os manuais de escrever cartas para publicar as epístolas nos jornais, ou ainda, que os próprios editores dos jornais adequaram a escrita dos professores ao padrão prescrito pelos manuais, já que eles instauraram uma tradição: a da escrita epistolar (SENA e MACHADO, 2014).

Alguns autores e conceitos serviram de suporte para esta pesquisa. O conceito de representação de Roger Chartier foi utilizado para entender o objeto de pesquisa como “[...] instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como é” (CHARTIER, 1991, p. 184). De acordo com esse autor, a circulação do escrito impresso modifica as formas de sociabilidade dos indivíduos, transformando as relações de poder. Nesse sentido, as cartas de professores publicadas nos jornais paraibanos oitocentistas foram analisadas como práticas de escritas e objetos de representação de um determinado momento histórico, por entender que não há “[...] prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991, p. 177).

Em relação às estruturas linguísticas utilizadas pelos professores para escrever as cartas nos jornais, consideramos que não se pode perder de vista as estratégias discursivas utilizadas por meio das cartas, “[...], pois, as cartas têm muito a dizer também naquilo que não é dito” (SILVA, 2009, p. 14). O conteúdo e as formas das cartas foram analisados a partir de suas caracterizações e do discurso dos professores, por perceber que os documentos foram construídos por seus autores e discursos, ou seja, “[...] o autor do texto histórico [...] é apenas, e sempre, efeito construído pelo discurso” (GREGOLIN, 2004, p. 23).

A análise do discurso⁵ foi empregada como metodologia, trazendo as contribuições de Michel Foucault. Foram válidas tais contribuições para entender-se que:

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade (FOUCAULT, 1971 [1970], p. 13).

Aparecem, ainda, no desenvolvimento desta pesquisa, os conceitos de poder e resistência empregados por Michel Foucault em algumas de suas obras, como *Vigiar e Punir* (1987); *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1988) e *Microfísica do Poder* (1979), em que o autor aborda a genealogia do poder, relacionando-a com a arqueologia do saber. A compreensão de poder do autor está ligada ao estudo da sociedade de controle que, segundo ele, surge a partir do século XVIII. Esse poder não tem mais interesse na violência física, mas é exercido com pretensões de administrar a vida e disciplinar e normatizar a sociedade de forma sutil. Assim, designa poder como sendo

a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força, encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, a formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1979, p. 240).

Nesse sentido, estudamos as formas de poder e controle da sociedade imperial sob os sujeitos professores e as resistências utilizadas por eles. Para Foucault (1979), estas surgem a partir das lutas e afrontamentos ao poder, declarando que “onde há poder há resistência” e que “a resistência vem então em primeiro lugar, ela permanece superior a todas as forças do processo, ela obriga as relações de poder a mudar” (FOUCAULT, 1979, p. 240). Compreendemos, por conseguinte, as cartas de professores como gritos de protesto e resistência ao poder imposto, por meio, por exemplo, das legislações. No entanto, veremos adiante que os professores não só escreviam com o intuito de resistir, mas também de avisar e agradecer, conforme as cartas estudadas nesta pesquisa.

A pesquisa se apoia, ainda, nas orientações de Gondra (2003), quando afirma, em um de seus textos⁶, sobre as cartas de professores, que elas são insuficientes para afiançar que os

⁵ Há uma variação no campo entre “análise **do** discurso” e “análise **de** discurso” (GREGOLIN, 2008). Nesta dissertação, optou-se pelo uso da expressão “análise **do** discurso”.

professores acionavam as engrenagens do poder com a escrita de cartas. Para o autor é necessário saber que gesto é esse, como é comandado e quais os efeitos sociais dessa escrita, considerando ser esta última hipótese de difícil certificação.

Para o desenvolvimento desta dissertação, alguns processos metodológicos foram necessários na abordagem sobre o objeto de estudo. Primeiramente, identificamos e constituímos o *corpus* da pesquisa, composto pelo nosso objeto, as cartas escritas por professores, publicadas nos jornais da Paraíba no Império, as quais somam 10 (dez). As cartas encontradas foram organizadas em uma tabela. Nessa tabela foi realizada a transcrição dos recortes e apontados os dados sobre cada carta, tais como: assunto, signatário, destinatário, data de publicação, endereço eletrônico de consulta do jornal e classificação da carta segundo os manuais epistolares⁷.

O processo metodológico seguinte utilizado foi a análise das cartas. As cartas foram avaliadas por categorias, delineadas por meio dos manuais epistolares, identificando o conteúdo das cartas com o prescrito nos manuais. No quadro abaixo, podemos compreender as categorias nas quais se adequam as cartas, segundo os manuais epistolares; a quantidade de cartas de professores encontradas na pesquisa; e os jornais em que tais cartas foram localizadas.

Quadro 1 – Categorias e jornais das cartas de professores da Paraíba no Império

Categoria, segundo os manuais epistolares	Quantidade de Cartas	Jornais
Cartas de Agradecimento	3	<i>O Publicador e O Liberal Parahybano e Jornal da Parahyba.</i>
Cartas de Aviso e em que se dão parecer	2	<i>Gazeta do Sertão e Jornal da Parahyba.</i>
Cartas de Queixumes e de Reclamação	5	<i>O Tempo; O Publicador; O Liberal Parahybano e Gazeta do Sertão.</i>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

⁶ O texto a que me refiro é intitulado *Ao correr da pena: reflexões relativas às cartas de professores do século XIX*.

⁷ Exemplo da tabela com transcrição e dados das cartas em apêndice.

A História da Educação conta com alguns trabalhos de autores que utilizaram as cartas no jornal como fonte de estudo, a saber: Gondra (2003), Rizzini I.(2007) e Sena (2011, 2012, 2013, 2014, 2015). Realizou-se um levantamento das teses e dissertações⁸ disponíveis no *site* da *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações* da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba, a fim de avaliar os trabalhos desta instituição nos quais foram utilizadas as cartas particulares e as cartas publicadas em jornais como objeto e fonte de pesquisa. Foram encontradas quatro dissertações, de três dos Programas de Pós-Graduação existentes na Instituição. Um dos trabalhos faz parte do Programa de Pós-Graduação em Letras e é intitulado *Retórica, rodas de compadres, solidão e achaques da velhice: o Machado de Assis das cartas*, da autoria de Otoniel Machado da Silva (2009). Foram localizados ainda dois trabalhos do Programa de Pós-Graduação em Linguística, os quais são: *A orientação para o outro: relações dialógicas na constituição do discurso escrito de cartas de leitor do século XIX*, de Thiago Trindade Matias (2009), que trata especificamente das cartas publicadas nos jornais como objeto de estudo; e o trabalho *Topicalização: um estudo histórico sobre a ordem dos constituintes em cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*, de Maria Alba Silva Cavalcante (2011). Encontrou-se também uma pesquisa que utiliza as cartas como objeto e fonte no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, sob o título *Informações epistolares: memórias em envelopes*, de Brenda Alves de Andrade (2014).

Observamos, por meio da investigação realizada, a inexistência da pesquisa com as cartas no Programa de Pós-Graduação em Educação, no que se refere às teses e dissertações disponíveis no acervo consultado. Tampouco, identificamos abordagens das cartas publicadas em jornais em que o professor é o signatário ou destinatário. Dessa forma, faz-se necessário tornar visível tal objeto para a História da Educação da Paraíba, por meio de pesquisa de dissertação de mestrado.

Com vistas a atender aos objetivos desta investigação histórica, três capítulos foram elaborados. O primeiro, intitulado **A escrita epistolar: configurações e relações nos jornais do Império**, aborda o gênero carta e como este se configurou e se constituiu na Imprensa. Observamos a importância da escrita epistolar para o século XIX como meio de comunicação. Verificamos as relações existentes entre as cartas e os jornais como propagadores e formadores da opinião pública no período do Império e tentamos compreender como as pessoas empregavam as cartas ao escrever para os jornais.

⁸ Encontram-se nas referências.

No segundo capítulo, **A profissão docente e a educação no Brasil imperial**, tornamos visível a figura do professor no período imperial, abrangendo sua representação e seu lugar social no Império brasileiro. Para isso, discorremos, ainda que parcialmente, sobre a história da profissão docente e as formas de controle do Estado sobre a profissão de professor. Atentamos para as categorias particular e pública de ensino, versando sobre a figura desse sujeito como signatário das cartas, entendendo o quê, para quê e para quem eles escreviam nos jornais. Analisamos, também, algumas cartas de professores das províncias brasileiras.

Já no último capítulo, **Cartas de professores na imprensa periódica da Paraíba (1864-1889)**, analisou-se o conteúdo de dez cartas de professores dos jornais da Paraíba imperial, encontradas nesta pesquisa, por meio das categorias já assinaladas anteriormente no quadro. Foram investigadas, ainda, as estratégias linguísticas utilizadas pelos signatários para escrever as cartas nos jornais.

A pesquisa sobre as cartas de professores nos jornais paraibanos do Império contribui para os estudos da História da Educação na Paraíba, por entendermos que revelam dados sobre os professores, os alunos, os diretores, os inspetores e sobre os diversos assuntos que circundavam a instrução pública no Império. A pesquisa se faz necessária, pois, por meio dela, percebemos o quê e para quê os professores escreviam para os jornais, bem como abarcamos as estratégias linguísticas utilizadas por eles para proferirem seus discursos, repletos de intencionalidade.

Nessa perspectiva, o estudo com as cartas de professores traz contribuições significativas para o campo, pois é uma “[...] massa documental preciosa e encantadora, na medida em que se apanham as condições de sua produção, seus conteúdos e efeitos, [...] com base nos testemunhos de um de seus mais importantes protagonistas – os(as) professores(as)” (GONDRA, 2003, p. 31).

Podemos compreender os professores como sujeitos sociais de uma época, que, por meio da escrita de cartas, exprimiram suas intenções e estabeleceram laços de comunicação que nos servem de representação para compreendermos a configuração da sociedade vigente. Nesse intento, sabendo que “[...] a ideia de dar um sentido ao presente, tendo como referência o passado, é o cerne da utilidade social da História” (SCHIMIDT, 2004, p. 76), esta pesquisa apresenta-se, a nosso ver, como significativa para o campo da História da Educação, por apresentar indícios do passado que nos ajudam a compreender os dias atuais, pois “[...] frente a frente, o professor de hoje e o de outrora trocam olhares de estranhamento e familiaridade” (VILLELA, 2000, p. 74).

2 A ESCRITA EPISTOLAR: CONFIGURAÇÕES E RELAÇÕES NOS JORNAIS DO IMPÉRIO

A escrita epistolar apresenta vários conceitos: epístolas, cartas, correspondências, missivas, entre outros. Epístola, termo grego que significa *enviado*, pode ser entendida como uma composição escrita e datada, geralmente redigida por alguém ou por um grupo com o intuito de alcançar um destinatário. Ao conceituar o termo epístola, Ceia (2010) ressalta que esta se diverge da carta e se aproxima da crônica histórica, podendo criar questões ideológicas a partir de seus escritos, pois vai além do utilitarismo das cartas comuns. Ressalta, contudo, que a utilização do termo se dilatou, ao longo dos anos, para todo tipo de correspondência, da privada à pública.

A carta pode ser conceituada como “[...] uma notícia escrita de um espírito a outro ausente, ou quase ausente” (TIN, 2005, p. 132). Deve ser entendida como instrumento de conversação que “[...] não só serviam para expressar ideias e pensamentos, notícias ou consolos espirituais, mas também para compartilhar vivências mais íntimas, pessoais e até mundanas” (GÓMEZ, 2002, p. 18).

Roquette (1875) ao tratar do gênero carta, no manual de civilidade *Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no XIX Século*, ressalta que “[...] depois das visitas e da conversação, o laço social mais extenso e variado [no século XIX] é a comunicação epistolar” (ROQUETTE, 1845 [1875], p. 208). Já Gómez, entende que a escrita de cartas funciona como uma arte que tende a propiciar a

[...] ‘conversação entre ausentes’, segundo palavras de Luis Vives, ou ‘transporte de mensagens que se envia ao ausente por escrito em qualquer matéria que seja’, de acordo com o *Tesoro de la lengua castellana o española* (1611), de Sebastián de Covarrubias, eram os termos mais usuais na hora de definir a carta, remetendo-se a discursos mais antigos. (GÓMEZ, 2002, p. 17).

A correspondência, por sua vez, é uma modalidade de escrita que remonta à Antiguidade. Corresponder-se é uma prática que se “[...] enraíza em um modelo de comportamento, em uma maneira de viver o vínculo social e de estreitar relações” (DAUPHIN; POUBLAN, 2002, p. 86).

Por fim, o termo *missiva*, também conhecido como *mandadeira*, deriva do latim *missus*, sendo esta a mensagem escrita entre o signatário e o destinatário (MALATIAN, 2009).

O gênero carta é uma das produções discursivas mais antigas que existem “[...] sua evolução está intimamente ligada à evolução da sociedade que a usou para determinados fins no fio da história” (MATIAS, 2009, p. 45). Quanto ao seu surgimento, este “[...] se perde na Antiguidade, [...] e qualquer dos tratadistas que se ocuparam dela [da carta], no Século de Ouro, mencionava a Cícero quase como o homo fator da arte epistolar” (GÓMEZ, 2002, p. 14). Segundo Tin (2005), além de Cícero, outros nomes que são referência para a escrita de cartas na Antiguidade são as obras de Demétrio, Filóstrato de Lemnos, Caio Júlio Victor, Sêneca e Gregório Nazianzeno. Peixinho (2009 p. 2828) faz um alerta para os papéis das cartas já no período da Antiguidade, sendo “[...] fontes de informação, meios pelos quais se transmitiam notícias e se mantinham destinatários distantes próximos dos desenrolar de acontecimentos”.

No final do século XI, a *Ars dictaminis* surgiu com a finalidade de estabelecer regras comuns à escrita das cartas. Seu centro esteve no convento beneditino de Alberico de Montecassino – escritor medieval conhecido por incluir a escrita de cartas como domínio da retórica tradicional. A *Ars dictaminis* sugere que a escrita das cartas seja realizada com as seguintes regras: *salutatio* (saudação), *exordium* (começo), *narratio* (narração), *petitio* (solicitação ou argumentação) e *conclusio* (conclusão) (TIN, 2005). Essas partes da carta, vale salientar, não precisam obedecer a uma ordem sequencial. Nem todas essas partes precisam aparecer para compor uma carta, com exceção da *narratio*, que ao excluí-la se elimina também o sentido da epístola (TIN, 2005).

A *salutatio* ou a saudação seria a parte inicial de uma carta. Tin (2005) explica que a *salutatio* “é definida como uma expressão de cortesia que transmite um sentimento amistoso compatível com a ordem social das pessoas envolvidas” (TIN, 2005, p. 37). O autor ainda fala sobre as classificações pertencentes à *salutatio*, podendo ser ‘prescrita’ (nome do destinatário primeiro), ‘subscrita’ (nome do destinatário ao final) e ‘circunscrita’ (nome do destinatário escrito em vários momentos na carta) (TIN, 2005).

O *exordium* ou começo, ainda chamado de *captatio benevolentiae*, compreende a parte inicial do discurso de uma carta, em que se deve demonstrar a humildade do remetente e a benevolência ao destinatário. Tin (2005, p. 40) considera que essa etapa da carta,

[...] já está em curso na própria saudação. Por essa razão devemos planejar nossas cartas de modo que nunca a humildade do remetente ou o mérito do destinatário avancem demais na saudação, devemos prosseguir com o restante da carta imediatamente a narração ou com a petição, ou devemos indicar nossa própria boa disposição de preferência breve e modestamente.

A *narratio* ou narração é o momento em que o signatário demonstra o propósito da escrita de sua carta, indicando a temática ao destinatário e levando uma mensagem. Esta parte pode informar sobre apenas um assunto, sendo considerada simples, ou informar sobre vários assuntos de tempos diferentes, sendo caracterizada como complexa. Dessa forma, “é a enumeração ordenada dos fatos sob discussão, ou melhor, uma apresentação dos fatos de um modo que parecem eles próprios apresentar” (TIN, 2005, p. 40).

A *petitio* ou solicitação/argumentação é a parte que serve para requerer, pedir alguma coisa. A *petitio* pode ser constituída de nove modos, a saber: *supplicatória*, utilizada na maioria das vezes por subalternos; *didática*, busca por preceitos sobre o que fazer ou não fazer; *cominativa*, feita por ameaças; *exortativa*, insistência em saber o que deve ou não ser feito; *iniciativa*, quando se busca encorajar; *admonitória*, para advertir; *de conselho autorizado*, por aconselhamento; *reprobativa*, para reprovar algo ou alguém; e *direta*, pela indicação direta (TIN, 2005).

A *conclusio* ou conclusão “é a passagem pela qual uma carta é terminada” (TIN, 2005, p. 41). Em muitas cartas, no entanto, a conclusão não põe fim, incitando ao destinatário o pedido/o anseio por respostas.

Para retomar o contexto, é por volta dos séculos XVI e XVII, que as cartas adquiriram uma importância significativa como um dos instrumentos de comunicação mais utilizados na época. As epístolas de Cícero e Sêneca serviram no Renascimento como modelo de composição epistolar (TIN, 2005). Escritas em latim, essas epístolas passavam a ser de cunho particular. No entanto, com a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, foi se perdendo o prestígio da escrita de cartas em latim, passando a ser valorizada a linguagem local (MATIAS, 2009).

Por ser a carta um dos meios de comunicação mais antigos que existem, há um extenso material lavrado e debilitado pelo tempo. Sena (2011) apresenta alguns exemplos destas epístolas:

Na Antiguidade, temos a Arte Poética – Epístola aos Pisões –, de Horácio; no Renascimento, a Carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil, [...]; além dos ensinamentos para educação de príncipe, como a Carta dirigida a el rei D. Sebastião (s/d) e a Carta de Guia de casados (1651) e Da

educação das Crianças (1592), de Montaigne. No século XVIII, surgiram os romances epistolares, a exemplo de *A Nova Heloísa* (1761), de Jean-Jacques Rousseau; *Os Sofrimentos do Jovem Werther* (1774), de Goethe; *Carta sobre a música francesa* (1753), de Rousseau; e *Verdadeiro método de ensinar* (1746), de Luis António Verney. Já no século XIX, temos *Cartas de huma peruviana* (1802), de Françoise d'Issembourg d'Happoncourt de Graffigny; *Cartas americanas* (1809), de Theodoro José Biancardi; *Carta de Heloisa a Abaelardo* (1819), de Alexandre Pope; e *Cartas sobre educação de Cora*, seguidas de um catecismo moral, político e religioso (1849), do Dr. José Lino Coutinho. (SENA, 2011, p. 2).

A partir da *Ars dictaminis* foram surgindo os manuais de escrever cartas, como por exemplo, *La Secretarie à la Mode*, de Sieur de La Serre no século XVI (MATIAS, 2009). São diversos os motivos pelos quais se escrevem cartas e os manuais epistolares já apontavam a diversidade de assuntos abordados e como os mesmos deveriam ser escritos. Há cartas comerciais, familiares, amorosas; cartas de agradecimento, de ameaça, de pêsames; cartas de boas festas, de parabéns, de consolação; cartas privadas e cartas públicas.

Faz-se necessário destacar a utilização das cartas com a função de educar, que passaram a ser “[...] utilizadas na formação dos jovens, graças ao reconhecimento de seu papel como ‘arte formadora da existência’” (MALATIAN, 2009, p. 196). A exemplo destas cartas, podemos citar as epístolas familiares escritas por pais e filhos, que evidenciavam, além da função educativa, um caráter civilizador. A arte de escrever cartas se tornou um modo de distinção, de forma que o papel do secretário passou a ser requerido. Este “[...] devia encarregar-se das cartas de seu senhor procurando que as mesmas cumprissem uma série de requisitos, que fossem suficientes para poder entendê-las como projeções simbólicas de quem as enviava” (GÓMEZ, 2002, p. 34).

No Brasil, a escrita de cartas está relacionada com a veiculação do ato de escrever, tornando-se popular apenas no século XIX. Para Matias (2009, p. 54), “[...] o grande número de analfabetos presentes no país dificultava o interesse pela leitura, conseqüentemente as dificuldades nas relações pessoais”. Escrever cartas,

[...] era uma atividade corrente entre administradores, burocratas e letrados, quanto a todos eles, por umas ou outras razões, viviam aferrados ao papel e à pluma. [Porém] tal era sua importância que nem sequer os analfabetos livraram desta necessidade, [...] sendo isto o que, uma vez mais, autoriza como o principal dos meios de comunicação social escrita (GÓMEZ, 2002, p. 17).

Uma das formas de socialização das cartas se dava por meio das leituras em voz alta dos jornais em que estavam implantadas. Segundo Barbosa (2007), a comunidade de

leitores/escritores de cartas tinha “[...] consciência de que seus escritos estavam sempre destinados a um público amplo, seja por meio da leitura oral, própria àquele século, seja pela cópia daquele original” (BARBOSA, 2007, p. 62).

As cartas nos jornais “[...] se revestiam de grande relevância para a comunicação, pois se constituíam em importantes instrumentos argumentativos, visto que os meios de comunicação eram restritos [no período do Império]” (MEDEIROS, MOTA e FABIANO, 2011, p. 2). Inserida nos jornais, as cartas podem ser consideradas como instrumentos “[...] de expressão do pensamento e um espaço ideal de debate” (PEIXINHO, 2009, p. 2830). Assim, as cartas se caracterizam pela gama de informações que estabelecem ao historiador, pois, por meio delas, é possível tomar conhecimento de uma época, das trocas de opiniões, dos valores e da maneira de escrita de um tempo. Barbosa (2011) ressalta que:

[...] a escrita da carta no jornal não se constituía como prática privada de escrita, mas como atividade socialmente extensa, cuja leitura era partilhada não pelos ausentes, mas por aqueles que se presentificavam na partilha que faziam da comunidade de leitores de determinado periódico. (BARBOSA, 2011, p. 332).

Nessa perspectiva, no período do Império brasileiro, a escrita de cartas nos jornais representou para a sociedade da época uma forma de se comunicar. As regras sociais difundidas por meio dos manuais de escrever cartas, como parte do projeto civilizatório, prescreviam um modelo a ser seguido, contribuindo para a manutenção da sociedade. Tais regras foram incorporadas pela sociedade, que as utilizava para escrever cartas nos jornais imperiais. Ao mesmo tempo, cartas e jornais também desempenharam uma função importante, a de formar a opinião pública do período em questão. É o que tratamos no ponto que se segue.

2.1 Relações entre cartas e jornais: meios de formar a opinião pública no Império

Após o surgimento da Reforma Humanística⁹, com a Idade Moderna, alarga-se a necessidade da troca de informações. Esta era realizada por meio da “carta relatório ou carta de notícias, mandada a estabelecimentos comerciais e personagens de relevo pelos seus

⁹ Antes os estudos estavam todos baseados na religião. Com os novos tempos, os pensadores começaram a estudar o próprio homem, como ser racional, superior às outras criaturas. Essa nova forma de ver o mundo ficou conhecida como humanismo ou reforma humanística.

agentes e correspondentes no estrangeiro” (RIZZINI C., 1988, p. 60). Essas cartas atingiam um número restrito de destinatários, fazendo-se necessário o desenvolvimento do jornalismo epistolar, chamado à época de gazeta manuscrita. Segundo Rizzini C. (1988):

O jornalismo epistolar, quase periódico ou periódico – geralmente semanal de acordo com os ordinários – variado e indiscreto, dispo de um público resumido, mas ávido e crescente, não necessitava senão atravessar do diletantismo ao profissionalismo para encarreira-se no seu próprio e sôfrego destino de informar mais, mais depressa e a mais gente. A epístola, escrita, não por cortesia: por obrigação; não sobre assuntos escolhidos: sobre todos, não a um destinatário-amigo: a quantos destinatários-assinantes se dispusessem a pagá-la – eis a gazeta manuscrita. (RIZZINI C., 1988, p. 55).

Nesse contexto, “[...] as cartas particulares tornaram-se noticiários eficientes. Seu espaço era usado para prestações de conta, anúncios de roubo, anúncios de casamentos; local de divulgação de notícias políticas [...]” (MATIAS, 2009, p. 48). Ceia (2010, p. 2) informa que:

[...] até ao aparecimento da imprensa escrita regular, a carta desempenhou o mesmo papel que hoje tem, por exemplo, um noticiário. Era a carta que informava um destinatário privilegiado sobre os factos que ocorriam no mundo. [...] Até ao aparecimento da imprensa escrita regular, a carta também desempenhou um outro papel social importante: era o meio por excelência de formar a opinião pública.

Na Europa do século XVII, as estruturas dos primeiros jornais se davam em forma de cartas, compostas por um grupo de correspondências nas quais circulavam as notícias (PEIXINHO, 2009). Como precursoras dos periódicos, as cartas deixam um legado para a história da imprensa, pois era por meio delas que o destinatário tomava conhecimento das notícias ocorridas no mundo. Conway (2006) aponta que “[...] uma simples afirmação nos basta para conceituar a estreita relação entre carta e periódico: a carta foi a primeira voz escrita de notícias distantes e, como tal, foi modelo para o periodismo nos séculos XVII e XVIII” (CONWAY, 2006, p. 85).

Além de precederem os periódicos, as cartas, juntamente com os jornais, desempenharam um papel importante na configuração do espaço público. No século XVIII, as ideias iluministas fizeram emergir diversos espaços urbanos e a vida pública foi se instaurando nos espaços sociais, como é o caso dos cafés para troca de discussões e reuniões. Nesses espaços sociais, as cartas e os jornais foram se firmando como suporte de trocas de informações. Como lugar de informações, a carta desempenha um papel de primórdio

ancestral do jornalismo (PEIXINHO, 2009). Essa característica se estende até o início do século XIX, pois,

[...] antes do aparecimento do telégrafo e dos enviados especiais, os jornais contavam com as correspondências, enviadas de diversas partes do país, para dar conta de informações locais, [...] essa função de fonte de informação, assumida nos primórdios pelas correspondências, ainda se mantém, no decurso do século XIX. (PEIXINHO, 2009, p. 2832).

No contexto brasileiro, ao longo do século XIX, os jornais foram assumindo um caráter educativo. Lustosa (2000) aponta que os próprios jornais assim se intitulavam. É o caso, por exemplo, do jornal *Constitucional*, que tinha como objetivo “educar as pessoas, preparando-as para o processo constitucional e procurando igualmente suprir-lhes as deficiências culturais e educacionais” (LUSTOSA, 2000, p. 31). Um dos gêneros presentes nos jornais eram as cartas, os quais possuem características comuns “[...] contêm notícias e concebem o ato de leitura como algo habitual e cronológico” (CONWAY, 2006, p. 85).

A relação estreita entre a carta e o jornal no período do Império faz-nos pensar no objetivo comum entre ambos. Inserida nos jornais, as cartas também primavam pelo ideal de formar a opinião pública, pois “era geralmente a carta, veiculada pela imprensa, que trazia a público posicionamentos, opiniões, através dos quais se alimentavam polémicas de natureza muito heterogênea” (PEIXINHO, 2009, p. 2827).

Influenciar o comportamento dos indivíduos era uma das principais acepções da imprensa por meio dos jornais. No século XIX, no Brasil, se sobressaíam as notícias de caráter opinativo e, pautados em interesses políticos, os jornais difundiam seus ideais, mostrando-se contra e a favor do governo. A imprensa ideológica ou aquela que toma partido imperava no século XIX por três motivos: primeiro, em virtude do aumento do nível de politização da população; segundo, pela falta de matéria-prima para se produzir notícias factuais; e terceiro, pelo baixo índice de alfabetizados no país (MELO, 2005).

Na Paraíba do século XIX, podemos visualizar a circulação da imprensa de partido ou ideológica, por meio de alguns títulos de jornais governistas e não governistas. Como exemplos de jornais governistas que circulavam na província da Paraíba, temos *O Governista Parahybano* e o *Jornal da Parahyba*. Já os considerados não governistas são *O Liberal Parahybano*, que, como o próprio o título indica, era órgão do partido liberal, e a *Gazeta do Sertão*, que fazia parte do órgão democrata.

Na década de 30 do século XIX, a imprensa brasileira se dividia em três campos, a saber: “[...] os conservadores de direita [...]; os liberais de direita e os liberais de esquerda”

(GUEDES, 2005, p. 32). Um dos jornais da imprensa liberal tinha o título de *A voz do Brasil* e iniciou-se em 1847, sofrendo, no entanto, censura a seus escritos e opiniões com a rebelião praieira. Com o surgimento dos pasquins, que se utilizavam dos textos curtos para transmitir conceitos e visões ideológicas, a imprensa liberal, todavia, volta a circular. Outro meio de perpetuar a opinião pública era por meio da circulação de jornais ministeriais, que tinham como característica insultar a oposição. Conforme Guedes (2005), “[...] os grupos políticos utilizavam-se de órgãos de expressão pública para manipular a opinião e para exercer sua influência política, levada a extremos limites, quase sempre” (GUEDES, 2005, p. 33).

Por volta de 1840, com o tráfico escravista e o desenvolvimento das lavouras de café, o domínio da Corte refletiu-se sobre a imprensa. Nesse sentido, “[...] os órgãos de expressão deveriam contribuir para a consolidação da estrutura escravista e feudal” (GUEDES, 2005, p. 34). Conforme demonstra a autora, nessa época, muitos dos jornais nem mesmo apresentavam uma linguagem jornalística. Tinha-se um artigo de fundo reproduzindo a retórica política e organizando o exercício da opinião pela força doutrinária. Do outro lado, apresentavam-se os jornais opostos aos ideais governistas, os quais se utilizavam da força opinativa para difundir imagens abolicionistas e reformistas (GUEDES, 2005).

Os jornais de cunho governistas ou não governistas que compunham a imprensa de opinião no século XIX eram formados por inúmeros gêneros discursivos, como é o caso das cartas. A imprensa se caracterizou como um importante espaço de debate no período do Império e “participou ativamente, [...] sendo capaz de exercer influência, expressar posicionamentos, ajudando a construir ou a consolidar opiniões das mais diversas” (FONSECA, 2002, p. 1). As variações na estrutura dos jornais, ao longo do período do Império, indicam mudanças nos formatos de escrita das cartas publicadas, conforme trataremos no próximo ponto.

2.2 Variações na estrutura das cartas e dos jornais no Império

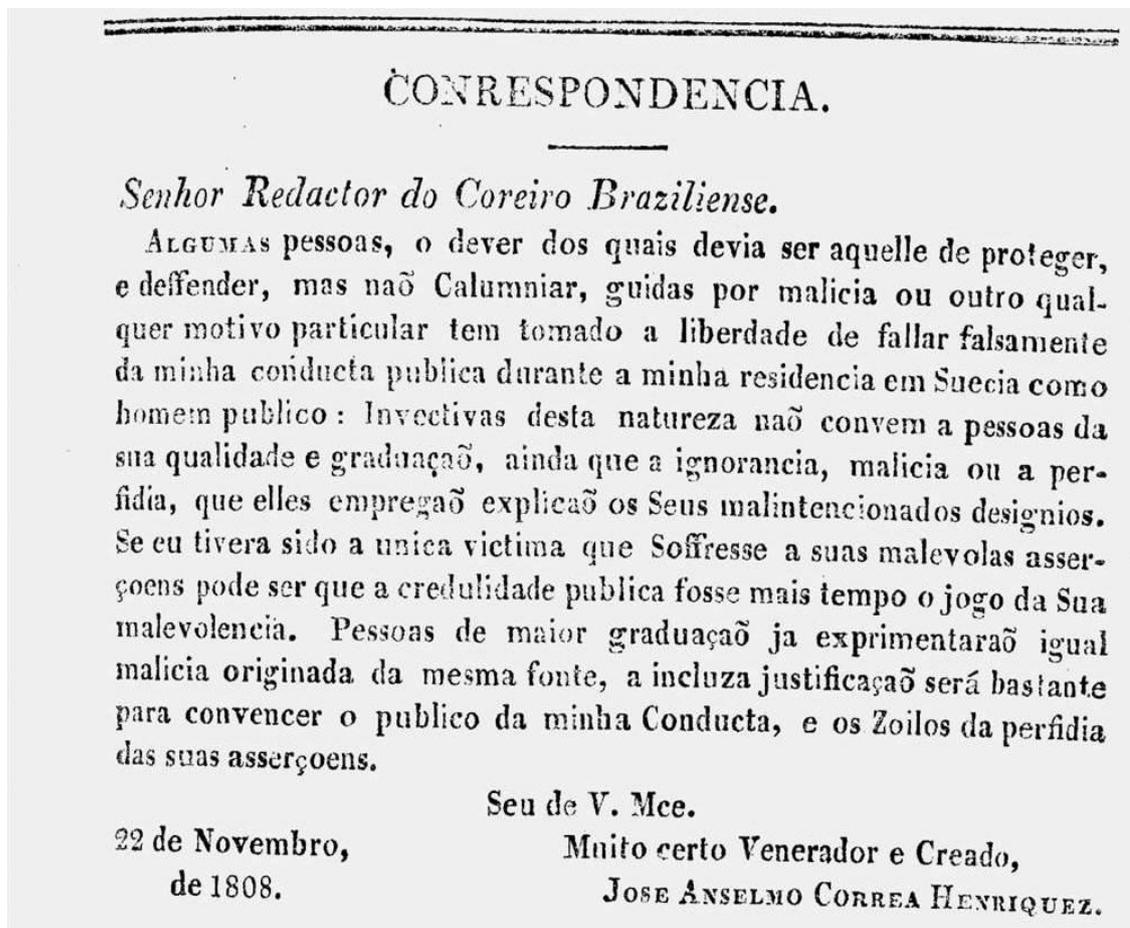
No início do século XVIII, D. João V, rei de Portugal, proibiu a existência e funcionamento de tipografias no Brasil, em decorrência de uma suposta crise econômica, por qual passava a sociedade vigente. Assim, o primeiro jornal brasileiro, denominado *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, foi publicado em Londres, no ano de 1808, e impresso por Hipólito da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Para Bahia (2009), o periódico buscava “[...]”

associar no seu tempo o jornal, a revista e o livro, num contexto de informação geral, cultura, ciência e história [...] Política, Comércio, Artes, Literatura e Ciências, Miscelânea, Reflexões sobre as novidades do mês, e Correspondência são as principais seções” (BAHIA, 2009, p. 33). Já Lustosa (2000) escreve que esse jornal adotava

[...] uma numeração de páginas que continuava nos números seguintes, indicativa de que se tratava de uma sequência, uma obra fechada. Eram impressos em formato in-oitavo (o tamanho tradicional dos livros), vendiam-se nos mesmos lugares em que se vendiam os livros e, tanto na forma quanto no conteúdo, não tinham caráter ligeiro e descartável que vieram adquirir depois. (LUSTOSA, 2000, p. 29).

Ao longo do período colonial, as correspondências publicadas no jornal *Correio Braziliense* possuíam uma seção específica. No entanto, outras cartas também podiam ser localizadas em outras seções do jornal como, por exemplo, a seção *Literatura e Ciências*. Podemos visualizar abaixo a primeira carta publicada na seção *Correspondência* desse jornal.

FIGURA 1 – Carta publicada no primeiro jornal do Brasil, *Correio Braziliense ou Armazém Literário*



Fonte: Correio Braziliense ou Armazém Literário, Londres, nov. 1808. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

Ainda que a maior parte das cartas publicadas no jornal *Correio Braziliense ou Armazém Literário* possuíssem uma escrita longa, ocupando cerca de dez páginas do jornal, a primeira carta publicada na seção de correspondências se diferenciava do comum, sendo redigida em apenas 14 linhas, como observamos na figura acima. Apesar de curta, a carta não desconsidera os elementos que a compõe, exigidos pelos manuais de escrever cartas, sendo formada por: saudação, exórdio, narração, petição e conclusão. Ao lermos a carta, podemos obter uma representação da sociedade do período em questão, quando, por exemplo, seu signatário demonstra uma preocupação com sua reputação, atestando e tentando convencer os leitores de sua boa conduta social. Tais escritos representam uma sociedade em que a educação e a boa conduta formam os traços de uma pessoa civilizada.

Em se tratando da província estudada nesta dissertação – a província da Paraíba – o primeiro jornal que aqui circulou “[...] denominou-se com o periódico intitulado *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte*, fundado em 16 de fevereiro de 1826 e impresso na Typografia Nacional da Parahyba, administrada pelo súdito inglês Waller S. Boardman” (ARAÚJO, 1985, p. 31). Machado (2009) ressalta que:

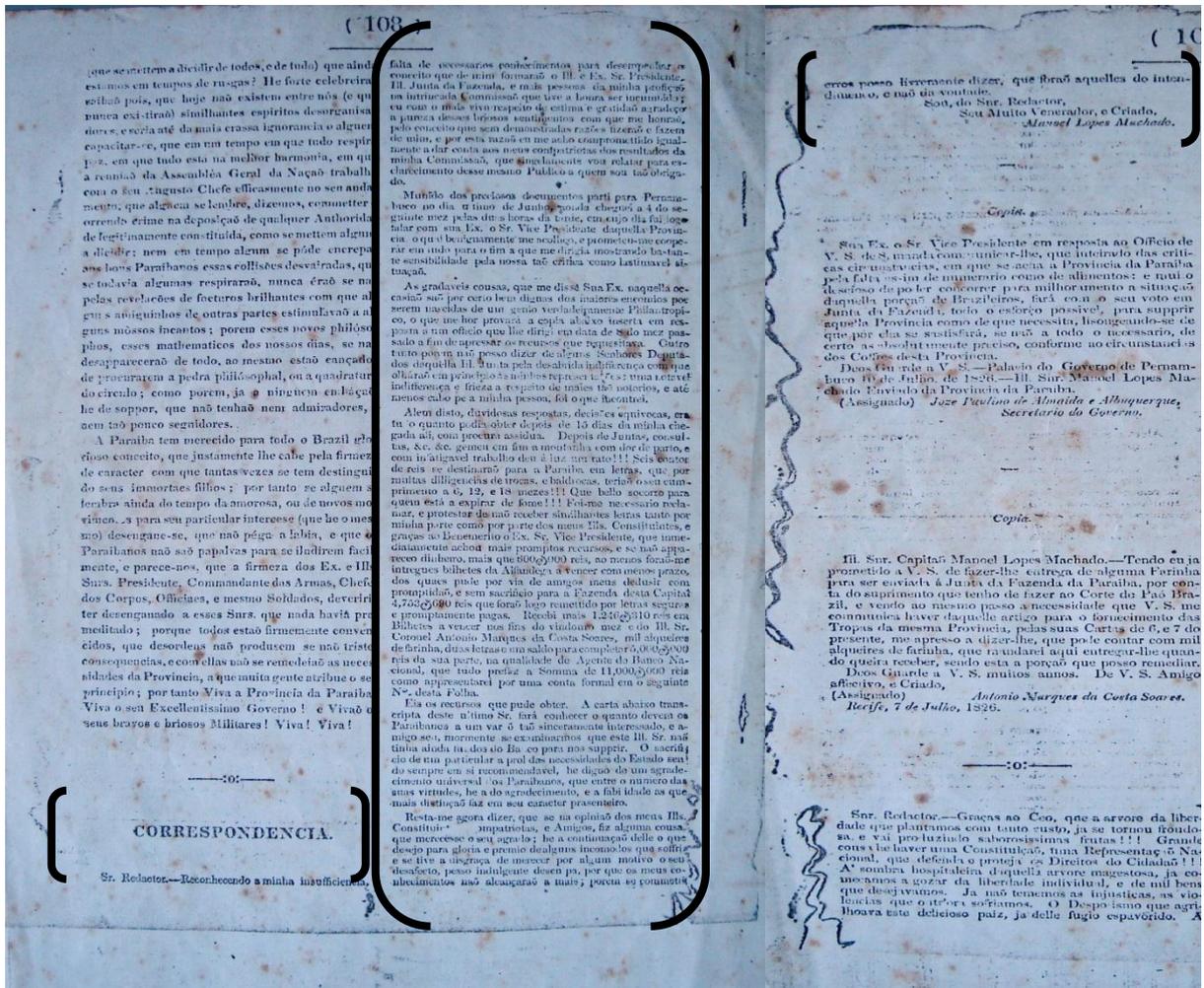
A província da Paraíba, vinculada a Pernambuco até 1799, teve participação ativa em todos os movimentos revolucionários, inclusive na Confederação do Equador, mas somente em 1826, contou com a sua primeira tipografia enviada do Recife, que recebeu o nome de Typographia Nacional da Parahiba, editando seu primeiro periódico, A Gazeta da Parahiba do Norte. (MACHADO, 2009, p. 1).

Depois desse, outros jornais foram surgindo na Paraíba, tais como: *Gazeta Parahybana* (1828), *O Petiguaré* (1829), *O Raio da Verdade* (1833), *O Publicador Parahybano* (1833), *O Parahybano* (1835 - 1836), *O Constitucional Paraibano* (1838 - 1841), *O Verdadeiro Monarchista* (1840 - 1844), *O Reformista* (1840 - 1850), *O Tapuya* (1840 - 1850), *A Ordem* (1840 - 1850), *O Investigador* (1840 - 1850), *O Espreitor* (1840 - 1850), *O Correio Oficial Parahybano* (1840 - 1850), *O Governista Parahybano* (1840 - 1851), *A Alva* (1840 - 1850), *O Argos Paraibano* (1850 - 1854), entre outros.

A primeira carta encontrada no primeiro jornal da Paraíba¹⁰, *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte* (1826 - 1827), possui uma extensão um pouco maior do que a carta encontrada no jornal *Correio Braziliense*, chegando a ocupar uma coluna e parte da outra. Na figura abaixo, visualizamos a primeira carta encontrada no primeiro jornal paraibano.

¹⁰Referenciamos como primeira carta aquela encontrada no único exemplar disponível do primeiro jornal paraibano, tendo em vista que não encontramos mais nenhum exemplar desse jornal, nem por meio de pesquisa digital nem no acervo IHGP.

FIGURA 2 – Carta¹¹ publicada no primeiro jornal da província da Paraíba



Fonte: Gazeta do Governo da Paraíba do Norte. Paraíba. 26 de agosto de 1826. Disponível em: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Com o desenvolvimento da imprensa ao longo do Império, no Brasil e concomitantemente na Paraíba, algumas mudanças foram ocorrendo na estrutura dos jornais a partir dos avanços da sociedade e das inúmeras informações existentes e que precisavam circular por meio dos periódicos. Nesse sentido, os jornais precisavam se adequar aos anseios da sociedade, que necessitava ser informada sobre os acontecimentos do Brasil e do mundo. Uma das mudanças significativas na estrutura dos jornais está no aumento de colunas, que foram se ampliando e se modificando, para obter espaço para mais informações. As três figuras abaixo mostram alguns jornais com duas, três e quatro colunas, respectivamente.

¹¹Não é nossa intenção, para esse momento, tratar do conteúdo da carta, e, sim, do seu formato, por esse motivo sua escrita está ilegível. Dessa forma, peço ao leitor que atente para a configuração e espaço que ocupam nos jornais. O espaço ocupado pelas correspondências nas páginas dos jornais está marcado para visualização do todo e da carta dentro do jornal. Isto serve para as figuras 2, 3, 4 e 5 dessa dissertação.

FIGURA 3 – Jornal *O Reformista* – Duas colunas

(A)

lopara-la. Sabemos porém, que nos deo, em um dos seus ns. a interessante noticia de, ser o seu alfaiate o melhor da cidade no verbo virar cazacas, jaquetas, palitos, e até habitos fradescos. E muita habilitação? E pois, como estamos no tempo das viradelas; querera o amiguel sr. P. Bataria informar-nos, se q seu alfaiate será capaz de dar duas viradelas? Isto é, se será capaz de virar a farda do S. Ex.^o e a batina de V. Reverencia? E que bello consante se perdeu! Expliquemos isto melhor. Será capaz de virar a farda com que o sr. Vasconcellos governou esta Provincia nos primeiros 6 ou 8 mezes de sua administração, e que já está hoje fora da moda, como igualmente está a batina de S. Reverencia?

Era grande favor dizer-nos isto, e a razão esta. Por que, *antissimo sr. Bataria*, sendo a farda, de que se tracta, aranjada 2.^o os precittos da engraçada polka, hoje que se prefere o gosto Nazareno, em que domina a gravidade de julns o escariota como V. Rev. não pode duvidar, ha-de convir com nosso, que precisa ser sumamente habil o seu alfaiate para dar conta da empreza: isto é, não só da viradela da farda, como da viradela da batina. Eguitas como são tanto uma como outra, aquella tem carencia d'alargar as cuncheas para não estourar com os abriccos fraternos; esta tem a mesma necessidade, e de mais, alargar as pregas para dar maior espaço nos alargos, e assim suportarem os 40 dinheiros per q se vendem os christos.

Mas ainda q as Ex.^o e Reverencias, estejam em harmonia consonteira, bem quizeramos que o não estivessem no fim teatico, inforçativo, e desgraçado que teve o malfado escariota. Isso não! Queremos vel-os arranjados conforme o gosto do tempo; e por isso que dezejamos saber se o artista do sr. P. Bataria poderá oppor esse milagre, dando as viradelas n'esses dois tractos de farda, e batina.

M.

CORRESPONDENCIA.

Suora. Redatores — Tendo a ordem, n.º 4, editado com seo salee ao dia anniversario da nossa Independencia, não posso, tam, bem deixar de fazer saber ao mundo inteiro o espalhato militar, que houve nesse dia memoravel na Cidade da Parahyba do Norte.

Posto que seja mulher, tam bem me ufano de ser da ordem, não obstante ter a minha cabeça em desordem, segundo derão os innumeros moçoques, que me acompanhãvao n' esse dia, em que fiz parte da grande parada com minha cruz na mão, que tanto abrilhantou a pomposa marcha da Guarda Nacional. Eu vi que os esportadores estavam pasmados, e que S. Ex.^o se encheu do jubilo por ter-se apresentado *tauta gente*. He pura verdade; mas he preciso dar à Cezar o que he de Cezar. Da guarda Nacional apenas se apresentão 366 homgus com suas gramadeiras enferrujadas, e seus sapatos alcançados, salvas as honrozas excepções; tudo o mais era do meu commando, só a minha obediência; e assim mes-

mo vi-me em papos d'aranha.

Triste de mim se não tivesse por escudo a S. Cruz, que arrojada conduzia; tal voz me não deixassem acabar a manobra; mas, se tal acontecesse, ai dos commandantes, que então não receberião o elogio de terem apresentado tanta gente!

No tempo do Carneiro de Campos as paradas de pouco mais de mil praças se compunhão; só por occasião do baptizado do Principe Imperial, o fallecido Sr. D. Alfonso, de saudosa memoria, apresentão-se 1,125, afóra algumas frentas, que, por falta de armamento, não entrão em formá, como ha-de constar dos mappaes da Secretaria do Governo.

Hoje porém que a ordem reina em toda a parte; que o povo vive desacombrado, vio-se, com espanto, que no dia 7 do Thr.^o o largo de Palario se cobriu de gente; que hum sem numero de assobios ferião o ar, e vinhão seus harmoniozozos sons deleitar-nossos ouvidos; vio-se que o batalhão d' esta cidade, que apresentava mais de 200 homens, apresentou 66; que o da Jacora, que, na opinião de muitos, ia ficando melhor que o da Cidade, deo agora 48, deixando-se ficar na moita o homem de olhos encapotados, e o seo corneta, que tem hum com vista, e outro na toufeuzão; por que ha gado que se parece com seo dono; vio-se que as freguezias de S. Fita e Livramento, que davão mais de 600 praças, as quaes compunhão dous batalhões, derão-nos hoje 262, e entrão n' esta cidade, parte commandada por hum capitão, e parte por hum Alferez, cujo corneta tinha mais rasgões na farda, que cabellos na cabeça; vio-se em suma que esta sua serva a frente dos batalhões chamava à si *tauta gente*, que, quem precisasse de oculos, diria, que havia e huma luzida, e outra vista parada na Parahyba!

A mim se deve todo esse esplendor e magnificencia; amin se deve igualmente não ter-se visto em apertis o commandante superior; por que se me furtasse a esse trabalho, sem duvida o sr. presidente lhe perguntaria: que tem levarão cento e vinte e tantos officiaes, de que se compoem o seo commando? os quaes em outro tempo, segundo sou informado, compareçião todos garbados, e vião-se tremular nos aros 4 ricas bandeiras? Por que só apparecerão hoje 1 Major, 3 Capitães, 2 Tenentes, 11 Alferes, e 1 unico estandarte? *Dicunt Paduani*.

Nada direi do cortejo, nem tão pouco do chapalariano; qe que não tive a honra de ser para isso convidado.

Pela impressão destas linhas muito lhe agradecerá a-sua humilde criolinha.

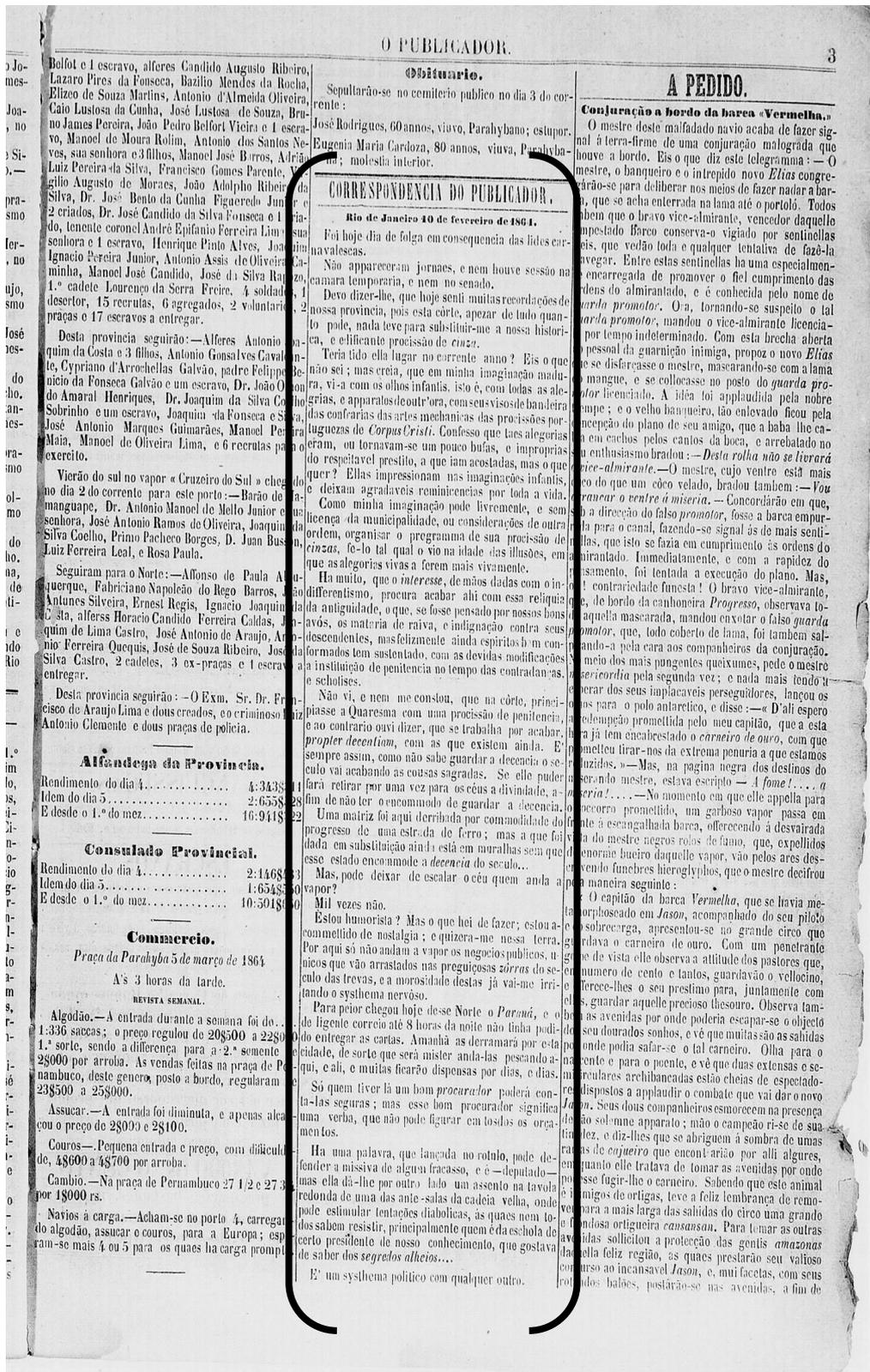
Felippa.

Pergunta-se ao Sr. Caetano Daniel de Carvalho, 1.^o Escripturnario d' Alfandega; se foi ou hem do serviço publico, que andou alguns dias em commissão na Bahia da Traição; e se teve para isto ordem do seo Inspector ou do sr. presidente da provincia.

O Vigilante.

Pa. Bahia Imp. na Typ. de F. T. de Brito e Comp. anno de 1819.

FIGURA 4 – Jornal O Publicador – Três colunas.



Fonte: O Publicador. Paraíba. 1863. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

FIGURA 5 – Jornal *O Progressista Constitucional* – Quatro colunas



Fonte: *O Progressista Constitucional*. Paraíba. 1864. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

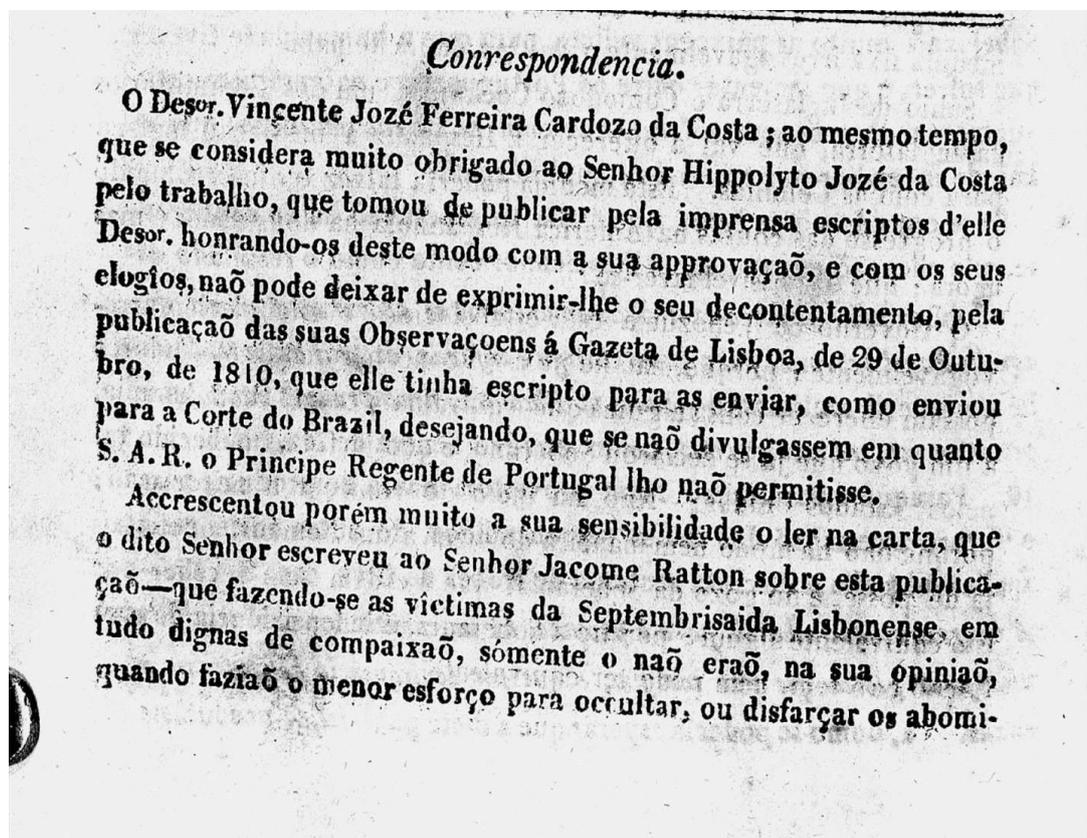
Outra mudança visível é o tamanho da fonte em que eram noticiados os assuntos que circulavam nos jornais. Quanto maior o número de colunas, menor o tamanho da fonte, o que nos faz perceber a disparidade de informações a serem noticiadas. Essa nova diagramação sugerida pelos jornais, já no período do Império, indica novas tecnologias e técnicas de leitura, atendendo aos leitores dos jornais e as demandas da sociedade imperial. Freire (2009) apresenta outras mudanças características do desenvolvimento social e, paralelamente, da imprensa representadas pelo jornal impresso, a saber:

[...] no processo de definição de uma identidade, aos poucos vão surgindo elementos que vão configurando melhor o jornal como produto: aumento do formato, divisão em colunas mais estreitas, filetes separando as colunas,

ilustrações (xilografuras, ou clichês metálicos), títulos em corpo maior, matérias hierarquizadas, chamadas para páginas internas. Bem depois, com o desenvolvimento da fotografia, o jornal passa por uma revolução visual que vai influenciar em muito o modo de fazer e de ler jornais (FREIRE, 2009, 299).

As figuras representadas são páginas dos jornais da Paraíba nas quais podemos visualizar, ainda, as seções referentes às correspondências, notando que as mudanças nas estruturas dos jornais também provocavam mudanças no espaço destinado à publicação das cartas. Observemos que, ao se ampliar as colunas, as cartas foram perdendo espaço, precisando ser mais objetivas para serem publicadas no jornal. No jornal *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, por exemplo, que possuía apenas uma coluna, encontramos uma carta com extensão de cinco páginas, em um exemplar do ano de 1812. Abaixo, a figura representa a primeira das cinco páginas da correspondência publicada no referido jornal.

FIGURA 6 – Primeira página de seis da correspondência publicada no jornal *Correio Braziliense ou Armazém Literário*



Fonte: *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Londres. 1812. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

Essa extensão na escrita das cartas é diferente nos demais jornais, em que há colunas, nos quais as cartas vão-se restringindo a pequenos espaços, sendo redigidas de forma breve, com poucos parágrafos. Essa variação pode ser visualizada nas Figuras 3, 4 e 5.

Como vimos, cartas e jornais tiveram uma relação estreita, sendo considerados no Brasil Império como um dos meios de formação da opinião pública. Essas relações também podem ser caracterizadas por meio das mudanças existentes nas estruturas dos jornais e, concomitantemente, das cartas publicadas neles. Dentro dos jornais, as cartas serviam não só como meio de comunicação entre as pessoas, mas também como forma de expressar publicamente seus interesses, seus agradecimentos, suas queixas, entre outros. Entre os inúmeros assuntos abordados nas cartas, estão os relativos à instrução pública, e um de seus signatários é o professor. A forma e o conteúdo como as cartas se apresentavam nos jornais do Império serão abordados no ponto subsequente.

2.3 O gênero discursivo epistolar: como as cartas se apresentavam nos jornais do Império?

O gênero discursivo epistolar adota diversas formas no jornal. Serve para comunicar algo a alguém, reclamar, solicitar, solucionar algum problema, agradecer, anunciar ou ofertar trabalho e para tantos outros fins. No século XIX, as pessoas utilizavam a imprensa como meio de comunicação com o outro ao seu redor. Também era por meio da carta publicada no jornal que esse discurso era selado. O ato de escrever cartas, notemos,

[...] não encerra em si tão-somente o aspecto primordial da comunicação. Há no ato da escrita da carta todo um ritual que qualquer outro meio de comunicação não pode manter. A escrita de uma carta tem o seu tempo próprio, tem o seu ritmo próprio. Nela se escolhe o que se vai dizer, pesam-se muito bem os prós e os e os contras, sabe-se até onde ir, o que falar e o que calar (TIN, 2007, p. 243).

Escrever cartas para os jornais do século XIX era uma prática corrente entre as pessoas e uma forma de interagir na sociedade do Oitocentos. Para Sena (2014):

[...] seção para realizar tal comunicação foi criada no jornal com o propósito de dar visibilidade a opinião de leitores ilustres e desconhecidos a respeito de um determinado assunto, cuja prática de escrita é ordinária. Entretanto, nem todos os jornais possuíam essa seção e, quando tinham, não era regular. (SENA, 2014, p. 6).

No jornal *O Publicador*, da província da Paraíba, por exemplo, há uma coluna intitulada “Correspondências do Publicador”, seção esta, como o próprio título anuncia, destinada a cartas. No entanto, nem todas as cartas desse jornal estavam na seção, sendo possível identificar algumas epístolas soltas ou ainda na seção “A Pedido”.

As cartas não tinham um local permanente no jornal, podendo ser encontradas da primeira à última página, dependendo do grau de relevância. Relevância esta conferida pelo tipógrafo do jornal, que irá depender não somente do conteúdo propalado na carta, mas também de diferentes fatores, como o viés do jornal, do próprio signatário ou do destinatário da carta, entre outros aspectos.

Mesmo nas cartas em que o signatário utilizava pseudônimos para preservar a real identidade, o recado alcançava seu destinatário, que, muitas vezes, respondia, seja no dia seguinte ao da publicação ou em números posteriores, o que “[...] expõe a força que o fator ‘resposta’ possui no relacionamento epistolar” (FREITAS, 2002, p. 61). Abaixo, podemos verificar exemplos de cartas em que a resposta do destinatário é endereçada no mesmo jornal, em publicações diferentes.

Transação indecente – Contam-nos que um professor de instrução primaria de um lugar distante quatro léguas ao sul da capital, tem justo e contratado pela quantia de dous contos de réis e cessão da casa em que funciona a escola, a permuta de sua cadeira com um professor da freguesia de Santo Antonio. Accresce notar que esse professor do matto ainda é daquelles dos bons tempos em que não se conhecia a util instituição da Escola Normal. O negocio está em vias de conclusão: o Sr. Lucena, inteirado do facto, proceda como entender melhor para beneficio desta terra a qual elle tanto ama; uma vez que só depende de sua sanccção a realisação dos sonhos desse mestre-escola tido e havido por analphabeto. (A PROVÍNCIA: ÓRGÃO DA PROVÍNCIA LIBERAL, 18 de fevereiro de 1874)¹².

Audacia inqualificável – O professor do matto desapontado ao ler a noticia publicada neste jornal sobre a transacção indecente que o mesmo quer fazer com outro seu colega, e vendo-se desta sorte burlado, exclamou: Hei de conseguir a permuta de minha cadeira, quer queria ou não Deus ou o Lucena, muito embora para isso seja preciso vender todos os prédios que tenho na Graça! Em breve estará na presidência o meu amigo Portella, e então, com o meu compadre Zé Thomaz, tudo arranjaré! O suspirata mia pemuta! Muito pode a audácia em um analphabeto! Muito vale ser compadre de presidente ou mesmo dos seus parentes!... (A PROVÍNCIA: ÓRGÃO DA PROVÍNCIA LIBERAL, 21 de fevereiro de 1874).

¹² Mantenho a ortografia da época.

A carta indicada, publicada no jornal *A Província: Órgão da Província Liberal*¹³, com data de 18 de fevereiro de 1874, destinava-se ao “professor do matto”, o qual, segundo o remetente, ensinava sem a qualificação da Escola Normal. Na província de Pernambuco, a primeira Escola Normal foi criada em 13 de maio de 1864, por meio da Lei nº 598. Peixoto (2006) afirma que “[...] não poderia continuar a exercer o magistério, depois de dois anos de instalada essa escola, quem não fosse novamente examinado e aprovado no referido sistema” (PEIXOTO, 2006, p. 63).

No entanto, na prática, conforme denuncia a carta, havia “transações indecentes” que burlavam as regras. É o que aponta a resposta do dito “professor do matto”, na carta enviada em edição posterior do mesmo jornal, com data de 21 de fevereiro de 1874, quando reconhece que “[...] muito pode a audácia em um analfabeto! Muito vale ser compadre de presidente ou mesmo dos seus parentes!...”. Essa representação da instrução pública, apresentada nas cartas, como negócio ou mercadoria e à mercê dos jogos de interesse, demonstra as relações existentes na sociedade imperial, na qual as trocas de favores eram constantes. Além disso, a relação de parentesco apontada nas cartas demonstrava as redes de sociabilidade existentes no período imperial. Nesse período, a própria identidade individual era confundida com o pertencimento a um grupo, o qual um indivíduo público carregaria ao se apresentar socialmente. Martins (2005), elucida que:

Nessa estrutura social a própria identidade individual se encontrava fortemente vinculada às relações familiares e às redes às quais estas se associavam, o que fazia com que, com frequência, antes de serem homens públicos, os indivíduos representassem interesses e negócios dos grupos e famílias que os aproximaram do poder. (MARTINS, 2005, p. 2)

Muitas vezes as cartas aparecem, também, entre duas notícias que não têm, necessariamente, relação com o conteúdo da carta. Em outros momentos, a epístola se disfarça em outros gêneros discursivos, como a declaração, os editais, a notícia e/ou até o anúncio. Podemos verificar adiante uma epístola intitulada “edital”, que, apesar de apresentar-se sob esse gênero discursivo, possui as características que a definem como parte da escrita epistolar, a saber: o conteúdo, o destinatário, o signatário e a conclusão datada.

¹³ O jornal *A Província: Órgão do Partido Liberal* tinha como gerente o senhor Minervino M. de S. Leão. A sua tipografia estava situada na Rua Duque de Caxias, nº 50, 1º andar. Publicava-se nas terças e sextas. O jornal circulou na província de Pernambuco de 1872 a 1919. Em Recife a assinatura do jornal custava 5\$000, o semestre, e 10\$000, o ano. Já no interior e em outras províncias, o valor passava a 6\$000 e 12\$000. O jornal possuía as seguintes seções: “A Província”; “Chonica”; “Folhetim”; “Interior”; “Exterior”; “Literatura” e “Transcrições”.

EDITAL

Pela directoria do lycêo desta cidade se manda fazer publico, para que chegue ao conhecimento de todos que acha-se aberta e continuara por todo anno a matricula de uma aula de Dezenho ultimamente creada no dito lycêo, cuja abertura teria lugar no dia 18 do corrente. Os que pretenderem frequentar-a serão isentes de qualquer imposição. Secretaria do lycêo da cidade da Parahyba6 de julho de 1850 – O secretario do lycêo, Conselheiro Joaquim Bezerra Cavalcanti (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 06 de julho de 1850).

Há algumas cartas nas quais o signatário demonstra querer alcançar um público maior, destinando-a não somente a uma pessoa, mas a um determinado grupo a quem o conteúdo poderia interessar. É o que podemos constatar na carta abaixo, que se destina aos “Srs. Pais de família e mais pessoas a cujo cargo ou tutela se achão os meninos que tem de frequentar a Aula publica de Primeiras Letras do 2º Districto desta Cidade”.

___ Para que os Srs. Pais de família e mais pessoas a cujo cargo ou tutela se achão os meninos que tem de frequentar a Aula publica de Primeiras Letras do 2º Destricto desta Cidade, fiquem inteirados de mais uma obrigação que se tem a cumprir d’ora em diante, faz-se a seguinte publicação.

OFFICIO.

___ N. 67 - Determinando o art. 35 do Regulamento mandado executar pelo Decreto nº 464 de 17 de agosto de 1846, que ninguém poderá ser admittido, matriculado, ou inscripto em qualquer Estabelecimento official ou Litterario - Publico ou particular – sem que mostre primeiramente que teve vaccina regular ou, bexigas naturaes, ou – que foi vacinado infructuosamente pelo menos trez vezes – Cumpre que V. Mce. não admitta na sua Escola menino algum sem que lhe prove por documento que tem satisfeito a disposição do Regulamento citado que tão providente e sábia é. Deus Guarde a V. Mce. Lyceo do Maranhão. 7 de Maio de 1849 – Dr. Cazimiro Jose de Moraes Sarmiento. – Sr. Professor de primeiras letras do 2º Destricto de Caxias. (O TELEGRAFO, Maranhão, 09 de junho de 1849).

Outra característica utilizada, nessa carta, pelo signatário é o emprego de um ofício que regulamenta a instrução pública na época. O autor da carta, o “Dr. Cazimiro José de Moraes Sarmiento – Sr. Professor de primeiras letras do 2º Districto de Caixias”, utiliza-se do ofício para respaldar o respectivo discurso e, assim, comprovar e legitimar o que foi posto, como forma ser corroborado pelos destinatários. O ofício, por sua vez, mostra parte da legislação excludente que vigorava no período imperial, que, ao determinar que só eram permitidos alunos vacinados, exclui parcela da população que não possui recursos financeiros para se vacinar e, conseqüentemente, é impedida de frequentar o estabelecimento official ou literário. A carta denuncia as doenças e a necessidade de vacina, mostrando as dificuldades de acesso aos médicos e os hábitos sanitários na província.

Ao longo deste capítulo, apreendemos alguns termos que serviram para conceituar as cartas e respectiva comunicação desde a Antiguidade. Observamos, também, como as cartas e os jornais foram utilizados como formadores da opinião pública no Império brasileiro. Percebemos, de tal modo, as diversas maneiras que a carta se apresenta e se configura dentro dos jornais. No próximo capítulo, abordaremos a profissão docente e suas práticas no período imperial, observando as características e particularidades dos escritos de professores nas províncias brasileiras.

3 A PROFISSÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO NO BRASIL IMPERIAL

3.1 O professor no Império: características e particularidades

Como compreender os saberes e poderes que estavam em torno da instrução pública e do professor, enquanto sujeito partícipe desta, sem abranger as facetas em torno de cada época e contexto? Sabendo que os efeitos de sentido são históricos, precisamos entender algumas questões em torno da temática abordada, tais como: quem era o sujeito professor no período imperial? O que caracterizava esse sujeito enquanto pertencente a identidade de professor? Em outras palavras, quais as imagens que o caracterizam como pertencente àquela posição-sujeito no período do Império?

Os professores, sejam eles públicos ou particulares, provavelmente também eram leitores dos jornais que circulavam no Império, pois não só liam os jornais, como também interagiam com os leitores, por meio das cartas. Dessa maneira, para situar o professor no seu tempo, faz-se necessário entender como surgiu essa categoria e como eram as formas de ensino na sociedade imperial, a fim de adentrar nas características e particularidades que a envolvem. No período do Império, os professores,

[...] a partir de suas experiências individuais e sociais, relacionando-se e movimentando-se no processo de constituição do campo educacional, [...] construíram, criaram e recriaram práticas e representações sobre a escola, sobre as disciplinas, sobre os métodos e as maneiras de ensinar, produzindo uma diversidade de formas de organização dos espaços, dos tempos e das escolas, tornando possível a coexistência de culturas escolares heterogêneas (SCHUELER, 2007, p. 25).

Segundo Villela (2000, p. 4), “[...] a iniciação dos indivíduos na cultura letrada se fazia a partir de iniciativas muito diversificadas como família, igreja, corporações profissionais, associações filantrópicas, dentre outras”. Os sujeitos responsáveis pela difusão do ensino eram variados: padres, familiares, proprietários de escravos, professores particulares, entre outros, podendo também exercer a função de professor profissionais de diversos ramos.

Apenas após a Lei Geral de Ensino, de 15 de outubro de 1827, bem como com o Ato de 1834¹⁴, que o Estado veio intervir no processo de formação docente, homogeneizando e unificando a categoria de professor (VILLELA, 2000). Com o Estado no controle da profissão, algumas medidas foram tomadas para unificar e conservar a influência dos professores. Entre essas medidas, estão exames, processos de seleção, nomeações e concessões de licença para ensinar, no caso dos professores particulares.

Antes mesmo de serem instauradas as Escolas Normais, a formação de professores se dava pelas escolas de ensino mútuo, sendo essa “a primeira forma de preparação de professores, forma exclusivamente prática, sem qualquer base teórica” (TANURI, 2000, p. 63). As escolas normais foram se estabelecendo por intervenção das províncias. Nessa perspectiva, a primeira escola normal criada no Brasil foi estabelecida em Niterói, na província do Rio de Janeiro, em 1835. Na sequência, outras províncias aderiram às escolas normais: a província da Bahia, em 1836, a de Mato Grosso, em 1842, a de São Paulo, em 1846, a do Piauí, em 1864, a do Rio Grande do Sul, em 1869, a do Paraná e do Recife, em 1870, a do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte, em 1873, a da Paraíba, em 1879, a de Santa Catarina, em 1880, a de Goiás, em 1884, a do Ceará, em 1885 e a do Maranhão em 1890 (TANURI, 2000). As escolas normais não foram criadas ao acaso. Existia, contudo,

[...] a necessidade de formar o professor como um agente capaz de reproduzir o tipo de conhecimento que desejavam difundir – um conhecimento que não se destinasse a subverter as condições materiais dessa sociedade, mas que, ao contrário, a conservasse tal como se apresentava (VILLELA, 2000, p. 12).

Em 1849, foi expedido um novo regulamento na instrução pública, particularmente para os níveis de ensino primário e secundário. Nessa norma, declarou-se a extinção das escolas normais na Corte. A formação dos novos professores aconteceria por meio de um sistema austríaco-holandês que consistia em um método de formação apenas pela prática.

A experiência da Corte de formar professores apenas pela prática, com a reforma de 1854 no ensino primário e secundário, conhecida como Reforma de Couto Ferraz, foi estendida às demais províncias. Nessa reforma, os concursos eram priorizados, em detrimento da formação de professores. Apesar de diversas críticas, a formação de professores pela prática “garantiria a própria sobrevivência do ofício pela sua capacidade de iniciar os aprendizes nos conhecimentos e técnicas necessárias à formação e prática docente [...] além

¹⁴O Ato de 1834, entre outros, consistiu na política de transferir a responsabilidade da instrução pública para as províncias, acarretando uma descentralização do ensino.

de ser uma opção de menor custo se comparado ao modelo das Escolas Normais” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 193). Quanto à Escola Normal foi se extinguindo pouco a pouco, retomando com certa estabilidade apenas na década de 1870. Assim, no período do Império,

[...] há todo um redirecionamento de prioridades que irá variar de acordo com as necessidades materiais e as representações de cada época. Numa sociedade hierarquizada e excludente, o professor poderia até ser mal formado, mas certamente, seria bem vigiado. [...] ele deveria funcionar mais como um agente disseminador de uma mentalidade moralizante do que como um difusor de conhecimentos. (VILLELA, 2000, p. 35).

Outra medida adotada pelo Estado para controlar a instrução pública e, conseqüentemente, os professores, era a realização de concursos públicos para magistério. Com o intuito de reunir pessoal “qualificado” para prover as escolas públicas, foram realizados, ao longo do século XIX, vários concursos para ingresso na carreira docente.

Araújo P. e Araújo R. (2013), ao estudarem os concursos para magistério primário na província da Paraíba, observaram que “[...] o poder público local, em termos legais, esforçou-se em dar uma organicidade à instrução pública e a normatizar o concurso público para ingresso no magistério primário da Parahyba do Norte” (ARAÚJO P.; ARAÚJO R., 2013, p. 3). A título de exemplo, podemos visualizar abaixo uma das formas de controle do Estado por meio de concurso para o magistério primário. Trata-se de um edital correspondente ao concurso para professor de primeiras letras na província da Paraíba e, em seguida, a convocação dos aprovados no referido concurso. Tal edital e convocação foram publicados no jornal *O Governista Parahybano*¹⁵, no dia 22 de fevereiro de 1851 e 17 de maio de 1851, respectivamente.

S. Exc. o Sr. Presidente da província manda fazer publico pelo presente edital que têm de ir a concurso as cadeiras de primeiras letras das vilas de S. João, Pombal e Piancó; e as das povoações da ___¹⁶ca, Itabaiana, Alagoa Grande e Natuba. As pessoas que a elas se quiserem propor deverão mostrar-se competentemente habilitadas dentro do prazo de setenta dias, que fica marcado a contar de hoje. Secretaria do Governo da Paraíba 20 de fevereiro

¹⁵*O Governista Parahybano* era publicado aos sábados e abordava interesses políticos, oficiais e literatos. Era impresso pela tipografia de José Rodrigues da Costa, localizada na Rua Direita, nº 8. Publicado aos sábados, de 1840 a 1851, tal jornal era composto por correspondências e comunicados relativos aos interesses políticos e morais da província da Paraíba, sendo dividido em duas seções, a editorial e a parte oficial. Segundo Sena (2012), na tipografia citada “também foram publicados os relatórios de província entre 1849 a 1863, tornando um veículo a serviço do Estado, pois publicou na seção oficial informações relativas ao governo imperial e da província da Paraíba, embora fosse uma tipografia privada” (SENA, 2012, p. 3).

¹⁶ Trechos ilegíveis.

de 1851. – O secretario, Lindolfo José Correia das Neves (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 22 de fevereiro de 1850).

-Ao inspetor da administração das rendas comunicando que se achão providos em virtude de concurso Francisco José da Rocha Formiga na cadeira de primeiras letras de Pombal, Francisco Jordão St_wart na da Jacoca e José Luiz Pereira na de Itabaiana, para que em vista dos títulos mande abrir os assentamentos. -Igual comunicação ao diretor da instrução pública para que faça entrar os providos em exercício logo que apresentarem seus títulos¹⁷. (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 17 de maio de 1851).

No contexto local, em se tratando da província da Paraíba, observamos algumas legislações instituídas a fim de controlar as práticas dos professores no período imperial. Leis e regulamentos indicavam os requisitos exigidos para que uma pessoa pudesse ocupar o cargo de professor; prescreviam os métodos de ensino que deveriam ser trabalhados; o local e a mobília das aulas; os castigos e recompensas a serem aplicados e o currículo a ser utilizado.

Como já mencionado, a primeira lei que normatiza a instrução na província da Paraíba, que foi uma determinação imperial, é a lei de 15 de outubro de 1827, sendo esta consagrada pela historiografia educacional. Em se tratando dos professores, essa lei estabelecia que:

Art. 5 [...] Os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

Art.7 Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os presidentes, em Conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação;

Art.8 Só serão admitidos os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conduta (BRASIL, 1827, p.5).

Quanto ao perfil adequado para exercer a função de professor, a Lei de nº 20, de 6 de maio de 1837, indicava que:

Art.1 As aulas de primeiras letras serão providas por exames públicos perante o Presidente da Província [...];

Art.2 Dentro do dito prazo os opositores se habilitarão [...] com os documentos que provem: 1) terem de vinte e um anos de idade acima, sendo casados, e de vinte e cinco se forem solteiros; 2) acharem-se no gozo de seus direitos políticos e civis; 3) terem regularidade de conduta civil, como moral...;

¹⁷ Edital e Convocação encontrados durante a pesquisa do Programa Institucional de Voluntário em Iniciação Científica (PIVIC), no projeto de pesquisa: *A epístola sobre educação e instrução nos jornais paraibanos oitocentistas: as regras da comunicação epistolar*, vigência 2011-2012, coordenado pela Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva.

Art.6 Os professores examinados, e obrigados a ensinar as matérias seguintes: ler, escrever, as quatro operações de aritmética prática, de quebrados, decimais, proporções, as nações mais gerais de geometria prática (sem demonstrações), gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e da doutrina da religião Católica Apostólica Romana, proporcionada a compreensão dos meninos. Para a leitura dos alunos serão preferidas as constituições do Império e o Resumo de História do Brasil, e o opúsculo;

Art.7 O artigo antecedente é igualmente aplicável as professoras, eliminadas as noções de aritmética nas quatro operações, serão, porém, obrigadas a ensinar também as prendas que dizem respeito à economia doméstica...;

Art.11 Os professores e professoras darão aula duas vezes ao dia, principiando o trabalho das oito horas até as onze da manhã; e das duas até as cinco da tarde, sendo obrigados o assistir pessoalmente na aula durante o exercício (PARAÍBA, Lei nº 20, 6 de maio de 1837, p. 16).

Na legislação citada já aparece o provimento em concurso público como dispositivo utilizado pelo Estado para determinar o perfil docente, regulamentando aspectos quanto à idade, ao estado civil e à conduta moral. Além disso, a legislação também regulava a prática docente quanto ao currículo a ser ensinado, apresentando um currículo diferenciado para professores e professoras. A legislação parece querer evidenciar uma representação de professor controlado e vigiado. No entanto, não é isso que vamos observar nos escritos de professores nos jornais da Paraíba, nos quais iremos nos aprofundar no próximo capítulo.

No regulamento de 20 de janeiro de 1849, mecanismos de controle eram representados pelas regras sobre mobília e espaço adequado para o desenvolvimento das aulas. Além disso, eram definidas a organização e decoração do local das aulas. Podemos inferir que tal regulamento já tinha base em indícios de saberes higienistas, religiosos e pedagógicos, corroborados como parte de um projeto de civilização difundido no período.

Art. 1º – Todo professor deverá procurar para a sua aula casa sadia, com sala grande, bem clara, e arejada, e em tudo apropriada ao estabelecimento de uma escola; o que será verificado pelo Inspetor respectivo.

[...]

Art. 5º – Nas paredes estarão penduradas pedras pretas para qualquer exercício. Em uma parte dessas paredes, apropriada ao fim, se desenharem o abecedário, o algarismo, figuras geométricas, e um mapa do Império do Brasil.

Art. 6º – A escola será varrida todos os dias, as janelas se conservarão abertas no intervalo das lições.

Art. 7º – Todo professor terá um registro de instrução dos discípulos, onde se declare o dia de sua matrícula, seu nome, idade, naturalidade, filiação, moradia, e estado de instrução, contendo igualmente os termos de exames (PARAÍBA, Regulamento, 20 de janeiro de 1849, p. 22).

Os aspectos higienistas faziam parte de uma sociedade de controle, como entendida por Foucault (1979), por representar feitiços de poderes que disciplinam e normatizam com base na vida e no corpo da população. Assim, com os saberes advindos da medicina em relação à higiene do corpo e dos ambientes, para melhor qualidade de vida, os espaços escolares também deviam ser arejados e saudáveis, cabendo ao professor adequar esse recinto, sob a supervisão do inspetor escolar.

O regulamento de 1860, apesar de apresentar, em sua maioria, questões burocráticas que envolviam a instrução pública, também normatizava a conduta dos professores em sala de aula. Essas regras, muitas vezes, se estendiam para além da profissão do professor, envolvendo aspectos pessoais, como a vestimenta. Na perspectiva de Nóvoa (2000), a vida pessoal do professor se confundia com a profissional, pois para o autor “é impossível separar o eu profissional do eu pessoal” (NÓVOA, 2000, p. 17). Assim, a normatização de 1860 regulava não só os hábitos profissionais, como também aqueles que os professores deviam levar de sua vida para a profissão.

Art. 42 Os professores publicos devem:

§ 1º manter nas escolas o silencio, a exactidão e regularidade necessarias.

§ 2º Apresentar-se alli decentemente vestidos, e com antecedencia necessária para que as escolas se Abrão ás horas prefixas neste regulamento.

§ 3º Participar ao delegado respectivo qualquer impedimento que inhiba de comparecer á escola.

§ 4º Remetter ao delegado, no fim de cada mez, um mappa nominal dos alumnos matriculados, com declarações de sua frequência e aproveitamento: e no fim do anno um mappa geral comprehendendo o resultado dos exames, e notando, d'entre os alumnos, os que se fizerem recommendaveis por seu talento, applicação e moralidade. Estas notas, acompanhadas de observações do director da instrucção publica, serão remetidas ao presidente da provincia. [...].

Art. 43. Os professores públicos não podem:

§ 1º Occupar-se, nem occupar os alumnos em misteres estranhos ao ensino, durante as horas da lição [...]. (PARAÍBA, Regulamento, 1860, p. 22).

Além disso, é possível notar, no regulamento de 1860, a figura de outro agente de inspeção que vigiava a conduta dos docentes: o delegado. Os regulamentos de 1884 e 1886 deram continuidade às exigências que controlavam a profissão de professor no Império e determinavam regras para que o sujeito pudesse ocupar tal cargo. Entre outros deveres e funções dos professores, apontamos:

Art. 31º – Ao professor incumbe:

§ 1º Apresentar-se com pontualidade e decentemente vestido na aula, ali conservar-se durante todo o tempo da lição, e proceder aos exercícios escolares nos termos do programa e regimento respectivos.

§ 2º Manter na aula silêncio, respeito, e conveniente disciplina.

§ 3º Não se ocupar durante as horas de ensino de objeto estranho ao mesmo.

§ 4º Aplicar aos alunos as penas constantes.

5º Tomar notas relativas não só às faltas de lições e de sabatinas, como procedimento e moralidade dos alunos.

§ 6º Lecionar por compêndios e livros competentemente aprovados.

§ 7º Inspirar e desenvolver nos alunos o amor e aplicação ao estudo, esforçar-se pelo adiantamento deles e inculcar-lhes pela palavra e pelo exemplo o sentimento do bem e da virtude.

§ 8º Esgotar os meios suasórios antes da aplicação das penas disciplinares, e usar destas com moderação e critério.

§ 9º Participar a autoridade preposta ao ensino da localidade o começo do exercício de suas funções, assim como, no caso de exercer o prazo das licenças que lhe forem concedidas, a razão justificativa do excesso.

§ 10º Proceder perante a mesma autoridade o inventário do material escolar quando:

1º Assumir o exercício da cadeira.

2º Houver de deixá-la.

3º Der-se novo fornecimento.

§ 11º Conservar o material escolar que lhe for confiado.

§ 12º Participar a autoridade proposta ao ensino da localidade qualquer impedimento, que o iniba de funcionar, no mesmo dia ou imediato.

§ 13º Distribuir trimestralmente aos pais, tutores ou protetores dos alunos boletim de frequência, aproveitamento e conduta destes, fornecendo, para isso a diretoria geral os precisos exemplares impressos.

§ 14º Remeter trimestralmente à diretoria geral, por intermédio dos inspetores escolares, até 5 dias depois de findo o trimestre, o mapa do movimento escolar, observando, para isso, o modelo anexo.

§ 15º O 1º trimestre contar-se-á de 16 de janeiro a 31 de março.

§ 16º Conservar a casa da escola sempre limpa e asseada e prove-la do mais a que é destinada a quota respectiva da tabela junta. (PARAÍBA, Regulamento nº 36, 26 de junho de 1886, p. 67).

Como vimos, tanto no regulamento de 1860 como no regulamento de 1886, anteriormente descritos, aparecem agentes fiscalizadores para o controle do professor: o delegado e o inspetor escolar. Esses mecanismos de controle eram utilizados por se associar o fracasso da instrução pública ao professor, representação essa demonstrada nos relatórios dos presidentes da província da Paraíba. Como exemplo de representação de professor incapaz e ineficiente, temos o discurso do presidente João José de Moura Magalhaens, atribuindo a baixa qualidade da instrução à falta de empenho e de habilidade dos professores, como destaca no relatório da província da Paraíba, no ano de 1839:

[...], a instrução elementar ainda é bastante defeituosa, o que é devido não só a irregularidade do methodo de ensino, mas à falta de habéis Professores

para todas as escolas. [...] não é possível, que sejam chamados ao Magistério homens habéis com o pequeno estipendio, que ora percebem. [...] a meu ver, meios seguros de obterem bons Mestres; a certeza do castigo, e o atractivo das recompensas os excitarão a cumprir fielmente seus deveres (PARAÍBA, 1839, p. 5).

Além de atribuir a responsabilidade do descaso da instrução paraibana aos professores, o presidente da província indicava castigos e recompensas como forma de cumprir-se a legislação. Outra medida para uniformizar e controlar a profissão docente era em relação aos salários dos professores. A lei de 15 de outubro de 1827, em seu artigo terceiro, apontava que:

[...] os presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente a Assembleia Geral para a aprovação. (BRASIL, 1827, p. 1).

No entanto, tais salários não eram padronizados nas províncias, o que trouxe uma hierarquia para a profissão do professor. A menor parte, que desfrutava do prestígio social e dos melhores salários, ensinava no Colégio Pedro II e nos Liceus Provinciais. Em seguida, encontravam-se os professores primários, que ensinavam nas escolas urbanas e rurais, com baixos salários. Por último vinham os professores particulares, pagos pela própria família que os contratava (GONDRA e SCHUELER, 2008).

As legislações criadas em torno da profissão docente no Brasil e na Paraíba representaram estratégias para unificar e obter controle sobre o magistério. Por meio da criação das Escolas Normais, dos concursos destinados à docência, dos salários previstos por lei e da solicitação de concessão de licença para ensinar pelos professores particulares, o Estado se alvitava a contribuir com o que pretendia que fosse a função do professor na sociedade imperial, a qual era entendida como uma “[...] missão enquanto educadores e propagadores das luzes, funcionários essenciais ao Estado e à nação” (SCHUELER, 2008, p. 22).

Ao longo de todo século XIX, várias representações de professor foram sendo construídas. Ora era um agente que comportava a nobre missão de educar, ora era um profissional estritamente controlado, servindo às finalidades do Estado. As legislações ora estudadas apontam para uma representação de professor vigiado e controlado. Na província da Paraíba, por meio dos discursos dos presidentes de província, é possível observar que aos

professores era atribuída a responsabilidade pelo fracasso na instrução. Esse descaso com os professores e com a instrução do período “[...] encontra explicação no contexto histórico e nas relações sociais, políticas e econômicas que se processavam no Império” (CARVALHO, 2010, p. 17). No entanto, por meio do estudo das cartas nos jornais do Império, podemos obter outras representações de professor, conforme discutiremos nos pontos que se seguem.

3.2 O professor como signatário das cartas nos jornais do Império

O professor do período imperial, figura representada “[...] por um intelectual difusor, portanto, um agente da civilização responsável pela produção de uma nova concepção de mundo” (CASTANHA, 2006, p. 51), certamente sentia a pressão e a responsabilidade que o Estado atribuía a ele. Nesse sentido, possivelmente, os professores lidavam com esses problemas na prática escolar, buscando apoios para demarcar seu lugar social, reclamando, pedindo, reivindicando. Os jornais, ao que parece, funcionavam para o professor como um modo de interagir na sociedade imperial e tornar públicas suas insatisfações.

Nos jornais da província da Paraíba, por exemplo, os professores não apenas liam como também escreviam para o jornal. Sena (2014), ao estudar um determinado *corpus* de cartas de professores na Paraíba, afirma que eles escreviam nos jornais com o intuito de protestar e reclamar, apontando seu lugar social de subordinação no Império. O ato de escrever cartas para os jornais

[...] é, ele mesmo, elemento auxiliar na compreensão do modo como os professores (as) percebem seu lugar na ordem social oitocentista e do modo como eles se movimentam em seu interior. Antes de tudo, ajudam a caracterizar uma ou várias vontades reunidas! (GONDRA, 2003, p. 18).

Além de reclamar e protestar, os professores também escreviam para os jornais com o intuito de agradecer; de ofertar seus serviços e/ou comunicar-se com os pais de seus alunos; avisar/dar algum informe sobre o cotidiano escolar. Veremos alguns exemplos de cartas de professores, ampliando nosso olhar para além da província da Paraíba e identificando as finalidades com os quais eles escreviam para os jornais. Os jornais que nos servem como exemplos, abaixo, são de algumas províncias do Brasil e foram utilizados ao longo de pesquisas anteriormente desenvolvidas em projetos com as cartas da Paraíba e do Rio de

Janeiro – capital do Brasil à época – e de algumas províncias do Nordeste¹⁸. Foram escolhidos por serem jornais de maior circulação, disponíveis na internet e que possuem cartas de professor.

As cartas dos professores dentro dos jornais produzem sentidos diferentes, já que são destinadas a um público extenso. Conforme Chartier (1991), “é preciso considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõem à leitura” (CHARTIER, 1991, p. 178). Nesse sentido, os escritos de professores também passam pelos olhos dos editores dos jornais, os quais têm autoridade para publicar ou não uma carta; retirar trechos ou dar destaque, dependendo do assunto ou do signatário. Na medida em que fomos exemplificando abaixo, perceberemos que a escrita de alguns professores é visivelmente assentada pelo editor do jornal. Em alguns casos, o professor não fala para o seu signatário ou para os leitores. É o editor que faz o intermédio do seu discurso.

Na província do Rio de Janeiro, os professores escreviam para o jornal com o intuito de ofertar seus serviços. É o que podemos notar na carta abaixo:

A QUEM TOCA.

Comecei com os meus trabalhos escolares no dia 7 do corrente, e na minha escola sita no Campo de Santa Anna, n. 43, há 12 annos ensino a meninos as 1^{as} letras: também o latim e francez, ocupando nisto as manhãs ensinando-lhe a grammatica, e as tardes a tradução e analyse. Não me occupo em dar louvores a minha escola, methodo e aproveitamento dos discípulos, por isso somente competir aos Srs. Pais de família que tem, ou hajão de tirar proveito. Os pensionistas são tratados como meus filhos. – O mestre, João Idalio C.. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 08 de janeiro de 1850).

O professor do Rio de Janeiro fala diretamente aos destinatários das cartas, utilizando o verbo na primeira pessoa, como “comecei”, “ensino”, “occupo”. No entanto, a escrita também é curta e precisa, já que também se trata de uma carta de oferta de serviço. A carta foi publicada no dia 8 de janeiro de 1850, no jornal *Diário do Rio de Janeiro*^{19 20}. O professor

¹⁸ Apesar de parecer anacrônico o emprego do termo Nordeste para o período estudado – o Império –, utilizo-o como forma de demarcar o espaço geográfico, conforme explica Albuquerque Júnior (2009), ao dizer que “o Nordeste é filho da ruína da antiga geografia do país, segmentada entre ‘Norte’ e ‘Sul’. O [...] antigo Norte cederá lugar a um espaço artificial, a uma nova região, o Nordeste” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 51).

¹⁹ Carta encontrada durante a pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no projeto de pesquisa: *Notícias sobre educação e instrução pública no Império: o modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba*, vigência 2012-2013, coordenado pela Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva.

propaga seu serviço aos pais responsáveis sem, como ressalta “dar louvores a escola”, pois ao dizer que “os pensionistas são tratados como filhos” demonstra uma relação de paternidade, evidenciando uma imagem do professor como representação de ternura e afeto. O período em que a carta foi escrita – 1850 - nos remete ao regulamento de 1849, conforme estudamos em subponto anterior, no qual a formação do professor se dá pela própria prática docente, observando, assim, que a escola particular acaba tendo a função de suprir as lacunas da escola pública.

Outro exemplo de estratégia textual utilizada pelos professores para escrever nos jornais pode ser visualizada na carta abaixo. Esta também foi escrita por um professor particular que se dirige à “Nobre Classe do Comércio”, com o intuito de pedir material escolar para que possa dar continuidade às aulas. Foi publicada no dia 18 de março de 1848, no jornal *O Telegrapho*²¹, da província do Maranhão.

CARTA

Illm. Sr.

Hei-me derigido a Nobre Classe do Commercio, e ate aqui com feliz exito e confio muito em que sendo V. S. um dos primeiros Negociantes d’esta Praça não deixará de trilhar a vereda dos que me hão obsequiado.

Quando um homem se emprega no onerozo cargo de instruir a Mocidade, supponho que merece alguma atenção, porquanto está ilustrando, e civilizando aquelles que nos poderão ser uteis com suas luzes; e mui principalmente se o Instructor tem a gloria (bem como eu que hei promptificado mais de 40) de apresentar um n. crescido de promptos em bem ler, escrever, e contar! Mas faz se mister para este Estabelecimento ser conservado com aquella decência, e ordem precisa fazer-se ao menos anualmente alguns reparos em seus utensílios, como sejam Bancos, mezas, quadros com vidros &, &. Porém como a minha posição mesquinha me não deixa fazer dispêndio, por isso recorro a V. S. e a outros, como Pessoas Illustradas do lugar para me coadjuvarem para tão justo fim, protestando a V. S. que heide fazer publico pela Imprensa d’esta Cidade, os oriozos Nomes d’aquelles que se prestarão a aperfeiçoar, e sustentar uma caza d’instrucção particular nesta Cidade!!

Os Professores Publicos tem os utensílios necessários prestados pela Nação e um professor particular só tem a Protecção de V. S. e outros que por capricharem no progresso do seu Paiz, se prestão com acções generosas em casos idênticos.

Será suficiente que V. S., por baixo desta se digne declarar a quantia que dêo, para o melhoramento de minha Aula que pretendo que fique a melhor

²⁰ Este circulou na Corte durante os anos de 1821 a 1878. Era publicado diariamente, exceto nos dias ditos de guarda, sendo impresso na Tipografia da Rua da Ajuda, nº 79. Entre as características deste jornal, destaca-se o fato de ter sido o primeiro com caráter essencialmente informativo e também o primeiro a publicar anúncios.

²¹ *O Telegrapho* era publicado nas quartas e nos sábados, na Tipografia Imparcial de F. R. de B., que ficava localizada no Largo da Matriz da Conceição, na casa de nº 2, no Maranhão. O jornal compõe as seguintes partes: “Exterior ou Interior”; “Maranhão”; “Publicação a Pedido”; “Correspondência” e “Avisos”.

que nesta se tem estabelecido até o presente; para o que peço a V. S. que logo que eu anuncie pela Typographia as prestações de V. S. e outros, em cuja ocasião farei um convite ao Publico, se digne V. S. visitar esta Eschola, afim de ver o esmero de quem se cofessa. De V. S. O mais humilde criado. (O TELEGRAPHO, Maranhão, 18 de março de 1848).

Nessa carta, é possível perceber algumas representações de professor no Império, que, segundo o signatário, era ao mesmo tempo dotado de prestígio - por civilizar “[...] aquelles que nos poderão ser uteis com suas luzes” – e desvalorizado, recorrendo aos destinatários, a fim de comprar materiais novos para suas aulas, visto que, como o próprio ressalta, “[...] com minha posição mesquinha me não deixa fazer tal dispendio”. Outra menção feita pelo signatário refere-se às diferentes condições de trabalho dos professores públicos e particulares, quando o primeiro possui os materiais necessários prestados pela Nação e o segundo fica à mercê de doações. Além de utilizar a carta como forma de pedir/solicitar materiais didáticos, o professor deixa transparecer um manifesto de cobrança, quando denuncia a “posição mesquinha” em que se acha, já que precisa recorrer aos leitores dos jornais para ter acesso aos materiais naturais à prática docente.

Por outro lado, na carta, é possível perceber, também, o lugar que a imprensa ocupava na sociedade imperial, como sendo também o espaço de hierarquia social. Ao requerer dos senhores ajuda, o professor oferece em troca a divulgação dos seus nomes no jornal, publicando, inclusive, o valor doado, evidenciando mais uma vez as relações de trocas de favores e as redes de sociabilidade que caracterizam o período do Império.

Assim como na carta anterior, a carta abaixo também utiliza o espaço do jornal para pedir. No entanto, a carta do pedido anterior apresenta uma cobrança, ainda que de forma sutil. Já na carta a seguir, o professor faz o pedido com o intuito de cobrança. Podemos visualizar isso no termo utilizado, “pedindo”, apesar de o próprio conteúdo indicar uma cobrança. Isso nos mostra a variação das cartas de pedido, que dependem da intenção do signatário da carta. A epístola foi publicada no jornal *Gazeta do Sertão*, da província da Paraíba, no dia 30 de novembro de 1888.

- Idem de Francisco de Assis e Silva, pedindo pagamento da gratificação a que lhe dá direito como professor particular o reg. de 30 de Agosto de 1881. (GAZETA DO SERTÃO, Paraíba, 30 de novembro de 1888).

É possível novamente verificar uma escrita curta, no entanto, indireta, pois o signatário fala por intermédio do editor do jornal. Nessa perspectiva, em outra epístola encontrada em um jornal da província do Rio de Janeiro, também é possível observar a escrita

de um professor que reclama pela falta de pagamento. No entanto, este se trata de um professor público, como podemos perceber abaixo.

A ILLMA. CAMARA.

Gutta cavat la pidem non vi, sed saepe cadendo.

Então! Não estamos já no mez de março, e os excomungados professores públicos sem ainda terem recebido os seus ordenados de janeiro? A despeito das ordens e providencias emanadas do governo pela secretaria de estado dos negócios do império, que até por ultimo, consta, que ordenará que fossem multados aquelles fiscaes que a negligenciassem os seus officiosos atestados além do 3 de cada mez?

Quous que tandem abutere patientia nostra?

Até quando serão pelos Srs. Fiscaes ludibriadas as ordens do governo, confiados em que destinada teem a temer por não serem empregados públicos? Até quando soffrerá uma classe inteira de pessoas illustradas o estúpido indiferentismo de meia dúzia de fiscaes? Por ventura já foi algum multado ou ao menos repreendido? Não, nem o serão, e os professores públicos continuarão ardente a soffrer como sempre; mas em despeito não cessaremos de clamar, porque

Gutta cavat lapidem non vi, sed saepe cadendo.

Professor (CORREIO MERCANTIL, INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, Rio de Janeiro, 4 de março de 1851).

Observamos o uso do pseudônimo “Professor”, já que o signatário não escreve somente por si próprio, mas sim representando um grupo, uma classe. É perceptível que o professor aponta para as causas da categoria quando menciona alguns verbos conjugados na terceira pessoa, quando, por exemplo, diz: “[...] mas em despeito não **cessaremos** de clamar [...]”.

O uso de pseudônimo também caracteriza o receio de sofrer represália. Sena (2012) aponta que “[...] o uso do anonimato para tratar da instrução pública [...] é um modo seguro para os ‘leitores-escritores-repórteres’ apresentarem as suas opiniões” (SENA, 2012, p. 124). A autora se apropriou desse termo a partir de Barbosa (2007), referindo-se ao público do jornal, o qual interagia por meio dele, sendo, não somente leitor, mas também escritor, utilizando-se do espaço como um verdadeiro repórter, debatendo, noticiando, acusando, denunciando as práticas sociais.

Outra característica dessa carta é o uso de frases em latim. A primeira que aparece na saudação e também é repetida na conclusão – “Gutta cavat lapidem non vi, sed saepe cadendo” – traduzida para o português como: *A gota fura a pedra, não pela força, mas caindo muitas vezes*. O professor utiliza-se do espaço da imprensa para reclamar, tendo em mente que a insistência irá “furar a pedra”, alcançando o êxito em suas reclamações. Outra frase utilizada

pelo professor e escrita em latim encontra-se na petição da epístola quando diz: “Quousque tandem abutere patientia nostra?”. Essa frase faz parte do primeiro dos quatro discursos de Cícero quando acusa um cônsul romano de pretender derrubar o governo para se apropriar de suas riquezas. Essa sentença ainda é bastante utilizada em discursos acadêmicos e jurídicos e é traduzida como: *Até quando abusarás da nossa paciência?*

O uso do latim nas cartas do século XIX no Brasil e em Portugal “[...] era louvado e estimado como uma espécie de patrimônio ou propriedade (veículo de cultura) da elite socioeconômica e cultural e digno de ser ostentado dependendo da ocasião” (LEITE, 2009, p. 120). Assim, além de se utilizar da reclamação, resistindo ao poder e mostrando ao público leitor a real situação da instrução pública, o professor demonstra aspectos de sua classe, instrumentalizada e culta, evidenciando uma imagem de docente detentor de conhecimento. Desse modo podemos inferir também que não era uma carta escrita para que todos compreendessem, já que apenas os leitores de latim poderiam traduzir as frases escritas nessa língua, caracterizando sua destinação a um grupo específico de leitores do jornal, aquele que compreendia o latim. A carta foi encontrada no jornal *Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal*²² e publicada em 4 de março de 1851²³.

No *Jornal da Parahyba*, no dia 18 de abril de 1889, encontramos, ainda, a resposta de um professor a outra carta. Nessa, o signatário, o professor Mindello, escreve para o comendador reitor do Lyceu Parahybano. Além de outras representações de professor na sociedade imperial, já visualizadas em outras cartas, podemos verificar que o professor exercia duas funções: a de professor de geografia no Externato Normal e a de reitor do Lyceu Parahybano – o que era característico da época.

- Ao Sr. Comendador reitor do lyceo parahybano. – Em resolução à consulta constante de seu officio de hoje datado, sob n. 13, declaro a Vmc., que devo continuar a occupar e exercer os cargos de reitor do lyceo parahybano e de professor de geografia do externato normal, como antes da jubilação, que foi lhe concedida por acto desta presidência de 11 do corrente, mez, no de professor d’aquelle estabelecimento, visto que sendo taes cargos diferentes

²² Tal jornal tinha como proprietário, o senhor Francisco José dos Santos Rodrigues. Era impresso no Prédio Mecânico, localizada na Rua da Quitanda, nº 13. Foi fundado em 1º de janeiro de 1848 e circulou até 15 de dezembro de 1868. Era considerado o segundo Diário mais importante no período do Império, não seguindo, segundo o mesmo, nenhuma linha partidária. O jornal era formado pelas seguintes seções: “Parte Official”; “Exterior”; “Correio Mercantil”; “Parte Política”; “Declarações”; “Avisos Marítimos”; “Leilões”; “Annuncios” e “Registro do Porto”.

²³ Carta encontrada durante a pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no projeto de pesquisa: *Notícias sobre educação e instrução pública no Império: O modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba*, vigência 2012-2013, coordenado pela Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva.

do da jubilação, que foi dada em virtude da lei, em nada affectou o exercício d'elles. (JORNAL DA PARAÍBA, Paraíba, 18 de abril de 1889).

Os jornais do Império estavam rodeados de informações apresentadas ao leitor nos diferentes gêneros discursivos. Os editais, os artigos, os relatórios, os anúncios, as correspondências, entre outros, faziam emergir uma rede de comunicação na sociedade imperial. O espaço dado pelos jornais para que essa troca de informações ocorresse se deu por meio da escrita de cartas. Tais epístolas, endereçadas aos jornais, tratavam de diversos assuntos, inclusive da instrução pública. Por meio dos exemplos dados neste capítulo, podemos compreender as finalidades e estratégias utilizadas pelos professores para escrever cartas nos jornais e, dessa maneira, entender o lugar social desses sujeitos no período em questão.

Nesse sentido, as características e particularidades que envolvem o professor no período do Império englobam o processo histórico das representações da docência, que foi sendo construído ao longo da época em questão. Os professores, mesmo regulados pelos mecanismos de controle, procuraram formas de expressar o descaso com a instrução pública e de revelar para a sociedade imperial os conflitos da prática escolar em que estavam inseridos. Nessa perspectiva, os docentes encontraram nos jornais um meio para divulgar esses problemas, seja reclamando e protestando, seja divulgando seus ofícios e agradecendo os serviços prestados.

As legislações no período do Império, ao que parece, foram criadas com a intenção de unificar a profissão e exercer poder e controle sobre os professores. No entanto, sabemos que onde existe poder, existe também a resistência (FOUCAULT, 1979). No período imperial também não foi diferente. Não podemos dizer que todos os professores se subordinavam a todas as regras e obedeciam todas as exigências regulamentadas na letra da lei. Alguns documentos, como as cartas de professores publicadas em jornais na província da Paraíba, trazem-nos outro olhar sobre o sujeito professor e sua prática, mostrando, ainda que parcialmente, gritos de resistência aos poderes a eles impingidos. São nos escritos das cartas de professores da Paraíba imperial que nos debruçaremos no ponto que se segue.

4 CARTAS DE PROFESSORES NA IMPRENSA PERIÓDICA DA PARAÍBA (1864-1889)

Ao ler os jornais imperiais, os leitores se deparavam com inúmeros gêneros discursivos. Os periódicos, geralmente, possuíam editais, declarações, anúncios, cartas, entre outros. Nos jornais paraibanos *O Publicador* (1864-1869), *O Tempo* (1865), *O Liberal Parahybano* (1879-1889), *Jornal da Parahyba* (1888-1889) e *Gazeta do Sertão* (1888-1889), podemos localizar cartas de professores que encontraram nesse espaço um meio de agradecer, avisar e reclamar suas práticas, deixando em seus escritos, representações da docência da Paraíba no Império. Por servirem de suporte para as cartas de professores, faz-se necessário apresentar ao leitor a configuração e algumas informações dos jornais utilizados nesta pesquisa, para que se tenha um conceito mínimo desses periódicos.

O jornal *O Publicador* tinha impressão diária, com exceção dos domingos. Tal periódico teve como primeiro editor o padre Lindolfo Corrêa, e sua tipografia localizava-se no Beco da Misericórdia, da qual era proprietário o português José Rodrigues da Costa. Na tipografia de mesmo nome, o jornal era subscrito pelo valor de 1\$000 ao mês. O jornal publicava atos oficiais, sendo, em parte, financiado pelo governo. No entanto, depois de algumas mudanças de redator, o jornal passou a pertencer ao partido liberal (NICOLAU, 2012). Geralmente, o jornal *O Publicador* era composto pela “Parte Oficial” – em que eram propalados os expedientes do governo da província, bem como os respectivos Despachos –; “Interior” – em que eram mencionadas as notícias internacionais –, “Noticiário”; “Comunicados”; “A Pedidos”; “Annuncios”; e, por vezes, uma seção destinada às cartas, intitulada “Correspondências do Publicador”. A Figura 7 apresenta a primeira página do jornal *O Publicador*, em seu terceiro ano de publicação²⁴.

²⁴ Os endereços eletrônicos *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século XIX* e *Hemeroteca Digital Brasileira*, que nos serviram de acervo para realização desta pesquisa, disponibilizam o jornal *O Publicador* apenas a partir do seu terceiro ano de publicação, a saber, 1864.

FIGURA 7 – Primeira página do jornal *O Publicador*

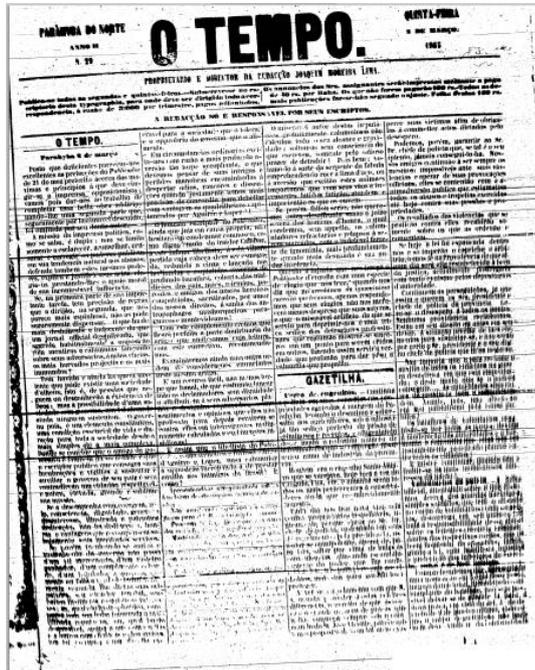


Fonte: *O Publicador*, 20 de fevereiro de 1864, nº 44, p. 1.

Como podemos perceber por meio da capa do jornal, este se apresentava em três colunas. Os vários gêneros discursivos que formavam o jornal se encontravam misturados, não contendo aspectos organizativos, o que era uma característica comum nos jornais do século XIX. O endereço eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira comporta os anos de 1864 (edições 44 a 698), 1865 (edições 845 a 994), 1866 (edições 995 a 1289), 1867 (edições 1434 a 1581), 1868 (edições 1591 a 1884) e 1869 (edições 1885 a 2164) dos jornais *O Publicador*.

O jornal *O Tempo* era publicado apenas nas segundas e quintas-feiras. Tinha como proprietário o Senhor Joaquim Pereira Lima, o qual também era Diretor de Redação do citado jornal. Era subscrito pelo valor de 3\$:000 por trimestre, a serem pagos antecipadamente. Sob os anúncios dos assinantes era cobrado um valor de 40 réis por linha. Os interessados em publicar anúncios que não fossem assinantes do jornal deveriam pagar uma taxa de 100 réis. No entanto, o jornal não se responsabilizava pelos escritos de outrem. O jornal *O Tempo* apresentava as seções “O Tempo”, “Gazetilha”, “Exterior”, “Correspondências”, “Comércio”, “Movimento do Porto”, “Edital” e “Anúncios”. Abaixo, na Figura 8, podemos visualizar a imagem da primeira página do referido jornal.

FIGURA 8– Primeira página do jornal *O Tempo*



Fonte: *O Tempo*, 2 de março de 1865, nº 29, p. 1.

O jornal *O Tempo* se distinguia do jornal *O Publicador* por conter quatro colunas ao invés de três. No endereço eletrônico *Jornais e Folhetins Literários do século XIX* é possível ter acesso às seguintes edições do período do Império: o ano de 1865 (1 edição de fevereiro, 9 edições de março, 7 edições de abril, 6 edições de maio, 9 edições de junho, 8 edições de julho, 9 edições de agosto, 8 edições de setembro, 9 edições de outubro, 10 edições de novembro, 5 edições de dezembro)²⁵.

O jornal *O Liberal Parahybano*, como o próprio título menciona, era órgão do Partido Liberal. O jornal era publicado três vezes por semana, geralmente nas terças e quintas-feiras e sábado. Era subscrito no Escritório da Redação, situado na Rua Duque de Caxias, nº 60. Sua assinatura custava 12\$000 por ano e 6\$000 por semestre. Quanto aos anúncios, era o jornal que cobrava o valor mais alto em comparação aos demais já mencionados. Era arrecadada uma taxa correspondente a 80 réis por linha para cada anúncio. Já para outros escritos, como as cartas, por exemplo, não existia um valor fixo, que era cobrado de acordo com a avaliação do gênero a ser publicado. A redação do jornal *O Liberal Parahybano* era composta por José Peregrino d’Araújo, José Ferreira de Novaes, Antonio Alfredo da G. e Mello e Francisco José Rabello. As seções apresentadas nos jornais eram “Parte Oficial”, “O

²⁵ O endereço eletrônico citado comporta, ainda, um ano referente à República, os quais não foram utilizados nesta pesquisa, pois nos limitamos às edições do Império.

Liberal Parahybano”, “Noticiário”, “Correspondência” e “Anúncios”. Na Figura 9, pode-se identificar a primeira página do jornal *O Liberal Parahybano*.

FIGURA 9 – Primeira página do jornal *O Liberal Parahybano*



Fonte: *O Liberal Parahybano*, 15 de maio de 1879, nº 4, p. 1.

O endereço eletrônico da *Hemeroteca Digital Brasileira* comporta os seguintes anos e respectivas edições: 1879 (edições 4 a 61); 1882 (edições 117 a 150); 1883 (edições 151 a 192); 1884 (edições 193 a 228); 1889 (edições 23 a 36). Já o endereço eletrônico *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século XIX* possui uma edição a mais do que o anteriormente mencionado, a saber, a edição de número 11, do ano de 1880.

O *Jornal da Parahyba* era órgão do Partido Conservador. Existiu de 1862 a 1890²⁶, tendo sido criado por Silvino Elvidio Carneiro da Cunha²⁷. A partir da segunda metade da

²⁶ Nesta pesquisa foram utilizados apenas os jornais disponibilizados na internet, a saber, os anos de 1888 e 1889. Assim também uma edição do jornal do ano 1886, encontrada no arquivo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

²⁷ Silvino Elvidio Carneiro da Cunha foi um dos barões mais destacados da província da Paraíba. Ilustre homem público, político e jornalista, foi inspetor da alfândega nas províncias da Paraíba, do Amazonas e do Maranhão. Foi presidente da província da Paraíba de 16 de abril a 11 de junho de 1869 e de 17 de outubro de 1873 a 10 de abril de 1876 e vice-presidente, de 1888 a 1889. Além da Paraíba, presidiu a província do Rio Grande do Norte, de 22 de março de 1870 a 11 de janeiro de 1871, a de Alagoas de 28 de maio de 1871 a 22 de dezembro de 1872 e a do Maranhão, de 4 de março a 4 de outubro de 1873. Foi agraciado pela Princesa Isabel, em 1888, com o título de Barão do Abiaí, em referência ao seu local de nascimento, antiga propriedade de seu pai (COSTA, 2014).

década de 1880, o citado jornal intensifica debates contra periódicos de cunho liberais que circulavam no mesmo período (SOUZA, 2013). Era publicado duas vezes por semana, geralmente nas terças e sextas-feiras, e subscrito na Typografia Parahybana, localizada na Rua Visconde de Pelotas, nº 10.

O *Jornal da Parahyba* era formatado em quatro colunas. A assinatura do jornal custava 3\$000 por trimestre, com a condição de que fosse entregue dentro da capital. Para as demais localidades, o valor passaria para 3\$500. Tanto para a capital quanto fora dela, os valores da assinatura deveriam ser pagos adiantados. A redação do *Jornal da Parahyba* assim como a do jornal *O Tempo* deixava claro que não se responsabilizava pelos escritos enviados e publicados neste. Abaixo, visualizamos a primeira página do *Jornal da Parahyba*.

FIGURA 10 – Primeira página do *Jornal da Parahyba*



Fonte: *Jornal da Parahyba*, 10 de janeiro de 1888, nº 2.639, p. 1.

O *Jornal da Parahyba* era composto pelas seguintes seções: “Parte Oficial”; “Jornal da Parahyba”; “Notícias Diversas”; “A Pedidos”; “Editaes” e “Annuncios”. O *site da Hemeroteca Digital Brasileira* comporta os seguintes anos do jornal e respectivas edições: 1888 (edições 2639 a 2729) e 1889 (edições 2737 a 2781).

Quanto ao jornal *Gazeta do Sertão*, este se apresentava como Órgão Democrata e era publicado semanalmente, impresso geralmente nas sextas-feiras. Era subscrito na

Typographia e Escriptorio dos diretores, os Senhores I. Joffily²⁸ e F. Retumba. A tipografia estava situada na Praça Municipal de Campina Grande, nº 24. A assinatura do jornal dentro da Comarca custava 6\$000, o ano, e 3\$500, o semestre. Fora da comarca e províncias, o jornal era assinado pelo valor de 7\$000, anuais e 4\$000 semestrais. Tanto dentro como fora da Comarca, os valores teriam que ser pagos adiantados e as publicações seriam realizadas mediante ajustes.

Apresentava uma tiragem semanal de 800 exemplares e aceitava anúncios até a quarta-feira ao meio-dia, pois, como já mencionado, era publicado nas sextas-feiras. Já os demais artigos e as cartas eram aceitos somente até as terças-feiras. O valor pago por linha de anúncios e outras publicações era 80 réis. Todas as reclamações que, porventura, tivessem os assinantes do jornal deveriam ser feitas por escrito e entregues no escritório da empresa. O jornal era formado pelas seguintes “Almanak”, “Expediente”, “Gazeta do Sertão”, “Cartas políticas ao Presidente da Província”, “Gazetilha”, “Telegramas”, “A Pedido”, “Editaes” e “Anuncios”. O *site da Hemeroteca Digital Brasileira* comporta os seguintes anos do jornal, no período do Império, e respectivas edições: 1888 (edições 1 a 19) e 1889 (1 a 47)²⁹.

FIGURA 11 – Primeira página do jornal *Gazeta do Sertão*



Fonte: *Gazeta do Sertão*, 1º de setembro de 1888, nº 1, p. 1.

²⁸ Irineu Ceciliano Pereira da Costa foi jornalista, advogado, juiz de direito, deputado provincial. Autor do livro *Notas sobre a Parahyba*, 1892; e da obra *Sinopse das Sesmarias da Capitania da Parahyba*, 1893. Como empreendedor fundou o jornal *Gazeta do Sertão* em 1888. Mudou o sobrenome para Joffily, contração adaptada do latim *josephus fillii* (filho de José) (VIEIRA, 2011).

²⁹ O *site*, citado, comporta ainda alguns anos referentes à República no Brasil, os quais não foram utilizados nesta pesquisa, pois nos limitamos às edições do Império.

Ao ler, atentamente, as edições dos jornais apresentados, é possível identificar a escrita de cartas assinadas por um dos principais agentes da instrução na Paraíba imperial: os professores. Neste capítulo, analisamos as 10 cartas de professores encontradas nos jornais da Paraíba entre os anos de 1864 a 1889. As cartas foram analisadas em relação à forma e ao conteúdo. No que concerne à forma, analisamos a estrutura das cartas dentro dos jornais, observando se incorporavam as regras definidas pelos manuais de escrever cartas: *O Secretario Portuguez Compendiosamente*, de Francisco José Freire (1801); *Novo Secretário Portuguez ou Código Epistolar*, de J.I. Roquette (1860); e *Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX*, escrito por J.I. Roquette (1845) [1875], já citados. Observamos se as cartas seguiam a estrutura de composição *salutatio* (saudação), *exordium* (começo), *narratio* (narração), *petitio* (solicitação ou argumentação) e *conclusio* (conclusão).

No que diz respeito ao conteúdo, analisamos os escritos dos professores nas cartas, identificando o discurso apropriado pelos professores para escrevê-las. Justapomos tais escritos com outros documentos da época, como as legislações e os relatórios dos presidentes de província, na tentativa de perceber as relações presentes nos discursos desses documentos e nos discursos presentes nas cartas.

Como forma de organização, definimos, a partir dos manuais de escrever cartas, classificações em que se encaixam as cartas de professores, as quais servem de *corpus* para esse trabalho. Nesse sentido, as cartas foram agrupadas conforme essas classificações, sendo analisadas mediante esses grupos, a saber: *cartas de agradecimento*, em que são analisadas três cartas; *cartas de aviso e em que se dão parecer*, em que são analisadas duas cartas; e *cartas de queixumes e reclamação*, em que são analisadas cinco cartas; conforme os tópicos que se seguem.

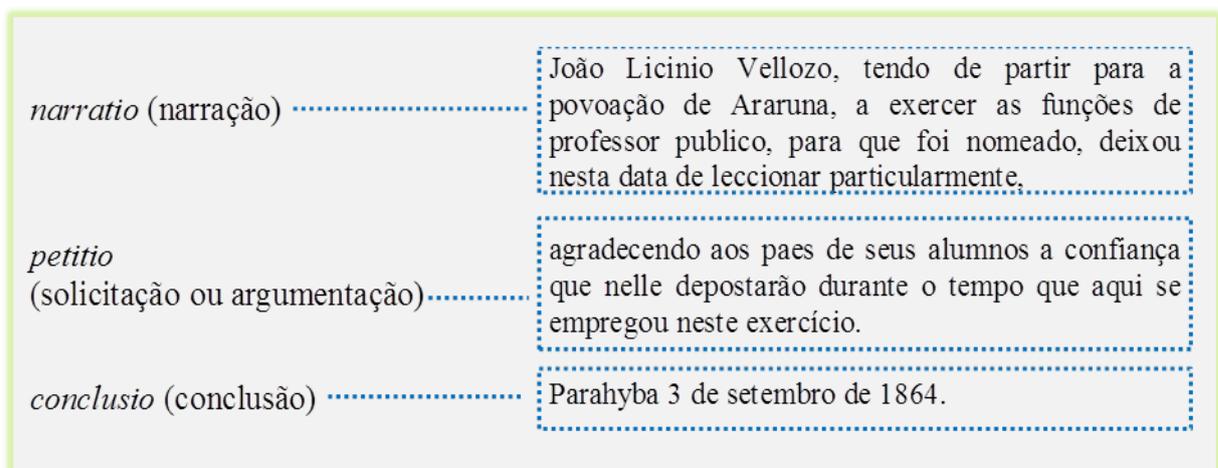
4.1 Cartas de agradecimento

O ser grato é uma virtude; por conseguinte a acção de graças, pelos favores recebidos, deve ser uma obrigação sagrada. O coração que não sente certos movimentos que o forcem à efusão d'algumas expressões com que manifeste ao bemfeitor seu reconhecimento não somente é ingrato, senão muito merecedor de que se lhe evitem as ocasiões em que exerçam sua grosseira insensibilidade (ROQUETTE, 1845 [1875], p. 224).

Agradecer ou dar graças era uma virtude advinda do coração, conforme sugere Roquette no manual de escrever cartas *Código do Bom-Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX* (1845) [1875]. É da generosidade que nascem as cartas de agradecimento, segundo o autor. É também com o intuito de agradecer que alguns professores escreveram cartas para os jornais. Os professores João Licínio Vellozo e Antonio Cassiano Brayner, com assuntos diferentes, utilizaram o espaço dos jornais para depositar o sentimento de generosidade a que Roquette se referia e agradecer aos seus destinatários.

Na carta publicada no dia 6 de setembro de 1864, no jornal *O Publicador*, o professor João Licínio Vellozo se despede de seus alunos, narrando que irá deixar suas funções de professor particular, passando a exercer a função de professor público na povoação de Araruna.

FIGURA 12 – Carta de agradecimento – Jornal *O Publicador*



Fonte: O PUBLICADOR, 6 de setembro de 1864.

Na parte da carta que se refere à argumentação, o professor agradece aos pais dos alunos pela confiança em seu trabalho. Ao analisar outros documentos-fontes para essa pesquisa, encontramos um mapa de aulas da instrução primária do ano de 1864, em que o professor João Licínio Vellozo aparece como professor particular de 20 meninas (PARAÍBA, 1864). Possivelmente são essas as alunas a que a carta faz alusão, a cujos pais a epístola se destina, em forma de agradecimento.

O mesmo professor utiliza o jornal para anunciar, dez anos após a publicação da carta-aviso, sua aula. Assim noticia: “O professor particular, João Licínio Velloso, avisa aos

paes de seus alumnos que mudou a sua aula para um salão do andar térreo do convento do Carmo, onde principiará a funcionar hoje” (O PUBLICADOR, 28 de março de 1874).

O anúncio escrito pelo professor e divulgado no jornal *O Publicador*, em 28 de março de 1874, demonstra que o professor retoma novamente suas aulas particulares na capital. Provavelmente, isso ocorria desde 1867, informação assinalada no mapa da instrução primária do referido ano, o qual mostra João Licinio Vellozo, como professor particular de 26 meninos na capital da província, sendo professor de três cadeiras, uma delas a de latim (PARAÍBA, 1867).

Nesse sentido, visualizamos duas publicações do senhor João Licinio Vellozo, sendo uma por meio do gênero carta e outra por meio do gênero anúncio. No entanto, há uma diferença de dez anos entre uma publicação e outra. Isso é explicado pelas próprias publicações quando, na carta, o professor se despede das aulas particulares para exercer, em Araruna, a função de professor público. Já no anúncio, dez anos depois, o professor declara a mudança de sua aula particular, quando, possivelmente, já está exercendo novamente tal função.

Uma das características apresentadas na carta é a da escrita mais curta, ou seja, menos densa e direta. Para Sena (2014), nesse tipo de escrita “é dispensável quase todos os recursos de retórica epistolar, pois o signatário transmite diretamente o seu discurso ao destinatário” (SENA, 2014, p. 92). Isso acontece para prender a atenção do leitor, assinalando uma estratégia textual que “necessariamente deve impor uma justa compreensão” (CHARTIER, 1988, p. 123), já que, para o autor, os textos são escritos pensando nos leitores, de modo a atraí-los e direcioná-los. É interessante perceber, também, que o professor particular fala por meio do editor do jornal, pois os verbos empregados estão sempre na terceira pessoa, por exemplo, “deixou”.

Em 26 de agosto de 1882, era o professor Antonio Cassiano Brayner que utilizava o espaço do jornal *O Liberal Parahybano* para agradecer aos amigos e parentes que auxiliaram sua família e filho doente, o qual, posteriormente, falece de uma enfermidade, durante o período em que o professor exercia sua função na instrução primária na Villa de Cuité.

FIGURA 13 – Carta de agradecimento –Jornal *O Liberal Parahybano*

<p><i>narratio</i> (narração)</p>	<p>Antonio Cassiano Brayner, ferido da mais pungente dor e acrisolada saudade, vem por meio da imprensa confessar sua eterna gratidão à todos quantos prestarão-se por ocasião da moléstia, passamento e funeral de seu nunca esquecido filho João d’Alcantra Brayner.</p>
<p><i>petitio</i> (solicitação ou argumentação)</p>	<p>Favor tanto mais significativo em si; porque estando o abaixo assignado n’esta villa como professor publico da instrucção primaria à 18 leguas da capital, onde tem sua família, e não tendo sua chara consorte pessoa em casa que podesse encarregar-se de procurar o que se fazia preciso para tratamento do paciente no decurso de 8 dias que esteve no leito de dor, e do que era indispensável no funeral, foi esta falta suprida por dedicados amigos e parentes que tudo fizeram voluntariamente. O filho que pranteamos era a estrela polar de nosso futuro, por quanto, na idade de 9 annos que contava, era a antithese dos de seu tempo, pois deixava a eles e a quantos brinquedos havião próprios da idade pueril, pelo estudo acurado de suas licções, de sorte que sendo elle de reconhecido talento, estava muito adiantado.</p>
<p><i>conclusio</i> (conclusão)</p>	<p>Villa do Cuité, 28 de julho de 1882. Antonio Cassiano Brayner.</p>

Fonte: O LIBERAL PARAHYBANO, 26 de agosto de 1882.

Na parte da carta que se refere à narração, como visualizamos, o editor do jornal expõe o motivo da escrita da carta. Somente ao final da carta, na parte referente à argumentação, é que o signatário, o professor Antonio Cassiano Brayner, escreve de forma direta aos leitores dos jornais, ao traçar adjetivos do seu filho falecido.

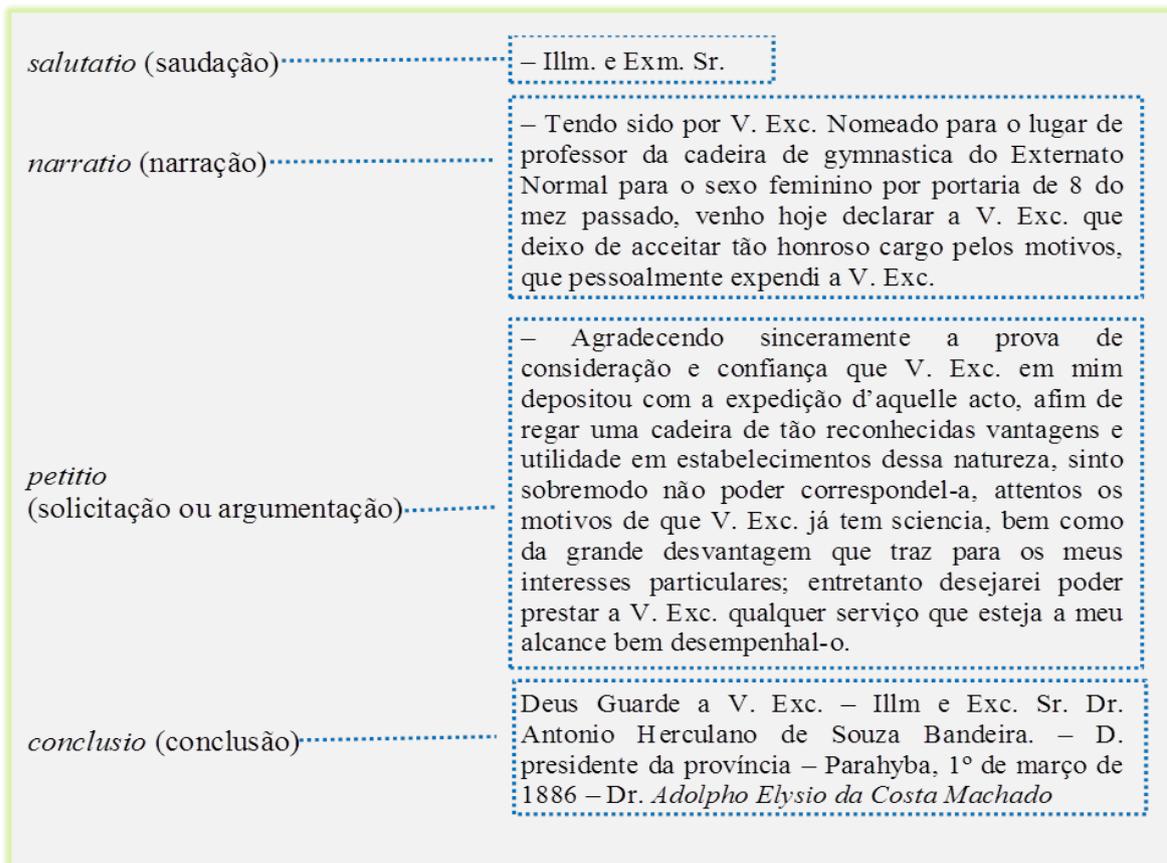
A escrita da carta evidencia uma peculiaridade do professor signatário, que, sendo professor público da Villa do Cuité, vivia distante da família, como assinalado. Essa característica confirma a tese de Antônio Nóvoa, que, em outras palavras, afirma não haver separação entre o professor e a pessoa. O professor Antonio Cassimiro Brayner acopla, na carta, sua profissão, traçando relações com a vida pessoal. Assim, entendemos que, na docência, não há como separar vida e profissão, pois “o professor é a pessoa e a pessoa é o professor” (NÓVOA, 2000, p. 34).

Em um despacho encontrado na parte oficial das expedições do governo no jornal *O Publicador*, de 9 de dezembro de 1865, destinado ao professor Antonio Cassiano Brayner,

observamos a autorização desse professor “da licença para leccionar primeiras letras em qualquer ponto da província” (O PUBLICADOR, 9 de dezembro de 1865). Já outro despacho encontrado no *Correio Oficial* – após pouco mais de uma década da escrita da carta – refere-se ao professor Antonio Cassiano Brayner como adjunto do ensino primário da cadeira do sexo masculino da Capital (CORREIO OFICIAL, 29 de março de 1906).

Agradecer também foi a intenção do professor Adolpho Elysio da Costa Machado, ao Presidente de província Dr. Antonio Herculano de Souza, pelo cargo a ele designado de professor da cadeira de gymnastica do Externato Normal para o sexo feminino. Além de agradecer, outra função fica implícita, pois na escrita da carta, na parte relativa à argumentação, o professor ressalta já ter agradecido pessoalmente. No entanto, tem-se a necessidade de tornar esse agradecimento público, colocando-se o professor à disposição do Presidente.

FIGURA 14 – Carta de agradecimento – *Jornal da Parahyba*



Fonte: JORNAL DA PARAHYBA, 12 de março de 1886.

Ao ser também lugar também de trocas de informações, conforme aponta Barbosa (2007), o jornal é utilizado, por meio do gênero discursivo carta, para tornar públicos os acontecimentos da instrução pública. Nesse sentido, o professor declara seus votos de agradecimento em público ao tornar ainda mais ilustre o ato de agradecer, já que seria conhecido pelos leitores do jornal. Assim, também, a atitude do Presidente de dar-lhe a reger uma cadeira “de tão reconhecidas vantagens”. No entanto, como dito, recusa-se a prover a citada cadeira, por motivos pessoais. Ainda no ano de 1886, o Presidente de província, Antonio Herculano de Souza Bandeira, ao redigir o relatório da província da Paraíba, menciona os professores que regem as cadeiras no Externato Normal, apontando que “[...] a cadeira de gymnastica continua vaga, por não haver na provincia pessoa habilitada para o ensino” (PARAÍBA, 1886, p. 28).

Os três professores, por motivos diferentes, escreveram cartas para os jornais paraibanos com a função de agradecer. Ao demonstrarem gratidão, os professores nos deixam, também, outras informações sobre a instrução na província da Paraíba no Império. As cartas misturam profissão e vida, seja tornando público o início ou término de suas atividades, seja informando o falecimento de um parente, ou ainda esclarecendo ao público leitor o porquê de recusar-se o exercício de uma disciplina ofertada pelo Presidente. Nesse sentido, as cartas ratificam a imagem do professor como alguém público, que precisa esclarecer os acontecimentos de sua profissão, os quais se misturam com a própria vida.

4.2 Cartas de aviso e em que se dão parecer

As Cartas de aviso forão as primeiras, de que usarão os antigos Escritores, porque não se inventarão as composições epistolares para outro fim, mais que para evitar os amigos ausentes de cousas, que ou a eles, ou a nós pertencem. Por tanto, devendo ser a Carta hum Mensageiro, que exponha a outrem o nosso pensamento e negocio [...] (FREIRE, 1801, p. 197).

Avisar ou informar era a função primeira das cartas, escreveu Francisco José Freire, no manual epistolar *O Secretário Portuguez Compendiosamente* (1801). Tal função também foi utilizada por professores em duas das cartas que compõem o nosso *corpus* de pesquisa.

Um dos professores que utilizou a carta com a função de avisar foi João Manoel da Silva. O professor ocupou parte das páginas do *Jornal da Parahyba* para avisar e, sobretudo,

deixar claro ao público leitor sobre uma denúncia feita em outro jornal³⁰ sobre a incompatibilidade que o professor teria de exercer os cargos de professor e vereador ao mesmo tempo.

FIGURA 15 – Carta de aviso – *Jornal da Parahyba*

<i>exordium</i> (começo)	<p>Villa do Conde, 12 de Março</p> <p>Lendo no jornal <i>Despertador</i>, de 7 do corrente uma correspondência d'esta villa, firmada pela bem conhecida – sentinela, que atira-me uma questão de incompatibilidade, toda illusoria com tanto que dê expansão ao seu bem intencionado instinto, cumpre-me expor ao publico o que há de real.</p>
<i>narratio</i> (narração)	<p>Fui membro da assembleia legislativa desta provincia no biennio, que terminou no dia 31 de dezembro próximo passado.</p> <p>N'esse interim elegeram-me vereador e depois presidente da câmara municipal d'esta mesma villa para o anno de 1887.</p>
<i>petitio</i> (solicitação ou argumentação)	<p>Ora, desde que eu na qualidade de deputado provincial não podia de facto exercer o emprego de professor de 1^{as} letras, que sou, pela retribuição que d'elle affluia, é obvio que nenhuma incompatibilidade havia de vereador, que foi por mim renunciado logo que desapareceo aquelle impedimento, (a 31 de dezembro referido) optando pelo emprego, como vera o publico do officio em resposta infra publicado.</p> <p>No periodo, pois, do exercicio de vereador me erão vedados, por força do cargo de deputado provincial o exercicio e ao perceber a retribuição do emprego de professor, é por isso nenhum motivo ou inconveniente me incompatibilizava do exercicio d'aquelle cargo de vereador.</p>
<i>conclusio</i> (conclusão)	<p>Julgo ter assim satisfeito a benevol[...]</p> <p>[...]tiva da sentinela, que ainda ----- liz; e se por ventura não ----- estenderei com mais -----</p> <p>----- Paço -----</p> <p>----- 1--- de janeiro de 1888. ----</p>
Anexo à carta (Resposta ao officio)	<p>Illm. Sr. ___ Em resposta ao seu officio de hontem datado, em que declara a esta câmara renunciar o cargo de vereador da mesma, por optar pelo emprego de professor publico d'esta villa em cujo exercicio vai entrar, visto ter desaparecido o impedimento que dele o obstava, declaro a V. S. que na próxima reunião d'esta mesma câmara será tomado esse assumpto na devida consideração, conforme a lei.</p> <p>Deus Guarde a V. S.. ___ Illm Sr. Capitão João Manoel da Silva. D. professor publico da villa Conde. ___ José Pedro Coutinho, presidente. ___ Cerciliano C. M. machado, secretario.</p>

Fonte: JORNAL DA PARAHYBA, 13 de março de 1888.

³⁰ A edição do jornal *Despertador* a que se refere o professor não foi encontrada durante as pesquisas.

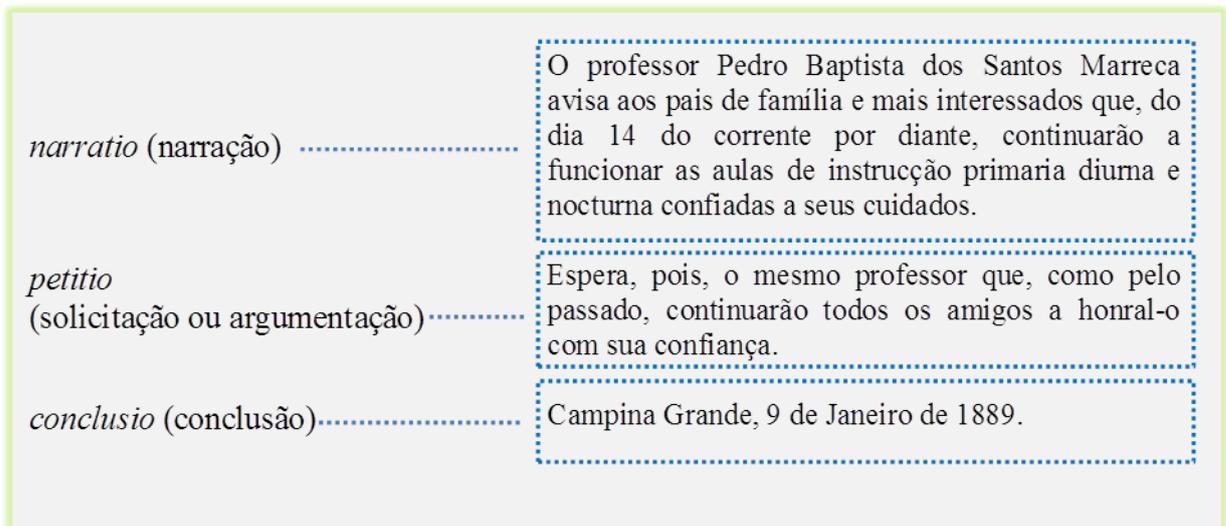
A Lei nº 20, de 6 de maio de 1837, já prescrevia a incompatibilidade entre algumas funções ou exercícios de empregos municipais, relatada pelo professor na carta, quando em seu artigo décimo quinto, determina:

Os professores não poderão exercer empregos municipais, cujas funções sejam incompatíveis com o exercício de seu magistério, devendo o Presidente julgar desta incompatibilidade e se exercer alguns daqueles empregos contra a ordem do Presidente ficam por este fato demitidos do emprego de professor (PARAÍBA, 1837, p. 16).

Na carta, podemos observar o interesse do professor em esclarecer sua opção pelo cargo de professor em detrimento do de vereador. Também verificamos que, além de conter as partes de uma carta prescritas nos manuais epistolares, conforme se observa na figura anterior, a carta também possui um anexo. Tal anexo se refere a uma resposta ao ofício citado na carta, o qual atesta a renúncia ao cargo de vereador e a opção pelo cargo de professor público.

O professor particular Pedro Baptista dos Santos Marreca também faz um aviso ao publicar uma carta no jornal. Tal aviso se refere a sua aula particular de instrução primária diurna e noturna. A carta é destinada aos “pais de família e mais interessados”. Foi publicada no jornal *Gazeta do Sertão*, da província da Paraíba, no dia 11 de janeiro de 1889. Destaque-se, no entanto, que foi escrita e enviada para o jornal na data de 9 de janeiro de 1889.

FIGURA 16 – Carta de aviso – jornal *Gazeta do Sertão*



Fonte: GAZETA DO SERTÃO, Paraíba, 11 de janeiro de 1889.

É possível perceber que o professor particular Pedro Baptista dos Santos Marreca possui uma maneira de redigir mais concisa, também comum nas cartas de aviso e em que se dão parecer. As cartas dos professores particulares, em uma primeira leitura, têm apenas o objetivo de avisar aos pais dos alunos sobre mudanças ocorridas. No entanto, legitimam também os trabalhos oferecidos pelo professor que, ao mesmo tempo, anuncia/oferta seu serviço.

Esta carta também recebe intervenção direta do editor do jornal, como se observa nos verbos empregados sempre na terceira pessoa, como “avisa” e/ou espera. Assim, é preciso fazer “[...] a distinção indispensável entre dois conjuntos de dispositivos: os que provêm das estratégias de escrita do autor, e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência de oficina de impressão” (CHARTIER, 1991, p. 182).

Outra característica do tipo de carta escritas pelos professores particulares é a assinatura, pois, diferentemente dos professores públicos, existe uma identificação por parte de quem agradece e anuncia seu trabalho. A assinatura, nas cartas dos professores públicos, não existia costumeiramente, sendo comum o uso de pseudônimos, prática recorrente em todo o século XIX, utilizados principalmente nas cartas de queixas, das quais falaremos adiante.

As cartas utilizadas pelos professores para avisar, também, remetem-nos ao professor como alguém que precisa tornar público acontecimentos de sua profissão. Pedro Baptista dos Santos Marreca avisa/anuncia suas aulas de instrução primária diurna e noturna, trazendo ao conhecimento do público leitor interessado, o dia que retornaria suas aulas particulares. Já João Manoel da Silva, ao publicar no jornal a opção pelo cargo de professor em detrimento do de vereador, procura se explicar para o público leitor, em relação à denúncia feita no jornal *Despertador*. Mais uma vez a imagem representada pelo professor na sociedade imperial parece estar associada ao controle, inclusive da própria sociedade (leitora dos jornais), a quem o professor deve explicações e/ou esclarecimentos sobre sua prática docente, escolhas e acontecimentos em torno desta.

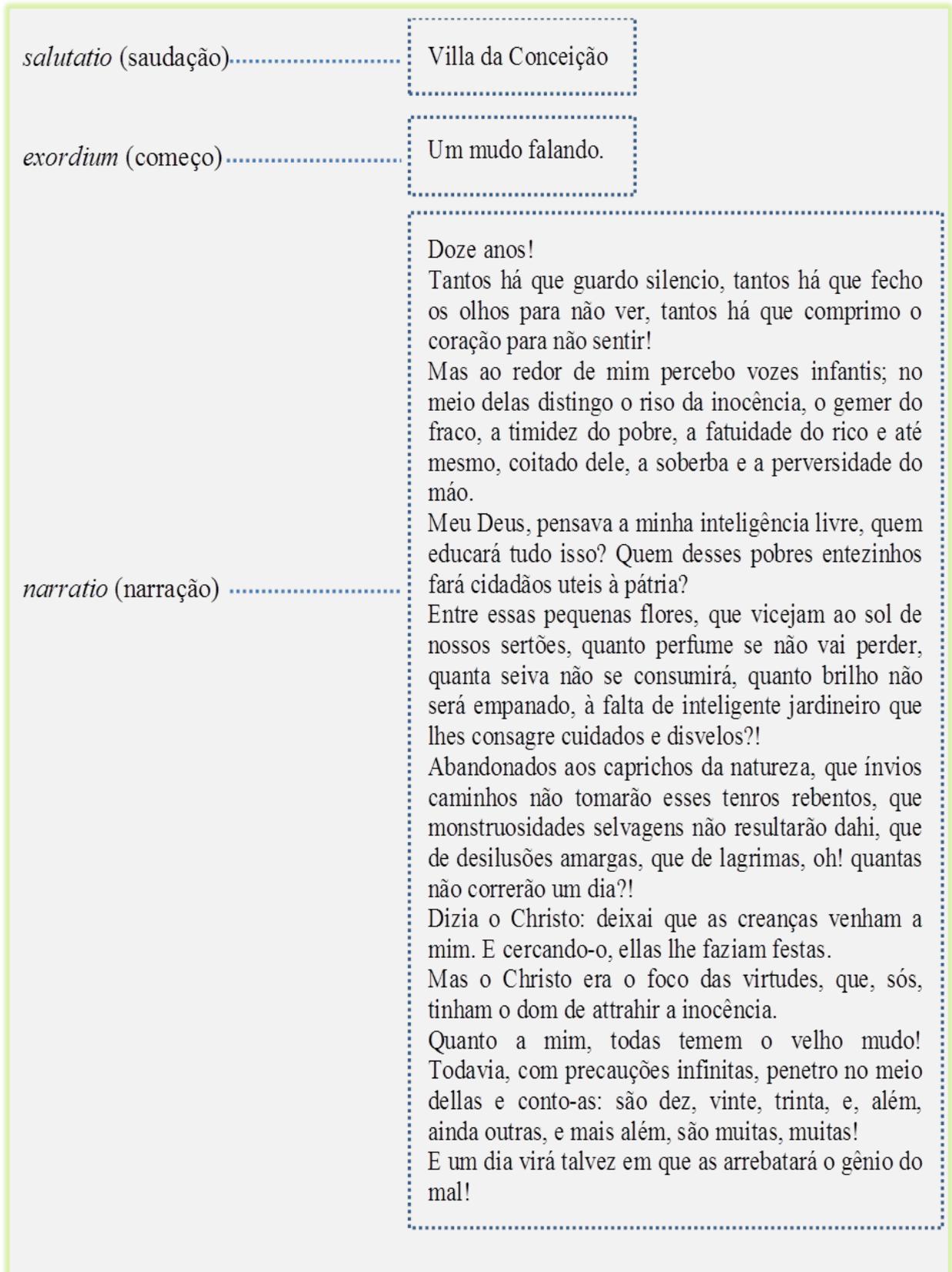
4.3 Cartas de queixumes e reclamação

Continuadamente se nos oferece ocasião de manifestar nosso justo ressentimento às pessoas que no-lo occasionam. [...] deve talvez pegar-se na penna, porém nunca sem que tenha passado já a primeira força de

nosso ressentimento para que não incorrâmos noutra maior (ROQUETTE, 1845 [1875], p. 227).

No manual de escrever cartas *Código do Bom-Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX*, Roquette (1845) [1875] esclarece como devem ser utilizadas as cartas quando o motivo são queixas. Para isso, como aponta a epígrafe citada, é necessário que o signatário espere que o primeiro momento de fúria, motivo de suas queixas, já tenha passado. Assim como mandava o bom-tom, parecem ter agido os professores, que, apesar de utilizarem esse gênero do discurso no jornal para reclamarem e reivindicarem suas práticas docentes, o fizeram de forma a “[...] paliar as cousas a maneira com que as explicamos, fazendo-o em termos que se deixem ouvir sem o desgosto que ocasionariam ditas claramente [...]” (ROQUETTE, 1845 [1875], p. 227).

Nesse sentido, identificamos cinco cartas de professor em que a escrita é marcada pelas queixas e reclamações. Abaixo podemos visualizar a primeira carta e, concomitantemente, os escritos de queixas de um professor.

FIGURA 17 – Carta de queixas – *Gazeta do Sertão*

petitio

(solicitação ou argumentação).....

E quem o culpado?
 A constituição do império garante uma aula publica
 para todas as localidades.
 Mas porque não é cumprida tão sabia disposição?
 Ninguém responde!
 Os agentes do governo penetram até os confins da
 província e, em nome da pátria necessitada,
 reclamam o imposto.
 Amamos a pátria: pagamos!
 O chefe do estado nos aponta o misero escravo, e,
 em nome da humanidade, pede a abolição dos
 captivos.
 Temos coração; cedemos e nos resignamos!
 Os impostos augmentam sempre e jamais
 recebemos de seu emprego beneficio algum.
 Somos crentes, apelamos para o futuro!
 A nação, coitada, eil-a captiva do estrangeiro, em
 consequência de tantos e repetidos empréstimos:
 que é feito de todo esse dinheiro?
 Não compreendemos; mas conservamo-nos
 indiferentes!
 Nossas propriedades estão sem garantia; mesmo
 nossa segurança individual não existe.
 Somos irmãos; unimo-nos para a defesa commun!
 A secca nos victima: para alimentarmos nossos
 gados vivemos em luta com os espinhos.
 Somos pobres; temos paciência!
 Escoa-se para os cofres públicos a maior parte do
 que ganhamos com o suor de nosso rosto.
 Soffremos com calma.
 E quando pedimos a criação de uma escola para a
 localidade, sempre o silencio nos responde!
 Esse silencio dura há doze anos!
 Mas negar à creança o pão do espirito é negar ao
 morto de sede a gotta d'agua salvadora.
 Oh! malvados!
 Do governo actual nada mais esperamos: venha o
 anjo da liberdade e com suas azas de ouro jogue ao
 longe esta corôa que para nada nos serve! Venha a
 luz! Erga-se a democracia! Surja a republica!
 Talvez seja a terra da promessa!
 Quem sabe! ainda poderemos ser felizes um dia.

conclusio (conclusão).....

Villa da Conceição do Piancó, 13 de Dezembro de
 1888.
 O Mudo.

A carta exposta acima foi escrita em 13 de dezembro de 1888, mas somente foi publicada em 11 de janeiro de 1889, no jornal *Gazeta do Sertão*. Tal carta, cujo signatário intitula-se “O Mudo”, demonstra uma preocupação com a instrução pública, fazendo questionamentos e solicitando mudanças por parte do governo. O signatário explana uma desaprovação pela monarquia e exprime sua esperança na República, que, segundo ele, acabaria com os problemas existentes no Império. A carta publicada no jornal funciona como uma espécie de resistência, para mostrar ao público leitor que a prática docente não está totalmente organizada, como sugere a legislação da província paraibana estudada no capítulo anterior. Como ressalta Foucault (1979):

[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível. (FOUCAULT, 1979, p. 248).

Ao tecer críticas à instrução pública, o signatário mostra-se descontente com os governantes e resiste aos seus desígnios, reclamando e expondo sua opinião no jornal. No entanto, o faz por meio do pseudônimo “O Mudo”, que sugere que o professor era um sujeito que não tinha voz na sociedade imperial, ou melhor, que tentavam silenciá-lo. No entanto, a resistência, por meio da escrita da carta de queixas no jornal, mostra a ironia de “um mudo que fala”, caracterizando-se como um jogo de palavras utilizado pelo professor para denunciar o estado da instrução pública na província paraibana.

Como dito anteriormente, a assinatura nas cartas dos professores públicos nem sempre existia, sendo comum o uso de pseudônimos. Na carta acima, supomos que o signatário, por apresentar reclamações e reivindicações sobre o cotidiano escolar, é um professor público. O uso de pseudônimo caracteriza o receio de sofrer represálias, já que “é um modo seguro para os ‘leitores-escritores-repórteres’ apresentarem as suas opiniões” (SENA, 2012, p. 124).

Temos consciência de que “O Mudo” poderia se tratar de um pai de aluno, outro profissional ou qualquer interessado na instrução pública, no entanto, trabalhamos com a hipótese de que a carta seja de um professor, já que o signatário dá indícios de conhecer o cotidiano escolar, quando, dirigindo-se às crianças, ressalta: “todavia, com precauções

infinitas, penetro no meio dellas e conto-as: são dez, vinte, trinta, e, além, ainda outras, e mais além, são muitas, muitas!”.

O “Mudo” traz a imagem de Cristo como forma de sensibilizar seus leitores ao receber tal discurso. Ao se contrapor a Cristo, trazendo-o como “o foco das virtudes”, ressalta ser temido. Esse temor traz, a nosso ver, um duplo significado, já que pode estar em alusão às crianças, ou, àqueles que querem silenciá-lo.

Um ponto importante que o signatário traz na sequência diz respeito à Lei de 15 de outubro de 1827, quando questiona: “a constituição do império garante uma aula publica para todas as localidades. Mas porque não é cumprida tão sabia disposição?”. Ao afrontar a própria legislação, entendo-a aqui como dispositivo de poder que comanda a prática docente e o professor reage às disparidades sentidas por ele em sua prática docente.

Outra característica empregada na carta diz respeito ao uso das pontuações, o que é comum nas cartas de reclamações ou queixas. As interrogações e exclamações são usadas para dar mais ênfase ao que está sendo reclamado, como garante Freire (1801, p. 166): “fazem hum bom effeito: primeiramente, porque melhor se move a compaixão a pessoa, a quem escrevemos; e em segundo lugar porque também mostramos mais vivamente a grandeza do nosso desgosto”. Assim também, diferentemente da escrita habitual das cartas, cujo texto é redigido em prosa, a carta assinada pelo “Mudo” foi registrada em forma de poema, composta por versos. O professor, signatário da carta, protegido por pseudônimo, escreve em favor de um grupo/categoria, quando emprega o verbo na primeira pessoa do plural, como “esperamos” e/ou “pedimos”.

Com a finalidade de reclamar, o professor escreve para o jornal abrigado pelo pseudônimo. No entanto, quando a queixa não está voltada para a reclamação e sim para a defesa, no intuito de atestar a “boa reputação” diante da sociedade imperial, faz-se necessário expor o nome, assinando as correspondências, pois as queixas e reclamações devem ser “ditas claramente sem rodeios e, taes quaes sam em si” (ROQUETTE, 1867, p. 227). É o que podemos observar nas duas cartas de queixas escritas por professores públicos, abaixo:

FIGURA 18 – Carta de queixas – Jornal *O Publicador*

exordium (começo).....

Lendo o <<Jornal da Parahyba>> n. 602 encontrei uma acre censura dirigida a minha pessoa, na qualidade de professor interino da 2ª cadeira do bairro-alto desta capital e para scientificar o publico de como se passou o caso de que sou arguido, resolvi-me escrever estas quatro linhas, provando haver da parte do anunciante, ou calumniosa maledicencia à meu respeito, ou ignorância da matéria, porque me expoz á censura publica.

narratio (narração).....

Sabbado (11 do corrente) não podendo eu ir à aula, por motivo de moléstia, e acontecendo, segundo o costume ter-se aberto a porta da referida aula antes de minha chegada, constou-me que às 9 1/2 horas do dia, quando alli chegara a participação de meu não comparecimento, ao fecharem-se as portas, se dera um grande alvoroço feito por diversos meninos, meus discípulos. Se o Sr. annunciante quizesse ou soubesse apreciar as cousas, conforme sua natureza facilmente se convenceria de que nem elle próprio, apesar do seu catonismo, poderia prevenir ou vedar, que meninos muitos dos quaes de educação licenciosa, reunidos em grande numero, fora da vista dos paes e inspecção dos professores assim praticassem: factos desta ordem são e devem ser tão reprovados, quanto são os educadores obrigados a fazê-los reprimir e aniquilar; porém infelizmente elles se reproduzem à despeito da mais apurada e severa vigilância. Na segunda-feira (13 do corrente) quando cheguei à aula, foi o meu primeiro serviço syndicar a desordem e todos seus pormenores, sendo castigados com seis palmatoadas cada um de seus autores, em cujo numero achava-se a filho da escrava, do qual o Sr. annunciante mostrase compadecido pelo rigoroso castigo que lhe foi aplicado, em punição d'aquella mesma falta que elle em sua censura chama espectaculo vergonhoso e digno da publica indignação!

E' este e facto por que sou pelo Sr. annunciante acremente censurado e por que o meu nome é barateado à margem de um jornal, no mons parturiens, que em desabono de minha reputação e de minha vida publica foi oferecido à apreciação do Sr. diretor da I. Publica e de quantos o quizerem ver.

petitio

(solicitação ou argumentação)

Cumpre-me também declarar ao Sr. anunciante cujo nome mui bem fez em ocultar que faltou a verdade quando disse haver a escrava mãe da pobre criancinha rigorosamente castigada, desautorizando-me em a própria aula pelo excessivo castigo de seu filho, ella nenhuma cousa mais fez do que perguntar-me, se o filho também estava complicado na desordem, cujo inquérito eu acabava de proceder e eu lhe respondi que – sim -; porém o contrario disso é forçoso confessar que é manifesta calúnia; porque (não me refiro a escravos) se alguém tivesse do arrojado de desautorizar-me em o desempenho do meu mistério, eu teria força e energia necessária, para na forma da lei, desafrontar a minha dignidade aviltada e mostrar aos que à tanto levão o seu pensamento, que um professor tem superiores a quem devem recorrer os que delle se julgaram ofendidos, em matéria de seu officio. Não se pôde coligir da referida censura que me foi dirigida, senão o ardente desejo que tem o seu autor de expor-me a odiosidade publica, porque nem ao menos pôde ou soube sustentar a sua accusação livre de contradições: ao mesmo tempo que me accusa de relaxação, censura-me pela severidade, com que castigo os meus discípulos, e eu não sei como se possão conciliar estas duas propriedades diametralmente opostas. Tal consorcio foi o primeiro visto. Tão barateado está o uso da imprensa, que ninguém está isento de ser victima da detracção e calúnia, mesmo de quem é incapaz de saber discriminar relaxação de severidade; porém eu em punição da detracção e em satisfação da calúnia, contento-me com a applicação daquela mesma pena que Solon, legislando para a Grecia, prescreveo aos mentirosos – isto é o desprezo; por que o meu detractor, apesar de acubertado pelo invulnerável escudo do anonymo injuria-se de fallar a verdade. A minha aula é publica e todos os Srs. directores com que tenho servido, tanto fora, como dentro desta capital, sabem do modo porque me tenho portado, por isto julgo desnecessário continuar a occupar-me de uma arguição, cuja inexactidão é manifestada e provada. Não sendo o meu fim discutir com o autor da calumniosa censura que me foi dirigida, por que a este devolvo tudo quanto pôde ofender a meu melindre particular, e sim justificar-me perante o Sr. diretor da I. Publica e provar à quantos me aprecião que nem só sei, como faço garbo em conservar-me fiel ao desempenho de minhas obrigações.

conclusio (conclusão)

Rogo aos Srs. redactores queirão inserir em seu conceituado jornal as presentes linhas; o que muito obrigará a seu constante leitor. Graciliano F. Lordão. Parahyba, 20 de julho de 1868

FIGURA 19 – Carta de queixas – Jornal *O Liberal Parahybano*

<i>salutatio</i> (saudação).....	Itabayana, 27 de Setembro de 1882. Srs. <i>Redactores</i> .
<i>narratio</i> (narração)	___ Fui acusado no jornal Conservador de ser um professor vadio, e que não cumpro com os meus deveres; pois bem desafio ao correspondente, que bem parece ser um individuo de cabeça escaldada, que se nutre de maldizer a seu próximo, que recorra a secretaria da instrução publica para saber quantos alunos matriculados existem n’aula publica do sexo masculino d’esta villa, e caso não dê credito aos mapas, que tenho remetido aquella secretaria, venha a minha aula para ver com seus olhos, se ella é frequentada por mais do duplo de alunos ao que marca o regulamento em vigor.
<i>petitio</i> (solicitação ou argumentação)	O professor não está prohibido por lei de, nas horas vagas, empregar-se em seus deveres domésticos e em algum divertimento, com tanto que não falte às suas obrigações. Ninguém me viu ainda com mesa de jogo dentro d’aula, chamando para ele os meus alunos. Ninguém me vê andar pelas tavernas (mercê de Deus) saudando o Deus baccho, praticando actos indecentes, a que são arrastado aquelles, que são devotos d’elle. Res, non verba. É bem fácil ao correspondente fazer suprimir, ou fechar a minha aula, logo que possa provar o que dispõe o art. 157 do regulamento da instrucção publica n. 25 de 30 de agosto de 1881.
<i>conclusio</i> (conclusão)	A ella, Sr. Maldisente; e fique certo, que, se conseguir o seu desejo, não lhe amaldiçoará. O professor, Olintho Odorico de Paiva

Fonte: O LIBERAL PARAHYBANO, 14 de outubro de 1882.

As cartas acima foram encontradas no jornal *O Publicador* do dia 22 de julho de 1868, apesar de terem sido escrita antes, em 20 de julho de 1868, e no jornal *O Liberal Parahybano*, no dia 14 de outubro de 1882, respectivamente. Uma característica comum às duas cartas é que ambas são respostas às críticas feitas aos professores signatários. A primeira, escrita pelo professor Graciliano F. Lordão³¹, destina-se ao “Sr. anunciante”, o qual

³¹ Graciliano Fontino Lordão nasceu na cidade da Parahyba em 12 de agosto de 1844. Chefiou o Partido Liberal em Pedra Lavrada, elegendo-se como deputado. Além disso, foi um renomado professor primário durante anos (MARIANO, 2015).

teria publicado, em outro jornal, uma censura em relação à aula do professor e a respectiva postura de “relaxação e severidade”. A segunda carta é assinada pelo professor Olintho Odorico de Paiva, o qual também responde pelas críticas feitas a ele na qualidade de professor. Percebemos que, em ambas as cartas, os signatários utilizam-se dos jornais para se defender publicamente, além de responderem aos respectivos agressores, pois como docentes, precisavam demonstrar uma boa reputação para a sociedade leitora dos jornais, na qual, provavelmente, também se encontrariam pais e responsáveis dos alunos.

Nas duas cartas, os professores demonstram que suas composições não servem somente para se queixarem dos agressores, mas também para esclarecer os fatos denunciados por seus superiores. O professor da primeira carta ressalta que não tem a finalidade de discutir com aquele que lhe acusou e sim de “justificar-se perante o Sr. diretor da I. Publica e provar à quantos me apreço que nem só sei, como faço garbo em conservar-me fiel ao desempenho de minhas obrigações”. Já na segunda carta, o professor Olintho Odorico de Paiva adverte estar afiançado pela Secretaria da Instrução Pública, para qual envia os mapas escolares.

Ambas as cartas foram publicadas em jornais adeptos ao partido liberal, apontando respostas às cartas publicadas em jornais conservadores. Apesar de na segunda carta, exposta acima, o professor apenas mencionar o jornal como sendo do partido conservador, na primeira carta, o signatário expõe o jornal a que se dirige, a saber, o *Jornal da Parahyba*³². Em uma das edições do jornal *O Publicador*, na parte referente ao editorial, o jornal deixa claro sua oposição ao *Jornal da Parahyba*, quando ressalta:

Ocupando a cadeira da Presidência da Província está o Dr. Felisardo Toscano de Brito. Liberal de mão cheia e com uma formação diversificada – de político habilidoso a professor -, este ilustre homem enfrenta uma oposição serrada do então *Jornal da Parahyba*, criado pelo Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, outro notável homem da Província, embora seja uma figura ilustre de outro partido, o Conservador. [...] É uma oposição desregrada! Os seus detratores não têm provas que indiquem que o Dr. Felisardo esteja à frente de uma administração desastrosa. Gritos e insultos são lidos nas folhas manchadas de sangue do *Jornal da Parahyba*. Exercendo uma administração correta, sem perseguições, nosso presidente atua de forma correta. Mantém até os adversários políticos nos cargos! Embora sabemos que é comum demitir adversários e empregar pessoas de confiança, ou seja, das nossas fileiras políticas (O PUBLICADOR, 12 de março de 1864).

³²Não foi encontrada a edição do *Jornal da Parahyba* a que se refere o professor na carta.

Nesse sentido, também, podemos entender que as cartas foram utilizadas como espaço em que foram travadas acusações e lutas políticas entre os partidos liberais e conservadores. Por outro lado, faz-se perceber também o lugar que a imprensa ocupava na sociedade imperial, como sendo também o espaço de troca de favores. Ao requerer dos redatores do jornal a publicação da carta, o professor Graciliano F. Lordão oferece em troca ser o seu “constante leitor”.

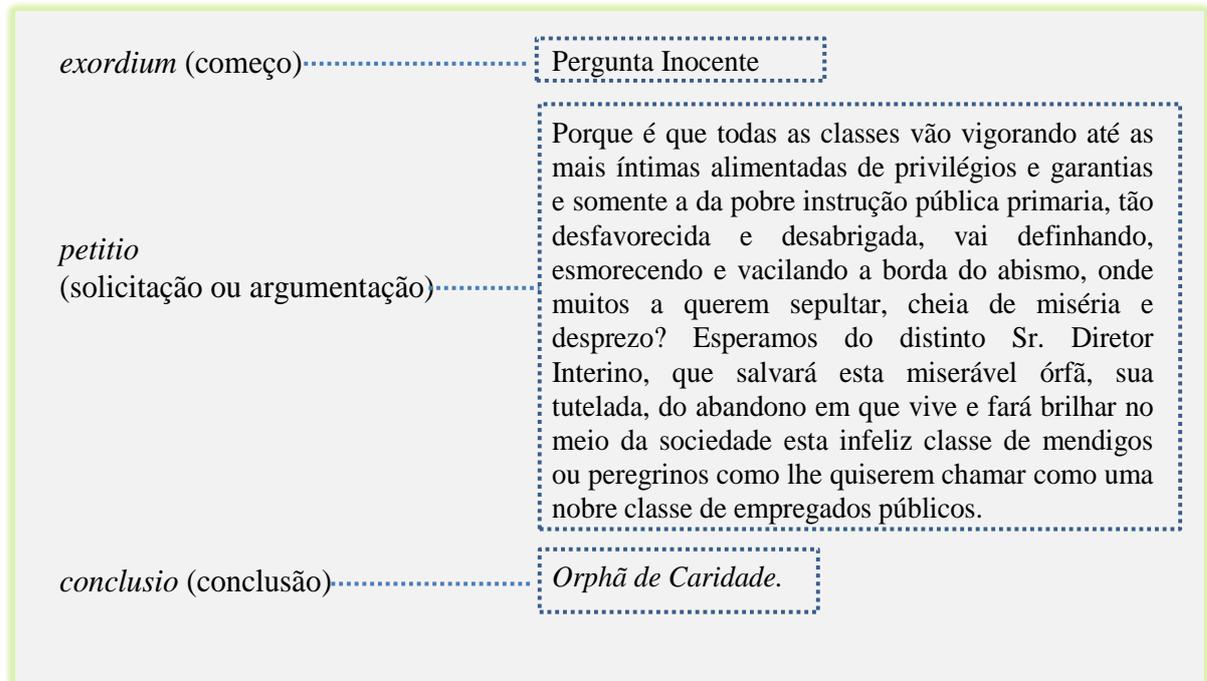
Assim como o professor da província do Rio de Janeiro, cuja carta foi estudada em capítulo anterior, faz alusão a Cícero, como forma de mostrar-se culto e dotado de determinado saber, o professor da província da Paraíba, Graciliano F. Lordão, demonstra tal imagem – a de professor culto – por meio da menção a Sólon ao legislar a Grécia. Não obstante, por meio das cartas podemos conhecer, ainda, um pouco do cotidiano escolar na província da Paraíba, também frequentado por alunos pobres ou, em suas palavras, “de uma educação licenciosa”, tendo entre seus alunos o filho de uma escrava. Verificamos, também, a prática dos castigos, comum para época. A Lei nº 20, de 6 de maio de 1837, assim assinalava sobre o uso da palmatória: “[...] os professores poderão usar além de outros castigos morais adaptados, de palmatoadas, que não excederão a seis em cada dia; usando porém desse castigo com a necessária moderação, e em proporção a idade dos alunos” (PARAÍBA, 1837, p. 17).

Podemos verificar, por meio das cartas, algumas representações de professor no período do Império, acusado de vadio, relaxado e severo, mas que tenta, por meio da escrita de cartas nos jornais, demonstrar ser o “bom professor” esperado pela sociedade imperial, como as próprias cartas assinalam, aquele que cumpre com o “fiel ao desempenho [das] obrigações”, ou ainda, aquele que não joga cartas dentro das aulas e/ou saúda “o Deus baccho, praticando actos indecentes, a que são arrastado aqueles, que são devotos d’elle”.

No jornal *O Tempo*, de 26 de junho de 1865, uma presumível professora, respaldada pelo pseudônimo *Orphã de Caridade*, queixa-se, ao escrever uma carta³³, na qual, ao mesmo tempo em que reclama, denuncia o descaso com que é tratada a instrução pública primária:

³³ Carta também analisada pela Profa. Dra. Fabiana Sena, no trabalho *Imprensa e Instrução Pública no Império: o modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba*, publicado em 2014.

FIGURA 20 – Carta de queixas – Jornal *O Tempo*



Fonte: O TEMPO, 26 de junho de 1865.

A professora reivindica melhores condições de trabalho para a categoria a qual pertence, que chama de “nobre classe de empregados públicos”. Mais uma vez, podemos entender os escritos da carta, agora empreendidos pela “Orphã de Caridade” - possivelmente uma professora pública -, como discurso de resistência ao Estado. A professora da instrução pública primária identifica-se como desabrigada e traz à tona a representação do profissional professor que, embora o discurso legislativo o apreenda como o difusor das luzes, trata-o como “mendigo ou peregrino”, conforme sugere a professora.

A carta da professora foi destinada ao Diretor Interino, assim como a carta abaixo, que se destina ao Diretor da Instrução Pública. O possível professor, signatário da carta que se segue, queixa-se e denuncia a aula pública da villa de Itabaiana, cuja frequência das alunas à aula está escassa. A carta foi publicada no jornal *O Publicador*, no dia 13 de novembro de 1886.

FIGURA 21 – Carta de queixas – Jornal *O Publicador*

<i>salutatio</i> (saudação)	Ao Dr. Director da Instrucção Publica
<i>petitio</i> (solicitação ou argumentação)	Pede-se que lance suas vistas sobre a aula publica do sexo feminino da villa de Itabaianna, que está redusida a frequencia de 3 a 4 alumnas, tendo dias até de 1. Será isto por falta de alumnas? Não, porque tem mais de uma aula particular e todas teem muita frequênciã.
<i>conclusio</i> (conclusão)	Itabaianna, 4 de Novembro de 1886.

Fonte: O PUBLICADOR, 13 de novembro de 1886.

Sobre as cartas de queixas ou reclamações, o manual epistolar *O Secretário Português*, da autoria de Francisco José Freire, sugere que “[...] poremos primeiramente as razões da nossa queixa; depois mostraremos que esperamos ver-nos livres da aflição que nasce das queixas; para o que fundar-nos-hemos em alguma cousa” (FREIRE, 1801 p. 165). Por meio do gênero carta nos jornais, os professores reclamaram sobre a situação da instrução pública, bem como atestaram suas reputações diante da sociedade. Pela escrita das cartas de queixas, podemos observar também algumas representações do professor no período do Império. O “Mudo” e a “Orphã de Caridade”, ao reclamarem da falta de escolas e do descaso com a instrução pública demonstram uma imagem do professor que denuncia o estado em que se encontrava a instrução e reivindica melhores condições para o exercício da prática docente. Assim também os escritos dos professores Graciliano Lordão e Olintho Odorico de Paiva, que, para mostrar boa reputação aos seus superiores e aos leitores dos jornais, atestam uma representação de “bom professor”, aquele esperado pela sociedade imperial. No entanto são acusados de vadios, relaxados e severos, em suas práticas.

CONCLUSÃO

Ao estudar as práticas docentes no período do Império, perpassamos, ainda que de forma breve, o contexto em que o professor estava inserido, recapitulando características e particularidades do ser professor no período imperial. Entender as legislações que foram criadas no Brasil e na Paraíba para estabelecer certo controle e unidade na prática docente foi importante para a compreensão dos mecanismos legais que regiam essa profissão. No entanto, a consulta às cartas escritas por professores estabelece outro olhar acerca da prática docente, fazendo-nos problematizar esse cotidiano.

As relações sociais no período do Império paraibano e brasileiro eram regidas pelas formas de poder operadas pelo Estado, por meio de legislações. A instrução pública, mediada pela figura do professor, era organizada pelos regulamentos e legislações, criados no período imperial como forma de unificar o ensino e as práticas docentes e criar indivíduos civis e patriotas. Nesse intento, no Brasil, e mais especificamente na Paraíba, várias foram as legislações criadas para produzir, determinar e forjar discursos em torno do sujeito professor, caracterizando-o, classificando-o, construindo representações, que marcaram a forma de ser e de se pensar professor naquela época. As formas de poder criam discursos que transformam o indivíduo (professor) em sujeito, separando-o/classificando-o em uma denominada identidade. No entanto, esse sujeito não é passivo e vive numa “tensão constante entre a aceitação do poder e a insubmissão da liberdade” (FOUCAULT, 1979, p. 247). O espaço destinado à resistência dos professores foi dado pelos jornais, por meio da escrita de cartas.

Este trabalho pretendeu analisar as cartas de professores nos jornais da Paraíba no período de 1864 a 1889. Para isso, partiu da configuração das cartas, conceituando-as e caracterizando-as dentro dos jornais do Império. Compreendemos, assim, a importância das cartas como meio de comunicação utilizados pela sociedade imperial para inúmeros fins. Dentro dos jornais, havia uma diversidade de tipos de cartas publicadas: de agradecimento, de aviso, de negócios, de reclamação, entre outros. Como vimos ao longo do trabalho, cartas e jornais podem ser entendidos, no período estudado, como meios de formar a opinião pública, exprimindo e revelando intencionalidades em seus escritos.

Por meio desta pesquisa foi possível conhecer as diversas formas nas quais se apresentavam as cartas e os conteúdos abordados nelas. Visualizamos que nem todas as cartas publicadas nos jornais possuem as partes prescritas nos manuais epistolares – saudação,

exórdio, narração, petição, conclusão. Isso ocorre, possivelmente, porque as regras desses manuais epistolares eram incorporadas de tal modo que, nem sempre, se seguia tais preceitos à risca. Além disso, podemos supor, já que a carta passava pelo editor do jornal, que se suprimisse parte das cartas para adequá-las ao formato do jornal e ao espaço destinado a elas. Assim também, algumas cartas se apresentam disfarçadas de outros gêneros, como editais, declarações e anúncios.

As questões políticas e sociais de disputa pelo poder, travadas pelos jornais, também se caracterizam como indícios de que o conteúdo das cartas de professores era controlado pelos editores dos jornais. No discurso das cartas estavam presentes agressões partidárias, nas quais os professores discutiam e acusavam direta e indiretamente outros jornais e seus respectivos partidos. Nesse sentido, também, podemos entender que as cartas foram utilizadas como espaço em que foram travadas acusações e lutas políticas entre os partidos liberal e conservador.

Além disso, por meio das epístolas, os escritos de protestos e insatisfações, demonstravam que a prática docente, na época em questão, não correspondia necessariamente à letra da lei. A complexidade das relações expostas pelas cartas revelam gritos de resistência por parte do maior protagonista da instrução pública, o professor. Em outras cartas é possível perceber que os professores escreviam nos jornais para serem lembrados, serem vistos como portadores de cultura. Isso pode ser observado, por exemplo, quando escreveram em latim ou citavam obras de Cícero e/ou faziam alusões a Sólon. Usavam, ainda, vocabulários rebuscados, apresentando uma linguagem trabalhada, representando o saber e as práticas de sua profissão.

Sabemos que as cartas nos dão uma visão parcial e que os escritos das cartas não podem ser tomados como verdade. No entanto, trazem-nos as práticas e representações de professores que utilizaram as cartas coletadas e estudadas nesta pesquisa, com o intuito de avisar e agradecer, mas também para reclamar e protestar sobre o cotidiano que vivenciavam. Por meio deste estudo, podemos abarcar as finalidades e estratégias utilizadas pelos professores para escrever cartas nos jornais e entender o lugar social que esses sujeitos representavam no período estudado.

Nesse sentido, a pesquisa com as cartas nos jornais da Paraíba imperial, o conhecimento desse gênero discursivo e sua relação com o jornal a partir dos seus signatários – os professores da Paraíba imperial – correspondem à apreensão, ainda que parcial, de uma parte da História da Educação paraibana. O presente trabalho forneceu indícios de como os

professores se posicionavam nos jornais na sociedade imperial, desmistificando a ideia de um professor subordinado e pacífico, tal como apregoa a historiografia oficial.

Justapondo os escritos das cartas com outros documentos, verificamos outro discurso acerca das práticas docentes, percebendo que as relações sociais eram muito mais complexas. O estudo das cartas de professores nos ofertou “possibilidades de construção de interpretações históricas sobre as experiências de escolarização [na província paraibana]” (ANJOS, 2015, p. 2).

O trabalho se fez importante, pois assinala outras perspectivas para compreender a História da Educação paraibana, em um período, a partir das cartas de professores nos jornais, que, além de apresentarem a subjetividade desses profissionais, seus desejos, necessidades e anseios, também acarretam o conhecimento sobre algumas práticas docentes existentes no período imperial. Esperamos que o presente estudo contribua significativamente para os estudos posteriores sobre as cartas e sobre as práticas docentes no período do Império. Que as lacunas não resolvidas nesta pesquisa, devido a seus limites, possam instigar outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ANDRADE, Brenda A. **Informações epistolares: memórias em envelopes**. João Pessoa: UFPB, 2014. Dissertação (Mestrado).

ANJOS, Juarez José T. A Instrução Pública na Província do Paraná no Século XIX: uma interpretação a partir do testemunho de três alunos. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982015000100045. Acesso em: 1º out. 2015.

A PROVÍNCIA: ÓRGÃO DA PROVÍNCIA LIBERAL. Pernambuco, 18 fev. 1874. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

_____, Pernambuco, 21 fev. 1874. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 17 mai. 2014.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida**, 1985.

ARAÚJO, P. M. C.; ARAÚJO, R. M. S. Concursos públicos para o magistério primário na Parahyba oitocentista: formar professores pela prática (1837 - 1864). In: **Sociedade Brasileira de História da Educação**, 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**, Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, Socorro de Fátima P. **Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

_____. A escrita epistolar como prosa de ficção: as cartas do jornalista Miguel. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 7, n. 2, p. 331-344, jul./dez. 2011. Disponível em: <www.upf.br/seer/index.php/rd/article/download/2406/1559>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL, **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em: 24 jan. 2015.

CAMARGO, Maria Rosa R. **Cartas e Escrita**. Campinas, 2000. Tese (Doutorado) Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

CARVALHO, Maria Elizete G. Império e educação: rupturas e continuidades no processo educacional brasileiro durante o primeiro reinado (1822-1836). In: **Revista Tempos e Espaços em Educação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Núcleo de Pós-Graduação em Educação, v. 1, n. 1, 2010.

CASTANHA, André Paulo. Os professores do Brasil imperial. In: **Revista da Educação: Educere et Educare**, v.1, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/download/.../854>. Acesso em: 3 mar. 2015.

CAVALCANTE, Maria Alba S. **Topicalização**: um estudo histórico sobre a ordem dos constituintes em cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX. João Pessoa: UFPB, 2011. Dissertação (Mestrado), 2011.

CEIA, Carlos (coord). **E – Dicionário de Termos Literários (EDTL)**. 2010. Disponível em: <<http://www.edtl.com.pt>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Revista das Revistas**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. **História cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. São Paulo: 1988.

CONWAY, Christopher. Letras combatientes: gênero epistolar y modernidade em la Gaceta de Caracas, 1808-1822. In: **Revista Iberoamericana**, v. LXXII, n. 214, p. 77-91, enero/marzo, 2006.

CORREIO MERCANTIL: INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL. Rio de Janeiro, 4 mar. 1851. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2014.

CORREIO OFICIAL. Paraíba, 29 mar. 1906. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins.>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

COSTA, Suênya do N. **História da Educação e História dos Intelectuais**: uma análise da atuação política de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na Parahyba (1874-1876). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014. [Monografia], 2014.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **A escrita epistolar e a história da educação**. Santa Catarina: UESC, 2008.

DAUPHIN, Cécile; POUBLAN, Daniele. Maneiras de escrever, maneiras de viver. Cartas familiares no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; et al (org.). **Destinos das letras**: História, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 8 jan. de 1850. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 16 maio 2014.

FONSECA, Taís N. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mitos (1930 – 1960). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n. 44, 2002.

FOUCAULT, Michel [1970]. **A ordem do discurso**. Paris: Éditions Gallimard, 1971.

_____. **Microfísica do Poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da Sexualidade I (A Vontade de Saber)**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Eduardo Nunes. O *designer* no jornal impresso diário: do tipográfico ao digital. São Paulo: **Revista Galáxia**, n. 18, dez 2009. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:e1M60uc7ZdMJ:revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/download/2658/1703..+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

FREIRE, Francisco José. **Secretário Português ou methodo de escrever cartas**. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1823 [1801].

FREITAS, Marcos Cezar de. Por quem os sinos dobram? As cartas pastorais e a contribuição da história da educação à história das mentalidades. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; et al (org.). **Destinos das letras: História, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

GAZETA DO SERTÃO. Paraíba, **30 nov. 1888**. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

GÓMEZ, Antonio C. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena C.; et al (org.). **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

GONDRA, José. Ao correr da pena: reflexões relativas às cartas de professores do século XIX. In: MIGNOT, Ana Cristina V.; e CUNHA, Maria Teresa S. **Práticas de memória docente**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, Cleudemar A. (Org.); SANTOS, João Bôscio C. (Org.) **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entre Meios, 2004.

_____. No diagrama da AD brasileira: Heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, Pedro. **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Paulo: Clara Luz, 2008.

GUEDES, Viviane Marques. **A enunciação editorial**: o procedimento opinativo da imprensa pessoense frente ao embate eleitoral 2004 em João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 2005. [Monografia]

JORNAL DA PARAHYBA. Paraíba, 18 abr. 1889. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 14 de mar. 2014.

LE GOFF, Jacques [1924]. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEITE, Francisco de Freitas. **O latim em cartas do Cariri cearense**: Final do século XIX e início do século XX. João Pessoa: UFPB, 2009. Dissertação (Mestrado).

LUSTOSA, Isabel. Introdução. In: **Insultos Impressos**: a guerra dos jornalistas na independência 1821-1823. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. **Imprensa (escrita) no Nordeste**. Pesquisa Escolar Online, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B.; e LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARIANO, Nayara Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene**: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886). João Pessoa: Tese de Doutorado, 2015.

MARTINS, Maria Fernanda V. Redes de Poder: o Conselho de Estado e a Elite Imperial, 1842 – 1889. In: **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1402.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

MATIAS, Thiago T. **A orientação para o outro**: relações dialógicas na constituição do discurso escrito de cartas de leitor do século XIX. João Pessoa: UFPB, 2009. Dissertação (Mestrado).

MEDEIROS, Maria Joyce P.; MOTA, Inês Alves da; FABIANO, Sulemi. **Movimentos argumentativos em cartas de leitores do século XIX**. João Pessoa: CCHLA/ UFPB, 2011. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

MELO, Patrícia B. Um passeio pela História da imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Comunicação e Informação**, v. 8, n. 1, p. 26-38, jan/jun. 2005. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/artigo_passeio_historia_imprensa.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2015.

MOREL, Marco. Prefácio. In: BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

NICOLAU, Roseane Batista Feitosa. **Forma e sentido**: a arquitetônica dos anúncios na imprensa paraibana dos séculos XIX e XX. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2012. Disponível

em: <<http://www.cchla.ufpb.br/proling/index.php/produ-cientca-mainmenu-80/teses/195-forma-e-sentido-a-arquitetonica-dos-anuncios-na-imprensa-paraibana-dos-seculos-xix-e-xx>>. Acesso em: 16 out. 2015.

NÓVOA, A. (Org.). **Vida de professores**. Porto: Porto, 2000.

O GOVERNISTA PARAHYBANO. Paraíba, 6 jul. 1850. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins>>. Acesso em: 9 maio 2014.

_____. Paraíba, 22 fev. 1850. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. Paraíba, 17 maio 1851. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

O PUBLICADOR. Paraíba, 12 mar. 1864. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 4 maio 2014.

_____, Paraíba, 9 dez. 1865. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

O TELÉGRAFO. Maranhão, 9 jun. de 1849. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

_____, Maranhão, 18 mar. de 1848. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

PARAÍBA. Lei nº 20 de 6 de maio de 1837. In: PINHEIRO, Antonio Carlos & CURY, Cláudia Engler (org). **Leis e Regulamentos da instrução da Paraíba no período Imperial**. Brasília: MEC/INEP/SBHE, 2004. (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

_____. Lei de 6 de maio de 1837. In: _____.

_____. Regulamento, 20 de janeiro de 1849. In: _____

_____. Regulamento, 1860. In: _____

_____. Regulamento nº 36, 26 de junho de 1886. In: _____.

_____. Mapa da Instrução Pública, 1864. In: CURY, Cláudia E.; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antônio Carlos. **Fontes para a História da Educação da Paraíba Imperial**: documentos diversos. 1. ed. Dados eletrônicos. Vitória: SBHE Virtual, 2015 (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

_____. Mapa da Instrução Pública, 1867. In: _____.

_____. **Província**. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, 1839.

_____. **Província.** Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, 1886.

PEIXINHO, Ana Teresa. O epistolar como modo comunicacional da imprensa de opinião no século XIX. In: 6º CONGRESSO SOPCOM, 2009. Disponível em: <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/357/342>. Acesso em: 10 ago. 2014.

PEIXOTO, Flávia Maria. **A Escola Normal oficial de Pernambuco.** Recife: O Autor, 2006. Dissertação (Mestrado) Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/4440/arquivo5298_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 jan. 2015.

PEREIRA, Ana Carolina H. A escrita feminina no século XIX: as cartas de Flora de Oliveira Lima e Eufrásia Teixeira Leite. In: **Revista Gênero:** Niterói, v.5, n.1, p. 111-141, 2004. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/226/148>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

RIZZINI, Carlos. **O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822:** com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

RIZZINI, Irma. Experiências escolares na Amazônia Imperial: queixas de pais e moradores na imprensa paraense (1876-1888). In: **RBEP:** Brasília, v. 88, n. 220, 2007. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1217/1099>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

ROQUETTE, José Ignácio. **Novo Secretário Português ou Código Epistolar.** 3.ed. Paris, 1867.

_____. **Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX.** 3. ed. Paris, 1845 [1875].

SANTOS NETO, Elydio dos. Construção (auto) biográfica e formação de educadores: um olhar desde uma perspectiva transpessoal. In: **Revista @mbienteeducação,** São Paulo, v. 2, n. 2, p. 105, ago./dez. 2009. Disponível em: <http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_2_2/8_santosneto.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar história.** São Paulo: Scipione, 2004.

SCHUELER, Alessandra. Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez 2005.

_____. Escolas primárias e professores na corte imperial: educação escolar como objeto da história social. **Revista Momento.** Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande do

Sul, 2008. Disponível em: <www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/escprimarias.doc>. Acesso em: 24 jan. 2015.

_____. Ensaio de História Social da Educação: Escolas primárias e professores na Corte imperial. In: **Revista Momento**, Rio Grande, p. 11-33, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/momento/article/view/748>>. Acesso em: 8 jan. 2015.

SENA, Fabiana. As epístolas nos jornais paraibanos: o discurso pedagógico no período imperial. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Vitória: CNPq, 2011.

_____; MACHADO, Charliton. J. S. **A escrita de cartas e os manuais epistolares**. Texto impresso, 2014.

_____. As cartas sobre instrução pública nos jornais paraibanos do Império. In: PINHEIRO, Antonio Carlos F.; CURY, Cláudia Engler (orgs.). **Histórias da Educação da Paraíba: lembrar e comemorar**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2012.

_____. Imprensa e Instrução Pública no Império: o modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 14, n. 1 (34), p. 73-97, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/451/pdf_12>. Acesso em: 26 jan. 2015.

SILVA, Otoniel Machado da. **Retórica, rodas de compadres, solidão e achaques da velhice: o Machado de Assis das cartas**. João Pessoa: UFPB, 2009. Dissertação (Mestrado).

SOUZA, Thiago Oliveira de. **Imprensa e Instrução na Parahyba do Norte: Cultura Educacional e Culturas Políticas nos anos de 1880**. [Dissertação] [Mestrado]: PPGE/UFPB, 2013.

TANURI, Maria Leonor. História da formação de professores. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, n 14, maio/jun/jul/ago 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

TIN, Emerson (Org.). **A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

_____. **Em busca do “Lobato das cartas”**: a construção da imagem de Monteiro Lobato diante de seus destinatários. Campinas: [s.n.], 2007. Tese (Doutorado). Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Fernando Gil P. A História se escreve com documentos: a busca de Irineu Joffily pela verdade sobre Branca Dias na Paraíba. In: ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL

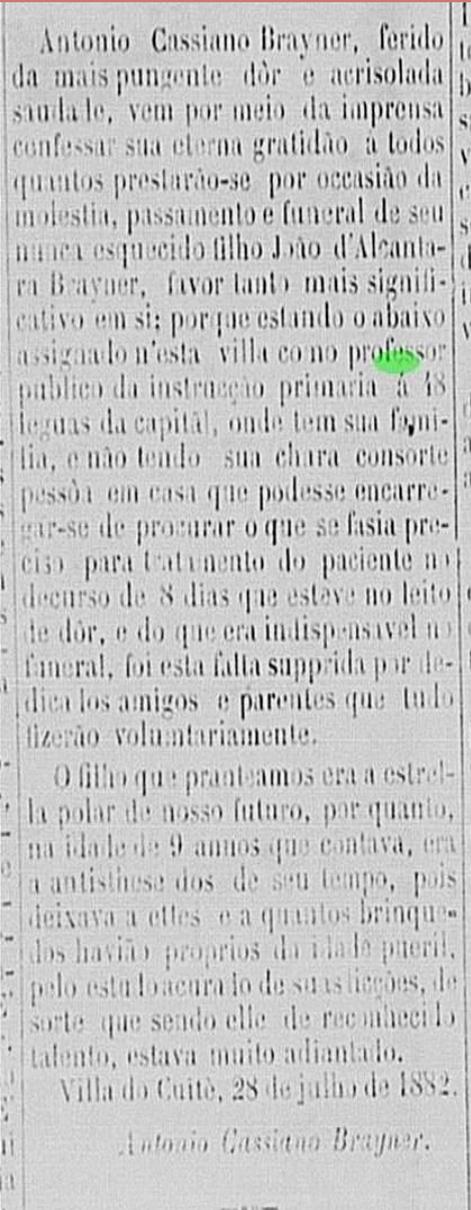
DE HISTÓRIA– ANPUH. São Paulo, jul. 2011. Disponível em:
<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300317424_ARQUIVO_ArtigoANPUH Nac2011.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

VILLELA, Heloisa de O. S. O Mestre-Escola e a Professora. In. LOPES, Eliana Marta T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ZUSAK, Markus. **A menina que roubava livros**. 3 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Exemplo da tabela utilizada para organizar o *corpus* da pesquisa

Dados da carta e do jornal	Transcrição da carta	Recorte original da carta publicada no jornal
<p>Jornal: O Liberal Parahybano</p> <p>Data: 26 de agosto de 1882</p> <p>Assunto: Professor agradecendo a amigos e parentes que prestaram socorro ao seu filho diante de sua ausência, quando estava exercendo sua profissão.</p> <p>Signatário: Antonio Cassiano Brayner</p> <p>Destinatário: A todos quantos prestarão-se por ocasião da moléstia, passamento e funeral de seu nunca esquecido filho João d'AlcantraBrayner.</p> <p>Classificação da Carta: Carta de agradecimento</p> <p>Site onde se encontra o jornal: Hemeroteca Digital</p>	<p>Antonio Cassiano Brayner, ferido da mais pungente dor e acrisolada saudade, vem por meio da imprensa confessar sua eterna gratidão à todos quantos prestarão-se por ocasião da moléstia, passamento e funeral de seu nunca esquecido filho João d'AlcantraBrayner, favor tanto mais significativo em si; porque estando o abaixo assignado n'esta villa como professor publico da instrucção primaria à 18 leguas da capital, onde tem sua família, e não tendo sua chara consorte pessoa em casa que podesse encarregar-se de procurar o que se fazia preciso para tratamento do paciente no decurso de 8 dias que esteve no leito de dor, e do que era indispensável no funeral, foi esta falta suprida por dedicados amigos e parentes que tudo fizeram voluntariamente.</p> <p>O filho que pranteamos era a estrela polar de nosso futuro, por quanto, na idade de 9annos que contava, era a antisthese dos de seu tempo, pois deixava a eles e a quantos brinquedos havião próprios da idade pueril, pelo estudo acurado de suas licções, de sorte que sendo elle de reconhecido talento, estava muito adiantado.</p> <p>Villa do Cuité, 28 de julho de 1882.</p> <p>Antonio Cassiano Brayner.</p>	 <p>Antonio Cassiano Brayner, ferido da mais pungente dor e acrisolada saudade, vem por meio da imprensa confessar sua eterna gratidão a todos quantos prestarão-se por ocasião da moléstia, passamento e funeral de seu nunca esquecido filho João d'AlcantraBrayner, favor tanto mais significativo em si; porque estando o abaixo assignado n'esta villa como professor publico da instrucção primaria à 18 leguas da capital, onde tem sua família, e não tendo sua chara consorte pessoa em casa que podesse encarregar-se de procurar o que se fazia preciso para tratamento do paciente no decurso de 8 dias que esteve no leito de dor, e do que era indispensavel no funeral, foi esta falta suprida por dedicados amigos e parentes que tudo fizeram voluntariamente.</p> <p>O filho que pranteamos era a estrela polar de nosso futuro, por quanto, na idade de 9 annos que contava, era a antisthese dos de seu tempo, pois deixava a elles e a quantos brinquedos havião proprios da idade pueril, pelo estudo acurado de suas licções, de sorte que sendo elle de reconhecido talento, estava muito adiantado.</p> <p>Villa do Cuité, 28 de julho de 1882.</p> <p>Antonio Cassiano Brayner.</p>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 – Tabela dos Manuais de Escrever Cartas e suas tipologias

<i>Corte na Aldeia (1618) de Francisco Rodrigues Lobo</i>	<i>La Secretaire à la Mode (1650) de Sieur de La Serre</i>	<i>Le Nouveau Secretaire de la Cour (1714) de Monsieur Milleran</i>	<i>Manual del Escribiente (1831) de D. Romulado Paronce</i>	<i>O Secreazrio Portuguez Compendiosamente (1801) de Francisco José Freire</i>	<i>Novo Secretário Português ou Código Espistolar (1860 3 ed.) de J. I. Roquette</i>	<i>Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no XIXº Século (1875) de J. I. Roquette</i>
Cartas de Negócio e das Causas que tocam à vida, Fazenda e Estado da cada um	Lettres d' affaires, de plusieurs sortes (Cartas comerciais, de vários tipos)	Lettres d' affaires, de plusieurs sortes (Cartas comerciais, de vários tipos)	Carta familiar	Cartas de Pezames	Cartas Moraes e de Conselho, ou Exhortatorias	Cartas Moraes e de Conselhos
Cartas de Novas	Lettres d' avis (Cartas de aconselhamento)	Lettres d' avis (Cartas de aconselhamento)	Carta comercial	Cartas de Recommendação	Cartas de Parecer;	Cartas de Pezames
Cartas de Recomendação	Lettres de Conseil (Cartas de conselho)	Lettres de Conseil (Cartas de conselho)	Bilhete amoroso	Resposta às Cartas de recomendação	Cartas de Consulta, ou para pedir o parecer d'algum	Cartas de Parabens
Cartas de Agradecimento	Lettres de Remontrance (Carta de admoestação)	Lettres de Remontrance (Carta de admoestação)	Recibo	Cartas de Parabens	Cartas em que se da parecer	Cartas de Pretensão, representações e Memoraes
Cartas de Queixumes	Lettres de Commandement (Carta de comando)	Lettres de Commandement (Carta de comando)	Estado	Resposta a estas cartas	Cartas de reprehensao e vitupério	Cartas de Eucharisticas ou de Agradecimento

Cartas de Desculpa	Lettres de Prieres (Cartas de oração)	Lettres de Prieres (Cartas de oração)	Conta	Cartas de Boas festas	Cartas de Ameaça	Cartas de Recommendação ou D'Empenho
Cartas de Graça	Lettres de Recommendation (Cartas de Recomendação)	Lettres de Recommendation (Cartas de Recomendação)	Contrato Privada	Cartas de Offerecimento	Cartas Affectuosas, Sentimentaes, e de Família	Cartas de às Pessoas de cuja Companhia nos separâmos
Cartas Públicas	Lettres d'offre de service (Cartas de oferta de serviço)	Lettres d'offre de service (Cartas de oferta de serviço)		Cartas de Agradecimento	Cartas de Pezames	Cartas de Queixas
Cartas Invectivas	Lettres de Plaintes (Cartas de Reclamação)	Lettres de Plaintes (Cartas de Reclamação)		Cartas de Desculpa e de Justificação	Cartas de Consolação	Cartas d'Escusa
Cartas Consoláveis	Lettres de Reproche (Cartas de reprovação)	Lettres de Reproche (Cartas de reprovação)		Cartas de Queixas	Cartas de Parabens ou Felicitações	Cartas de Negocios e Encargos
Cartas Laudativas	Lettres d'excuse (Cartas de pedido de desculpas)	Lettres d'excuse (Cartas de pedido de desculpas)		Cartas de Consolação	Cartas de Pretensão, Memorias e Petição	Cartas de Participação ou de Notícias
Cartas Persuasórias e outras	Lettres de Complimens de diverses sortes (Cartas de elogios de vários tipos)	Lettres de Complimens de diverses sortes (Cartas de elogios de vários tipos)		Cartas de Aviso	Cartas de Supplica	Cartas de Boas Festas, D'Anno Bom e Dia D'Annos
	Lettres de Conciliation (Cartas de Conciliação)	Lettres de Conciliation (Cartas de Conciliação)		Cartas de Louvor	Cartas Eucharisticas ou de Agradecimento;	Buris e Spartis

	Lettres de Visite (Cartas de Visita)	Lettres de Visite (Cartas de Visita)		Cartas de Exhortação e Conselho	Cartas deRecommendação e d'empenho	
	Lettres de Congratulation (Cartas de Congratulação)	Lettres de Congratulation (Cartas de Congratulação)		Cartas de GeneroMixto;	Cartas a's Pessoas de Cuja Companha nos separamos;	
	Lettres de Consolation (Cartas de Consolação)	Lettres de Consolation (Cartas de Consolação)		Cartas Discursivas	Cartas de Queixas	
	Lettres de Remerciment (Cartas de agradecimento)	Lettres de Remerciment (Cartas de agradecimento)		Sobre as Cartas Satyricas e Desprezo	Cartas de Desculpas e Justificação	
	Lettres de Raillerie (Cartas de escárnio)	Lettres de Raillerie (Cartas de escárnio)			Cartas de Negocios e Encargos	
	LettresMêlees (Cartas Misturadas)	LettresMêlees (Cartas Misturadas)			Cartas de Boas Festas, D'Anno Bom, e Dia D'Annos	
	Lettres de Reponses (Cartas de Respostas)	Lettres de Reponses (Cartas de Respostas)			Cartas Apoloeticas	
					Cartas de Offerecimento, e suas respostas	
					Cartas de Convite, escusa ou recusa	
					Bilhetes de Convite Particular	

					Cartas de Resignação	
					Cartas de Despedida	
					Cartas de Participação ou Notícias	
					Cartas de Simples Participação ou Aviso	
					Cartas Mixtas	
					Modelos e formulas de requerimentos e memoriaes	
					Cartas de Commercio	
					Cartas Circulares	
					Cartas d'ordem sobre compras, vendas, etc.	

Fonte: SENA, Fabiana. *A epístola como veículo das ideias e modelos educativos nos jornais paraibanos oitocentistas*, [Projeto PIBIC/ CNPq], 2010.